

DM

# O Aparelho Defensivo da Madeira na Segunda Guerra Mundial

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Fábio David Vasconcelos Rodrigues**

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

*A Nossa Universidade*

[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

março | 2023

# **O Aparelho Defensivo da Madeira na Segunda Guerra Mundial**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Fábio David Vasconcelos Rodrigues**

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL

ORIENTAÇÃO

Rui Alexandre Carita Silvestre

“A guerra é a continuação da política por outros meios”

Karl Von Clausewitz (1780 – 1831)

## AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho de investigação só foi possível, com a colaboração direta e indireta de diversas pessoas. Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Rui Carita pelas suas sugestões e críticas pertinentes que melhoram o processo de consulta documental e de redação de texto, pelo seu apoio e incentivo que foi fulcral para a conclusão da presente dissertação. Quaisquer lacunas ou limitações encontradas, são da minha inteira responsabilidade.

No plano das instituições, destaco igualmente a colaboração do Exército Português e dos funcionários do Museu Militar da Madeira que me facultaram a consulta dos documentos existentes no arquivo do museu, este apoio arquivístico, foi determinante na elaboração do trabalho final. Devo ainda um especial agradecimento ao Coronel Luís Néri, ao Coronel Luís Santos, ao Sargento-Mor Carlos Novais e à Tânia Freitas, pela simpatia e o profissionalismo com que sempre fui tratado durante as minhas visitas ao Arquivo do Museu Militar.

Ao Professor Doutor Paulo Rodrigues agradeço, as sugestões de autores de referência para a bibliografia e a cedência dos documentos presentes nos *National Archives* do Reino Unido sobre a “Operação Ripper”. Não posso também deixar de aludir ao Mestre José Janes, a primeira pessoa a que falei deste tema e que me incentivou a avançar com a investigação. Finalmente o apoio familiar, foi fundamental e agradeço a todos (mulher, filha, pais, sogros e cunhado) pela paciência e apoio demonstrado.

A todos um grande obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho de investigação, centra-se na temática da estrutura defensiva do Arquipélago da Madeira durante a Segunda Guerra (1939-1945). Pretende-se com esta dissertação, abordar um aspeto pouco estudado da História Contemporânea da Madeira, com enfoque não só na importância geoestratégica das ilhas Atlânticas (durante o conflito mundial) mas também na tipologia de defesas construídas para evitar um hipotético assédio, ataque ou invasão por forças estrangeiras, quer Aliadas, quer do Eixo.

Este tema de investigação surge pela primeira vez a ser abordado, visto não existirem trabalhos anteriores que incidam sobre estas matérias. Neste sentido, pretendemos desenvolver o interesse da comunidade académica e geral, relativamente à segurança e defesa nacional, bem como compreender o papel da Madeira no maior conflito da História.

Esta dissertação tem como foco principal a defesa do Funchal, capital da Ilha e o local onde se construíram as defesas mais importantes: mais concretamente a Bateria de Costa n.º 2 no Pico da Cruz e as Baterias Antiaéreas do Pico de São Martinho. Outros aspetos pertinentes relativos aos redutos defensivos construídos no litoral da Ilha serão, de igual modo, referidos. Consideramos que as estruturas defensivas mencionadas anteriormente, são de alguma riqueza histórica e patrimonial e a previsão do seu futuro uso como núcleo museológico integrado num roteiro de Turismo Militar será uma mais-valia para a valorização da oferta cultural da Madeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segunda Guerra Mundial, Arquipélago da Madeira/Região Autónoma da Madeira, Artilharia Antiaérea, Bateria de Costa, Exército Português, Defesa Costeira.

## **ABSTRACT**

The present research focuses on the theme of the defensive structure of the Madeira Archipelago during the Second War (1939-1945). This dissertation is intended to address a poorly studied aspect of the contemporary history of Madeira, focusing not only on the geostrategic importance of the Atlantic islands during the world conflict, but also on the typology of defenses built to avoid a hypothetical harassment, attack or invasion by foreign forces, either Allied or Axis.

It is worth noting the somewhat unpublished nature of this research since there is no previous work on these issues. In this sense, it is hoped to develop the interest of the academic community and the civilian in general, for issues related to national security and defense, as well as to understand the role of Madeira in the greatest conflict in history.

The main focus of the research is the defense of Funchal, capital of the island and place where the most important defenses were built, specifically the coastal defense battery N°.2 in Pico da Cruz and the anti-aircraft batteries of Pico de São Martinho. Other relevant aspects relating to defensive strongholds built on the island's coast will also be mentioned.

In view of the above, we consider that the defensive structures described are of important historical and patrimonial wealth and that the prediction of their future use as a museum nucleus integrated in a military tourism roadmap will be an added value for the valorization of the cultural offer of the island of Madeira.

**KEYWORDS:** World War II, Madeira Archipelago/Autonomous Region of Madeira, Anti-aircraft Artillery, Coastal Artillery, Portuguese Army, Coastal Defense.

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS _____	2
RESUMO _____	3
ABSTRACT _____	4
INTRODUÇÃO _____	7
PERTINÊNCIA DO TEMA E METODOLOGIA _____	9
CAPÍTULO I _____	10
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO _____	10
1.1 - Portugal na Segunda Guerra Mundial _____	10
1.2 - A ilha da Madeira na Segunda Guerra Mundial _____	17
CAPÍTULO II _____	26
AMEAÇAS À SOBERANIA NACIONAL _____	26
2.1 - Operações <i>Félix, Isabella e Plano de Campanha n. º1</i> _____	26
CAPÍTULO III _____	33
OPERAÇÃO <i>RIPPER</i> _____	33
3.1 - Os planos britânicos de ocupação da Madeira _____	33
CAPÍTULO IV _____	47
4.1 - As Forças Armadas Portuguesas e a Defesa Civil do Território durante a Segunda Guerra Mundial _____	47
CAPÍTULO V _____	53
5.1 - O plano de Defesa da Madeira _____	53

CAPÍTULO VI _____	68
DESCRICÃO DAS DEFESAS CONSTRUÍDAS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA MADEIRA _____	68
6.1 - Defesas costeiras _____	68
6.2 - A defesa antiaérea da Madeira _____	78
6.3 - A bateria Independente de Defesa de Costa n.º 2 _____	84
 CAPÍTULO VII _____	 96
A IMPORTÂNCIA DESTAS ESTRUTURAS DEFENSIVAS PARA O TURISMO MILITAR _____	96
7.1 - Generalidades _____	96
7.2 - A importância do turismo para a economia regional _____	98
7.3 - Principais estruturas com interesse para o Turismo Militar no Funchal ____	100
7.4 - Desenvolvimento e aplicação do Turismo Militar na Madeira _____	107
 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	 111
 BIBLIOGRAFIA E FONTES _____	 114
 ANEXOS _____	 119

## INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, (1939-1945) foi o maior conflito armado da História da Humanidade e, segundo Donald Sommerville, terão morrido durante as hostilidades entre 50 a 70 milhões de pessoas,<sup>1</sup> combateu-se no ar, no mar e em terra, com uma capacidade destrutiva como nunca fora vista anteriormente.

A Europa “vergava-se” ao avanço da máquina de guerra nazi, que parecia imparável, contudo só a Grã-Bretanha resistia corajosamente aos intentos de Hitler. Perante este clima de guerra, Portugal desde logo procurou manter uma atitude de neutralidade colaborante com as potências beligerantes. O Presidente do Conselho de Ministros Dr. Oliveira Salazar acreditava que esta era a solução mais vantajosa para poupar o país e o povo das consequências catastróficas advindas da guerra. Na conjuntura internacional da época, não era de descartar a hipótese de um ataque/invasão ao território nacional. É nesse enquadramento que surge o foco desta dissertação, analisar e descrever os preparativos efetuados, para defender o arquipélago da Madeira de uma invasão alemã ou de uma ocupação de proteção pelos Aliados.

Pela sua localização geográfica, a Região Autónoma da Madeira constitui o vértice mais a sul do Triângulo Estratégico Nacional (TEN), que no período histórico em estudo, incluía Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A Ilha possui uma grande importância no que diz respeito ao planeamento e execução de operações combinadas que tenham como Teatro de Operações (TO) o Atlântico Central, o Norte de África e o Mediterrâneo.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a Madeira apesar de não possuir recursos naturais extraordinários, seria um local ideal para uma base aeronaval. Essa importância foi rapidamente compreendida pelos principais intervenientes no conflito e levou a que os respetivos Estados-maiores das potências beligerantes, desenvolvessem planos de invasão e ocupação da ilha da Madeira. É de salientar que os Açores foram dos arquipélagos Atlânticos com maior importância no conflito mundial, existindo inúmeros estudos realizados por investigadores nacionais sobre essa temática. No entanto, a Madeira, Canárias e Cabo Verde, eram igualmente locais de elevado valor geoestratégico.

---

<sup>1</sup> SOMMERVILLE, Donald. *The Complete Illustrated History of World War Two: An Authoritative Account of the Deadliest Conflict in Human History with Analysis of Decisive Encounters and Landmark Engagement*. Lorenz Books. 2008.

Os Aliados cedo compreenderam que o domínio dos mares seria fundamental para uma vitória final, pelo que havia todo o interesse em evitar que a Alemanha ocupasse a Madeira e utilizasse a mesma para base de apoio logísticos para a aviação (neste caso hidroaviões, pois a Ilha não possuía um aeródromo no período histórico em estudo) e depois, para os temíveis submarinos *U-boots*<sup>2</sup>, que tantos danos causavam ao esforço de guerra dos Aliados, Churchill afirmou que: “A única coisa que realmente me assustou durante a guerra foi o perigo dos *U-boots*.”<sup>3</sup> (tradução nossa)

A perda destes pontos estratégicos (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) no Oceano significaria que os aliados perderiam o controlo do Atlântico, bem como da entrada do Mediterrâneo e do acesso ao Norte de África. O esforço realizado por Portugal em negar ao inimigo o acesso ao Arquipélago através da construção de fortificações, obstáculos e redutos defensivos em pontos considerados vulneráveis, será o tema principal abordado nesta dissertação.

---

<sup>2</sup> *Unterseeboot*, designação dos submarinos alemães.

<sup>3</sup> WERNER, Herbert. 2002. No original: *The only thing that really frightened me during the war was the U-boat peril.*

## **PERTINÊNCIA DO TEMA E METODOLOGIA**

O presente trabalho de investigação, que visa a obtenção do Grau de Mestre em Gestão Cultural, procura sobretudo despertar a comunidade académica para a importância da História e da Cultura Militar. Nesse sentido, pretende-se que seja um elemento de reflexão sobre a estrutura defensiva construída por Portugal para proteger a Madeira em caso de invasão/ocupação, uma temática pouco estudada no meio académico, mas de elevado interesse histórico-patrimonial, futuro, segundo pensamos.

O percurso metodológico da investigação iniciou-se com a pesquisa bibliográfica de obras com relevância para o tema em estudo, pesquisa documental em fontes arquivísticas presentes no arquivo do Museu Militar da Madeira, Arquivo Regional da Madeira, Arquivo Histórico Militar e em páginas de referência na Internet. Após uma seleção da informação importante para o tema em exploração, procedeu-se à elaboração de um plano de dissertação e definiu-se a estrutura da mesma, baseando-se nos dados recolhidos.

Durante a recolha de documentação para o trabalho foram várias as dificuldades com que nos deparamos, primeiramente a ausência de bibliografia extensiva sobre o tema, em seguida, o acesso à documentação em posse do Exército, foi também algo complicado, tendo em conta que o Arquivo Histórico Militar se situa em Lisboa. Por esse motivo foi necessário cingir-nos à documentação existente no arquivo do Museu Militar da Madeira, que se revelou suficiente e cujo resultado aqui apresentamos. Em termos temporais a investigação incide apenas no período da Segunda Guerra Mundial, isto é, do ano de 1939 até 1945.

# CAPÍTULO I

## ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

### 1.1 - PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A 1 de setembro de 1939 as forças alemãs invadem a Polónia, dando início à Segunda Guerra Mundial, nesse mesmo dia o Presidente do Conselho de Ministros Professor Oliveira Salazar profere o seguinte discurso: “felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar a situação de neutralidade”<sup>4</sup>. Manter este estatuto neutral, tornou-se para o Estado Novo uma questão fulcral na política externa portuguesa ao longo da guerra, conforme afirma o professor Arnaldo Madureira:

“Antes mesmo deste conflito se iniciar, já Oliveira Salazar havia marcado a posição portuguesa: Portugal manter-se-ia estranho a ele, no continente, nas ilhas e em África, mas fiel à aliança inglesa. Era a chamada neutralidade colaborante, que foi aceite pelos beligerantes, que de certo modo lhes convinha.” (Madureira, 2021, p. 12)

É certo afirmar, em nosso entender, que a habilidade política de Salazar foi fundamental para afastar a guerra do território nacional. Portugal era detentor de um vasto império colonial distribuído pela África e pela Ásia e, na prática sem capacidade real de o defender, sabendo claramente que qualquer alinhamento com o Eixo ou com os Aliados, resultaria certamente na perda das suas colónias e do território continental, segundo José Telo "Salazar sabe-o e, sendo assim, nunca põe em causa a pedra basilar da política externa portuguesa". (Telo, 1987, p. 26)

A aliança com a Inglaterra, surge assim como a principal referência para os dirigentes nacionais e definia as políticas e o posicionamento português no Mundo. No campo diplomático, Portugal encetou diversas manobras políticas, com o propósito de evitar uma entrada da Espanha franquista na guerra ao lado do Eixo, o que provavelmente resultaria na

---

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*. Lisboa. 2 de setembro de 1939.

chegada do conflito à Península Ibérica. O pacto Ibérico de não agressão com Espanha torna-se desse modo um pilar fundamental na manutenção da neutralidade portuguesa.

Diversos fatores contribuíram para que Portugal fosse adquirindo uma certa importância no panorama internacional, entre eles a existência de matérias-primas vitais ao esforço de guerra (como o volfrâmio), a posição no extremo sudoeste da Europa, excelentes condições portuárias, sendo igualmente um ponto de passagem dos refugiados que fugiam do avanço alemão. De acordo com Adildo Gomes (2018, p. 88 *apud* Barros, p. 94), o relacionamento entre Portugal e os britânicos ficou marcado por uma série de conflitos que se centraram essencialmente em cinco questões principais: O bloqueio britânico e as suas consequências; em que circunstâncias Portugal devia abandonar a neutralidade em caso de ataque alemão à Península Ibérica; a retirada do governo para os Açores, de forma a assegurar a continuidade governativa em caso de ataque a território nacional; o plano de sabotagem de infraestruturas críticas em caso de invasão alemã; e finalmente a questão do volfrâmio.

Ao se aperceber que os falangistas seriam os vencedores da Guerra civil espanhola e que existia uma influência crescente do Eixo na Espanha nacionalista, a Inglaterra encara o papel de Portugal como um trunfo para equilibrar o jogo diplomático no espaço peninsular, mediterrâneo e ilhas situadas no Atlântico. Desse modo, podemos afirmar que as relações entre os velhos aliados do Tratado de Windsor foram pautadas por vários momentos altos e baixos. (Gomes, 2018, p. 88)

No que diz respeito ao relacionamento luso-alemão, Luís Nunes Rodrigues afirma que durante uma grande parte do conflito o facto de Portugal permanecer neutral, trouxe inúmeros benefícios à Alemanha, porque foi através do nosso país que a indústria nazi teve acesso a diversos produtos vitais à manutenção do esforço de guerra, tais como o petróleo americano e os seus derivados, fosfato oriundo do Norte de África, matérias-primas vindas das colónias portuguesas e o já referido anteriormente volfrâmio. (Rodrigues, 2005, p. 16)

Por conseguinte, podemos concluir que a questão da neutralidade colaborante e da habilidade que Salazar teve para utilizar os seus trunfos diplomáticos, acabou por ser não só vantajosa para Portugal, mas também para o Eixo e para os Aliados.

É de referir uma questão deveras interessante levantada pelo professor António Telo num artigo editado no *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, em que o autor afirma o seguinte:

“Uma primeira constatação a fazer é que em 1939-1945 ninguém pediu a beligerância portuguesa. Pelo contrário, toda a documentação ao nosso dispor demonstra que sempre que se punha esse problema a qualquer dos lados a resposta era invariavelmente que a beligerância lusitana não interessava.” (Telo, 2009, p. 242)

Ou seja, para os beligerantes era mais vantajoso ter um Portugal neutral, que envolvido militarmente no conflito. Esta conclusão dependia certamente do facto de o nosso país estar atrasado do ponto de vista militar em relação aos outros países europeus e que a beligerância portuguesa, teria mais desvantagens do que benefícios.

Nos meses finais da guerra, é Portugal que põe em causa a neutralidade e deseja participar no conflito devido à questão de Timor, alvo de invasão por parte das forças imperiais japonesas, no entanto, esta opção nunca chega a concretizar-se, pois os Estados Unidos não viam qualquer vantagem do ponto de vista operacional, na participação de forças lusas, que eram compostas por pouco mais do que um regimento e sem equipamento ou treino moderno.<sup>5</sup>

No mesmo artigo, o professor José Telo descreve-nos as diversas fases da neutralidade portuguesa começando em setembro de 1939 até junho de 1940, ou seja, desde a invasão da Polónia até a queda da França e chegada das forças alemãs aos Pirenéus: “A Inglaterra estuda o assunto, embora não lhe tenha sido dirigida nenhuma pergunta, e a conclusão a que chega é que não interessa que Portugal abandone a neutralidade, mas se deve procurar que esta seja “benevolente”. (Telo, 2009, pp. 242-243) Nesta fase, o conflito ainda permanece localizado e a importância estratégica da Península e do espaço Atlântico não surge imediatamente.

Este cenário altera-se substancialmente na segunda fase, com início em junho de 1940, é aqui que o perigo para a manutenção da neutralidade começa a surgir, especialmente pelo domínio alemão da Europa Ocidental e pelo crescente interesse nazi em adotar uma estratégia marítima. “O objetivo era obrigar a Inglaterra a aceitar uma paz de compromisso, não através de um ataque direto às Ilhas Britânicas, mas através de uma ambiciosa ofensiva militar em direção ao Sul.” (Telo, 2009, p. 247) Este planeamento do Alto Comando nazi e encabeçado pela *Kriegsmarine* (Marinha de Guerra Alemã) pretendia o domínio do

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 242-243.

Mediterrâneo ocidental, ocupação do Norte de África francês e dos arquipélagos Atlânticos (Canárias e Cabo Verde). O ataque alemão implicava um assalto ao reduto de Gibraltar com a assistência espanhola, enquanto Portugal seria ocupado por duas divisões *Panzer*<sup>6</sup> e uma mecanizada. Cabo Verde seria atacado por forças francesas leais ao governo fantoche de Vichy e apoiadas pela *Luftwaffe*<sup>7</sup> baseada em Dakar.

“Não estavam previstas operações contra a Madeira ou os Açores, pois sabia-se que, mesmo que as ilhas fossem ocupadas por uma pequena força transportada pelo ar, o contra-ataque britânico seria muito forte e não havia a possibilidade de reforçar as forças do Eixo nas ilhas portuguesas por via marítima. Em relação a um eventual reforço por via aérea, bastaria a presença de um porta-aviões britânico na zona para a impedir.” (Telo, 2009, p. 248)

Esta é uma fase do conflito em que existe uma grande pressão por parte do Eixo, para a entrada da Espanha franquista na guerra, pois o apoio espanhol era fundamental num eventual ataque ao rochedo de Gibraltar. No entanto, Franco quando se apercebe que não recebe garantias sobre as vantagens que poderia obter ao entrar no conflito ao lado da Alemanha, continua a colocar entraves à participação das forças espanholas, impondo sempre a Hitler condições difíceis de satisfazer e adiando sempre a entrada na guerra. “A Espanha mantém assim uma rentável política de ambiguidade, onde pode sempre entrar na guerra no último minuto antes da paz final, mas adia o passo fatal com sucessivos e imaginosos pretextos e desculpas.” (Telo, 2009, p. 249) Perante estes factos, Hitler diverge a sua atenção para o leste europeu e inicia o ataque à Rússia, ou seja, a neutralidade de Portugal neste período de supremacia nazi, dependeu sobretudo da incapacidade em lançar uma campanha marítima contra os interesses britânicos e com a derrota na batalha de Inglaterra, que levaram os alemães a adiar o ataque às ilhas britânicas conhecido como Operação Leão-Marinho.

“Se isso tivesse acontecido, seriam imediatamente envolvidas na guerra as ilhas atlânticas: os Açores e a Madeira seriam ocupadas pela Inglaterra e Cabo Verde seria ocupado pela Alemanha e objeto de um contra-ataque britânico, montado a partir de Freetown; era ainda provável que Portugal continental fosse

---

<sup>6</sup> Divisões blindadas alemães.

<sup>7</sup> Força Aérea alemã.

igualmente ocupado pelo ataque das forças alemãs e espanholas.” (Telo, 2009, p. 249)

Como é possível compreender perante os factos expostos, a manutenção da neutralidade portuguesa foi uma questão complexa e dependeu em muito da evolução do conflito. A sorte de Portugal poderia ter sido semelhante a outros países que apesar de se terem declarado neutros, foram envolvidos pelo avançar da guerra e acabaram ocupados. Entre junho de 1941 e maio de 1943, surge a terceira fase da neutralidade portuguesa, com a invasão alemã da União Soviética (Operação *Barbarossa*) e o desembarque de forças Aliadas no Norte de África. A guerra neste período alcança uma abrangência mundial e a importância do território peninsular e Atlântico português muda de forma significativa. O perigo de conflito na Península Ibérica, ilhas Atlânticas e Mediterrâneo desaparece por completo, visto o foco da Alemanha ser o extermínio dos povos de Leste e a destruição do inimigo comunista. Nesta fase, os Aliados abandonam os planos de ocupação preventiva dos arquipélagos portugueses e dirigem o seu foco em derrotar a Alemanha nazi através de desembarques anfíbios em continente europeu. Durante este período temporal, meados de 1942, a batalha do Atlântico corre favoravelmente aos alemães e as forças navais Aliadas sofrem perdas significativas.

“... o Almirantado chega a afirmar que, a manter-se esse nível, a guerra pode ser perdida num ano. Este facto leva a que as marinhas inglesa e americana peçam aos respetivos Governos a ocupação de bases nos Açores, pois as perdas aliadas alcançam o máximo na zona central do Atlântico sem cobertura aérea.” (Telo, 2009, p. 250)

O estabelecimento de bases nos Açores, será um fator determinante na guerra antissubmarina, pois permitia aos Aliados fornecerem cobertura aérea aos comboios de navios que atravessavam o Atlântico. Neste período em concreto, José Telo determina que a invasão da Rússia e o ataque Aliado ao Norte de África são os fatores mais importantes na manutenção da neutralidade portuguesa.

Numa quarta fase da neutralidade, que decorre a partir de abril de 1943, até junho de 1944, a expulsão do Eixo do Norte de África, vem permitir aos Aliados alguma certeza em como a Espanha não se envolverá no conflito, “A Espanha, sem meios aeronavais modernos e sem reservas de combustível e matérias-primas estratégicas, deixa de representar qualquer perigo sério.” (Telo, 2009, p. 251) Notando-se igualmente por parte de Franco uma tentativa

de afastamento em relação ao Eixo e início de uma aproximação aos Aliados, pois nesta fase é perfeitamente perceptível que serão eles os vencedores da guerra.

Novamente neste período, os Estados Maiores Conjuntos Aliados chegam à conclusão, que não lhes é favorável envolver a Península Ibérica no conflito e afirmam mesmo que em caso de ataque alemão à Espanha, não tencionam envolver forças terrestres no contra-ataque, mas sim apenas aviação e meios navais. Posteriormente, decidiram colocar o foco no Mediterrâneo e iniciam planos para um ataque anfíbio à Sicília. O ano de 1943 torna-se decisivo na batalha do Atlântico, a partir de maio, a balança passar a pender para o lado dos Aliados e, segundo José Telo, a derrota dos submarinos alemães deveu-se a uma série de inovações técnicas e organizacionais, sendo de salientar o facto dos Aliados terem “quebrado” a cifra naval alemã, tendo desse modo acesso às comunicações dos *U-boot*. O surgimento e utilização dos chamados porta-aviões de escolta, que forneciam cobertura aérea aos navios, foram também outro fator importante na proteção dos comboios de navios.

A partir de outubro de 1943, com a presença aliada nas ilhas açorianas e com a crescente atividade aérea antissubmarina, acaba definitivamente a supremacia dos submarinos alemães. A cedência de bases nos Açores aos Aliados, não obteve nenhuma reação digna de nota por parte da Alemanha, que não reage militarmente, afirmando apenas que essa cedência violava o princípio da neutralidade e esperando que Portugal mantivesse as trocas comerciais com o *Reich*.

“Para Berlim qualquer ação militar contra Portugal, mesmo que possível, só serviria nesta fase para lhe arranjar mais um inimigo, sem obter vantagens estratégicas de qualquer tipo. Berlim limita-se a reclamar formalmente pela cedência de bases e a dar a entender que espera que a sua moderação neste campo seja compensada com a continuação da possibilidade de continuar a comprar produtos no mercado português.” (Telo, 2009, p. 251)

Esta reação por parte dos alemães, vem de certo modo “sossegar” o governo português, que temia ataques retaliatórios à frota mercante nacional. Em suma a vingança germânica, fica-se apenas por um protesto diplomático. A última fase da guerra na Europa decorreu entre junho de 1944 e maio de 1945. Neste período já é certa a vitória dos Aliados e segundo José Telo, o posicionamento português encaminha-se para uma aproximação relutante em relação aos Estados Unidos da América, que solicita a Portugal a cedência de uma base militar exclusiva em Santa Maria, oferecendo diversas contrapartidas de cariz

político, económico e militar. Neste período as Lajes, situadas na ilha Terceira, estavam sob controlo britânico e não podiam ser utilizadas por forças americanas. O interesse dos EUA em obterem um acesso exclusivo nos Açores, advém do facto de nesta fase do conflito ser importante possuir um local que sirva de pilar na ponte aérea desenvolvida, para projetar o poderio americano no continente europeu e no Mediterrâneo.

“Os EUA despertavam para o seu papel de potência global e sentiam a necessidade de projectar poder em direcção à Europa e ao Mediterrâneo. Simplesmente, ao contrário dos ingleses, não tinham montada a rede de bases que lhes permitiria fazer isso.” (Telo, 2009, p. 254)

Este interesse americano nos Açores, demonstra que os estrategos militares dos EUA já tinham uma visão pós-guerra do valor estratégico dos arquipélagos Atlânticos, e que estes seriam necessários na projecção de forças em futuros cenários de conflito. Portugal, responde a esta solicitação americana através da Inglaterra, demonstrando ao “velho” aliado, que está disposto a negar o pedido americano se esse for o desejo inglês. No entanto, a resposta é uma verdadeira “bofetada” diplomática, como nos descreve José Telo: “...a Inglaterra está habituada a defender os seus interesses próprios e os da Europa contra qualquer ameaça mesmo quando está sozinha, como fez em 1940 quando Portugal manteve a sua neutralidade.” (Telo, 2009, p. 254)

Anthony Eden prossegue com uma “lição” ao aliado português, afirmando não ter nada a opor em relação à presença americana em Santa Maria e considera a mesma fulcral num futuro embate com a União Soviética. Portugal acaba por ceder ao pedido americano e assina um acordo com os Estados Unidos, pelo qual obtém diversos dividendos, sendo o mais importante o apoio de Washington à manutenção do regime político no pós-guerra. Conclui-se então que a questão da neutralidade portuguesa, foi um processo que se adaptou às distintas fases do conflito, não, sendo algo imutável ou dependente de qualquer princípio político, ou jurídico.

Outro fator indissociável à neutralidade portuguesa é a manutenção do regime ditatorial, Salazar define este princípio como fundamental ao interesse nacional e, nesse sentido Portugal permanece neutral, fruto das estratégias definidas pelos beligerantes, que evidentemente foram-se alterando em torno dos interesses particulares das potências em conflito. Segundo também José Telo “as circunstâncias fizeram que, nas primeiras fases da

guerra o Eixo nunca conseguisse edificar uma estratégia marítima, o que fez com que a Península e as ilhas Atlânticas ficassem fora do conflito.” (Telo, 2009, pp. 254-255)

Neste período final e com o domínio Aliado do Atlântico, a Alemanha ocupada com a guerra a leste, não dispõem de qualquer capacidade de resposta e não lhe é conveniente alargar a guerra à Península Ibérica. Por último terminamos este enquadramento histórico do papel de Portugal na Segunda Guerra Mundial, com uma nota de imprensa elogiosa da autoria do Senado dos EUA, publicada no *Diário de Lisboa* e em que pode ler-se o seguinte:

“O sr. Dr. Oliveira Salazar, que conhece e avalia superiormente o peso das responsabilidades - as nossas como povo livre e consciente, - as dele como grande estadista que põe o bem da Pátria acima de todos, não hesitou em conceber, no arquipélago dos Açores, determinadas facilidades à nossa velha aliada, depois de encarar o assunto em todos os seus aspetos, especialmente jurídico e político.”<sup>8</sup>

## **1.2 - A ILHA DA MADEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Neste capítulo começaremos por fazer uma pequena nota introdutória para permitir um enquadramento geográfico ao trabalho de investigação. São quatro as ilhas que constituem o Arquipélago, Madeira (a maior ilha em termos de superfície) Porto Santo, Desertas e Selvagens. Relativamente à distância em relação a Lisboa é de cerca de 978 km, dos Açores cerca de 980 km, das Canárias 190 km e da Costa de África cerca de 370 km.

Apesar de durante a Segunda Guerra Mundial a Madeira não ter desempenhado um papel de relevo na geopolítica do conflito, foi como é expectável afetada de forma direta e indireta pelas privações e pela miséria associadas a um confronto armado com esta amplitude mundial. A sua invasão/ocupação, também foi uma possibilidade equacionada, no entanto, não se concretizou, fruto do evoluir do conflito e da atenção dos beligerantes se concentrar noutros teatros de operações.

---

<sup>8</sup> *Diário de Lisboa*, 13 de outubro de 1943, disponível em:  
[http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/dia?ano=1943&mes=10](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/dia?ano=1943&mes=10)



**Fig. 1.** Painel informativo, presente no Museu Militar da Madeira referente ao papel da Madeira, na História Militar Portuguesa. Fonte: Rui Carita.

Para contextualizar a Segunda Guerra Mundial na Madeira, é necessário compreender o papel do arquipélago na conjuntura internacional no período que antecedeu o conflito mundial. Desde a Primeira Grande Guerra Mundial, que as principais potências, tinham compreendido a importância da Madeira, de acordo com o professor Paulo Rodrigues:

“O Atlântico foi o espaço primordial para onde se transferiram, na viragem do século, as rivalidades europeias, numa conjuntura de reajustamento das alianças. Em 1914 o valor do Oceano é a imagem dessas rivalidades, depois de a Inglaterra ter abandonado a sua política tradicional de atribuir prioridade ao Mediterrâneo.” (Rodrigues, 2014, p. 65)

No caso britânico mais do que utilizar as ilhas Atlânticas, interessava sobretudo negar o seu uso ao adversário, mantendo desse modo a supremacia naval neste espaço geográfico. O arquipélago, pela sua localização, era importante em três aspetos essenciais: assegurava o domínio da entrada do Mediterrâneo (importante caso os britânicos perdessem o acesso a Gibraltar), permitia operar na costa ocidental de África, incluindo as áreas de Marrocos, Camarões e finalmente possuía um porto de mar importante para abastecer unidades navais com combustível, água e víveres. Apesar dos fatores enunciados anteriormente, não existia

por parte do Governo português, qualquer política de defesa das ilhas Atlânticas, sobre esse assunto o professor Paulo Rodrigues afirma o seguinte:

“No início do século XX não existia uma política de defesa para as ilhas adjacentes, embora daqui não se deva deduzir a inexistência de um pensamento estratégico, mais ou menos articulado, sobre alguns aspetos da defesa insular. Aliás, pela sua situação geográfica, a Madeira estava ligada, em diferentes graus, aos três conjuntos funcionais portugueses: o continental, o atlântico e o africano. Contudo, a respeito da sua organização defensiva e da adaptação à conjuntura internacional, aquilo que se verificou foram medidas avulsas, quase sempre para responder a questões concretas, de carácter urgente.” (Rodrigues, 2014, p. 67)

Portugal, consciente das suas fraquezas no que concerne às forças navais cedo teve de se submeter às exigências da potência naval dominante (Inglaterra), procurando sempre obter alguma vantagem diplomática, económica ou política.

“Nesta perspetiva, a Madeira surge como um ponto central no triângulo estratégico português, uma base intercalar, que permitia maior flexibilização às divisões navais, e apoio logístico, num momento de novas perspetivas geoestratégicas, no culminar de um período de evolução tecnológica e de viragem gradual dos EUA para o Atlântico, que iria promover um novo paradigma (o qual, entre outras coisas, faz emergir a importância dos Açores.” (Rodrigues, 2014, p. 68)

O desencadear da Segunda Guerra Mundial, na Madeira é precedido por um clima de instabilidade social e económica na ilha, estão bem presentes as três revoltas contra o regime Salazarista, a última destas revoltas foi a que ficou conhecida por Revolta do Leite, em 1936.<sup>9</sup> São acontecimentos que deixam marcas profundas na sociedade madeirense e reveladores dos métodos repressivos usados por Salazar para continuar a deter o poder político nas suas mãos. Segundo o economista Dr. João Abel de Freitas (1942-) para além destas insurreições populares, existia uma grave crise económica e financeira, com a falência de diversas entidades bancárias que não foram alvo de qualquer intervenção governamental com o propósito de evitar que as mesmas falissem.

---

<sup>9</sup> Sobre esta temática vide *A revolta do Leite Madeira 1936* de FREITAS, João Abel. Edições Colibri. Lisboa. 2011.

A gravidade da situação social era de tal ordem, que foi necessário ao então presidente da Junta Geral do Distrito Dr. João Abel de Freitas (1893-1948) enviar uma missiva a Salazar, descrevendo a situação de crise. Evidentemente a carta não obtém nenhuma resposta por parte do governo central e não é enviado qualquer auxílio para tentar mitigar os efeitos da crise. O economista Dr. João Abel de Freitas descreve-nos a situação da seguinte forma:

“...a situação económica e social do Arquipélago da Madeira não seguia bons caminhos devido a situações de crise acumuladas em várias actividades económicas tanto na indústria como na agricultura, como era o caso da produção de cana-de-açúcar reduzida sob pressão das culturas coloniais.” (Freitas, 2003, p. 85)

O desemprego e a pobreza eram preocupantes, e na sua grande maioria, as populações viviam no com grandes dificuldades, apesar dos esforços de diálogo com Lisboa encetados pelo então governador José Nosolini (1893-1968). Escreve o economista Dr. João Abel de Freitas que “com Nosolini o ambiente institucional Madeira/Lisboa desanuviou-se, mas para a população as nuvens continuaram carregadas e com a guerra adensaram-se bem mais”. (Freitas, 2003, p. 88) Face ao desencadear da guerra e logo no dia 1 de setembro de 1939, o governador profere um discurso à população da Madeira em que diz o seguinte:

“Madeirenses: parece que se aproximam para o mundo horas graves. A Madeira, ainda que afastada da tragédia, há-de sentir e sofrer os seus reflexos; mas não lhe faltará nem valor, nem espírito de sacrifício para vencê-los. Pedi, quando pela primeira vez cheguei a esta ilha, a vossa completa e desinteressada colaboração. Hoje mais do que nunca conto com ela; e a sua principal prova é e será a vossa calma, a vossa serenidade, a vossa disciplina. Com tais virtudes que conservareis sem hesitação e que eu até por ser imperioso dever do meu cargo mantereis firmes, não-de vencer-se todas as dificuldades.”<sup>10</sup>

Pelo teor do discurso apresentado à população da Madeira é evidente que as autoridades já previam que o conflito que se desenrolava em solo europeu, teria consequências para o arquipélago e sentiam a necessidade de preparar as populações para os tempos duros que se aproximavam. Como era expectável que existissem carências no que

---

<sup>10</sup> *In Diário de Notícias*. Funchal. 2 de setembro de 1939.

diz respeito aos bens essenciais, foi imediatamente estabelecida a “Comissão de Fiscalização de Géneros Alimentícios” liderada pelo capitão na reserva José Bettencourt da Câmara, pelo advogado Francisco Alberto Correia Figueira (1907-1981), pelo capitão e advogado Manuel Garcia. Foi igualmente constituída a “Comissão de Assistência” formada pelo vice-presidente da Junta Geral António Egídio de Araújo (1891-1977), pelo presidente da Câmara Fernão de Ornelas (1908-1978), pelo tenente na reserva Domingos Cardoso (1878-1974) e finalmente por Guilherme Rodrigues da Silva.

Outras repercussões da guerra que preocupavam o governo seriam a diminuição da atividade turística na ilha, afetando gravemente a economia local, nomeadamente todos os sectores que dependiam de forma direta de turistas para operar: como hotéis e alojamentos, serviços de excursões, carrinhos do monte, entre outros. O comércio local e as exportações, sofreriam assim igualmente uma redução bastante significativa.

Todos estes agravamentos nas condições de vida castigaram a já enfraquecida população madeirense e tiveram como consequência imediata um aumento exponencial da emigração para destinos como o Brasil. De acordo com o economista Dr. João Abel de Freitas “As estimativas apontam para que entre os inícios da guerra, setembro de 1939 e abril de 1940, tenham imigrado cinco mil madeirenses, sobretudo do Funchal.” (Freitas, 2003, p. 93)

Esta tendência migratória manteve-se nos meses e anos seguintes e como referido anteriormente, o Brasil era destino de eleição tendo-se formado uma grande comunidade madeirense no município de Santos. As autoridades governamentais chegaram a sortear passagens gratuitas para chefes de família sem recursos financeiros, num incentivo claro para que os mesmos fossem à procura de melhores condições de vida. Os problemas que advinham da falta de géneros alimentícios foram combatidos pelo governador Nosolini com diversas propostas que previam as seguintes medidas: distribuição semanal gratuita de milho aos chefes de família sem recursos financeiros; distribuição de géneros com 50% de abatimento aos chefes de família desde que atingidos totalmente pela crise, mas que não se encontrem em situação de fome.

No seguimento destas medidas o governador formou igualmente duas novas comissões: a de “Substituição de Culturas” e a “Comissão de Desenvolvimento”. Estas tinham como propósito levar a população a produzir determinados produtos agrícolas em vez de outros, mais concretamente cultivar mais “semilha” e batata-doce e menos cana-

sacarina. Outra preocupação de José Nosolini, prende-se com a manutenção da ordem social e é sugerida a criação de mais uma comissão designada por “Perturbação da Ordem Pública” bem como o aumento de efetivos das forças e serviços de seguranças e reforço do armamento distribuído às mesmas. Neste período, o mais grave acontecimento para a economia regional foi a cessação do turismo, sobretudo inglês, o que levou a uma quebra na receita de cerca de 15 mil contos. (Freitas, 2003, p. 100)

Outra situação que julgamos ser digna de nota são os temporais que afetaram a Madeira nos finais de 1939, inícios de 1940 e afetaram na sua grande maioria os meios rurais com particular destaque para a Madalena do Mar. Foi mais um fator a juntar aos outros anteriormente referidos e veio prejudicar ainda mais os madeirenses, deixando algumas populações na mais completa miséria.

Em 1941, o arquipélago atravessa uma grave situação de fome devido às dificuldades de transporte marítimo e à pouca quantidade de milho existente que como sabemos era a base da alimentação popular. O consumo mensal era de cerca de mil toneladas e quando se esgotaram as reservas, deu-se uma situação de fome generalizada. “As próprias empresas para assegurarem o seu funcionamento recorrem ao expediente de servir uma sopa aos seus empregados nos dias de trabalho.” (Freitas, 2003, p. 102)

Em dezembro de 1939, visando demonstrar a solidez do regime, Salazar empreende uma série de iniciativas entre as quais a publicação do decreto-lei nº 30214 em que se definia o novo estatuto autonómico para as ilhas adjacentes. Era um decreto que pretendia uma descentralização governativa no qual estava previsto o alargamento dos poderes do governador civil do Distrito Autónomo.

A situação social na ilha da Madeira altera-se de forma significativa com a chegada ao arquipélago dos refugiados oriundos da colónia de Gibraltar. Os primeiros a chegar desembarcam em meados de 1940 e iniciam um processo que irá marcar a Madeira de diversas formas. Segundo Alberto Vieira (1956-2019):

“A sua presença, guardada na memória coletiva da cidade, reveste-se de grande importância para a História da ilha do século XX. Insiste-se, quase sempre, no impacto económico desta situação, apesar de as verdadeiras mudanças causadas por esta comunidade se centrarem, sobretudo na sociabilidade dos madeirenses, com a valorização do papel da mulher.” (Vieira, 2016, p. 4)

Consoante o autor, estes refugiados que fugiam aos bombardeamentos alemães e ao perigo de invasão do “Rochedo,” foram recebidos de braços abertos pela população da Madeira e rapidamente se tornaram no foco de atenção social, particularmente as gibraltinas que se destacavam pela sua postura diferente das mulheres locais e atitude social.

A importância da presença gibraltina é de tal modo evidente que segundo Vieira nunca na História da Madeira uma comunidade fora tão bem recebida e exercido tanta influência nas mentalidades. Este fluxo migratório resultante das vicissitudes da guerra foi um importante dinamizador da enfraquecida economia local, pois como referimos anteriormente o sector hoteleiro encontrava-se praticamente paralisado. Os bares e restaurantes da baixa funchalense também beneficiaram com esta chegada, ganhando nova clientela.

Para os refugiados a Madeira apresentava-se como um “paraíso” que lhes permitia viver sem ter de se preocupar com os horrores da guerra. “Os madeirenses dispensaram uma receção calorosa aos refugiados de Gibraltar, que foram saudados com salvas de palmas, tendo os evacuados manifestado grande alegria ao pisarem a terra madeirense.” (Vieira, 2016, p. 7)

A presença destes refugiados alterou de igual modo certos princípios na sociedade madeirense, por exemplo, as jovens gibraltinas utilizavam roupas ousadas para a época e frequentavam bares e cafés sem companhia masculina, chegando a fumar em público, isto de certo modo ia contra os padrões sociais madeirenses “... as mulheres e as jovens quase só viviam no recato da casa e usavam vestimentas que escondiam o corpo.” (Vieira, 2016, p. 15)

É certo afirmar que a presença da mulher gibraltina veio alterar mentalidades e de certa forma abrir a porta para que as jovens madeirenses adotassem alguns dos mesmos costumes. Os refugiados oriundos de Gibraltar foram classificados em três categorias distintas conforme os seus níveis de rendimentos:

- Categoria A, pessoas sem necessidade de assistência.
- Categoria B, pessoas de boa condição social, mas que necessitavam de alguma assistência do governo britânico.
- Categoria C, Pessoas com grandes dificuldades e que necessitavam de assistência total do governo britânico.

O governador da Madeira José Nosolini, revelou especial preocupação com os refugiados de categoria C e moveu esforços junto do consulado britânico para arranjar soluções para estas pessoas. No que diz respeito ao alojamento, foi decidido colocar estes refugiados de categoria C na zona do Lazareto, sendo pago ao governo da Madeira pelo cônsul britânico a verba diária de 7\$00 por pessoa. (Freitas, 2003, p. 109)

Perante o que foi exposto é inegável que a comunidade gibraltina deixa uma marca indelével na História contemporânea da Madeira. Cerca de 2500 pessoas fizeram renascer a cidade do Funchal e dinamizaram a economia que se encontrava em declínio, promovendo ainda mudanças no que diz respeito aos hábitos e costumes dos madeirenses, principalmente no universo feminino regional que ao contrário das refugiadas tinham uma vida de resguardado e muito dedicada ao lar. No entanto, apesar de pequenas melhorias com a presença destas comunidades na Madeira os problemas persistiam e em grande parte da sociedade imperava o desemprego e a pobreza generalizada.

Conforme nos diz o economista Dr. João Abel de Freitas, durante a Segunda Guerra Mundial a Madeira muitas vezes se sentiu abandonada por Lisboa havendo mesmo quem considere que a Ilha foi um dos territórios portugueses mais afetados pelo conflito. (Freitas, 2003, p. 113) A ausência do governador-geral José Nosolini por mais de meio ano foi outro fator que causou desconforto na população madeirense, reforçando o sentimento de abandono que se fazia sentir. Em princípios de 1941, José Nosolini deixa o cargo de governador conseguido obter do governo central algumas concessões e decretos que destacamos seguidamente: empréstimos para a Junta Geral e Câmara do Funchal e o início dos trabalhos da missão para os aproveitamentos hidroelétricos.

Em fevereiro de 1942, toma posse o sucessor de Nosolini o madeirense Gustavo Teixeira Dias que anteriormente fora governador do distrito de Coimbra. A sua governação como expectável não foi fácil, pois a Madeira continuava a sofrer os problemas inerentes à sua insularidade e aos efeitos da Segunda Guerra. O início do seu mandato é pautado por instabilidade política, económica e social. (Freitas, 2003, p. 118)

Neste período de 1941 é de salientar a situação vivida pelo então presidente da Câmara do Funchal Dr. Fernão de Ornelas que se vê a braços com acusações pouco abonatórias da sua idoneidade política. São acusações de tal ordem graves que suscitam a intervenção do governador Gustavo Teixeira Dias que se vê obrigado a defender a honra de

Fernão de Ornelas junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. (Freitas, 2003, p. 119)

Uma das poucas coisas positivas que a Segunda Guerra Mundial trouxe à Madeira foi a questão do ordenamento do território, para combater o problema do desemprego que assolava a ilha, lançaram-se diversas obras públicas e deu-se início a um ambicioso plano de ordenamento da cidade do Funchal, onde foram recuperadas algumas ideias do arquiteto Ventura-Terra, de quase 30 anos antes que resultou numa profunda alteração da malha urbana da cidade tornando-a mais espaçosa e arejada. Das diversas obras realizadas ao abrigo do plano julgamos ser de destacar o mercado dos Lavradores, o liceu Jaime Moniz, os correios da avenida Zarco, a avenida Arriaga, pontes sobre as ribeiras de Santa Luzia e João Gomes e o Jardim Municipal. (Freitas, 2003, p. 156)

O último governador da Madeira neste período da Segunda Guerra Mundial foi o professor Daniel Barbosa (1908-1986). A Segunda Grande Guerra fica para a História da Madeira como uma época em que foram expostas, as fragilidades da Ilha, mais concretamente a sua dependência do turismo e da navegação marítima quer para exportar produtos (bordado, vinho, vime, etc.) quer para transportar passageiros. A Batalha do Atlântico e o perigo da arma submarina nazi, condicionaram fortemente a circulação de navios. Foi uma época difícil para as gentes locais e afetou todos os sectores da sociedade. Como pontos positivos a destacar, que são poucos, mas é de referir o acolhimento dos refugiados gibraltinos e o plano de ordenamento da cidade do Funchal.

Muito mais havia para abordar no que diz respeito à Segunda Guerra Mundial na Madeira, no entanto, não é nossa intenção tornar essa temática o foco principal da presente investigação. Este capítulo destina-se apenas a contextualizar historicamente o clima social, económico e político que se vivia na ilha no período em estudo.

## CAPÍTULO II

### AMEAÇAS À SOBERANIA NACIONAL

#### 2.1 - OPERAÇÕES *FÉLIX*, *ISABELLA* E *PLANO DE CAMPANHA N. °1*

Após a conquista de França e com os britânicos isolados, a atenção de Hitler dirige-se para o sul da Europa e Mediterrâneo e, em 12 de novembro de 1940, o *Führer* emite a diretiva 18 ao Alto Comando Alemão para a elaboração de planos de ataque às ilhas Atlânticas afirmando o seguinte:

“As ilhas Atlânticas (especialmente as Canárias e as ilhas de Cabo Verde) assumirão uma importância naval adicional após as operações contra Gibraltar, tanto para os ingleses como para nós mesmos. Os comandantes-chefes da Marinha e da Força Aérea devem considerar o melhor meio de apoiar a defesa das Canárias pelos espanhóis e a ocupação das ilhas de Cabo Verde. Solicito também que se considere o problema da ocupação da Madeira e dos Açores, juntamente com as vantagens e desvantagens que isso implicaria para as nossas operações marítimas e aéreas. Os resultados destas investigações devem ser-me apresentados o mais rapidamente possível.”<sup>11</sup> (tradução nossa).

Nesta fase da guerra os nazis procuram expandir o seu domínio a sul e imaginam um futuro conflito entre a Alemanha e os Estados Unidos, nesse sentido e tendo como propósito o isolamento da Inglaterra, a *Kriegsmarine*<sup>12</sup> elaborou planos para dominar o Mediterrâneo e o Atlântico, é nesse contexto que surge a Operação *Félix*, pois a conquista de Gibraltar era vital para permitir o controlo alemão do Norte de África e do mar Mediterrâneo. (Telo, 1993, p. 314)

O plano da Operação *Félix* determinava que as forças da *Wehrmacht*<sup>13</sup> entrassem na Península Ibérica no início de 1940 e que o avanço sobre o rochedo de Gibraltar seria efetuado no dia 10 de janeiro. Previa igualmente a invasão de Portugal através de Badajoz, complementada por ataques ao arquipélago de Cabo Verde usando Dakar como ponto de partida. O planeamento do Alto Comando Alemão destacara para a invasão dois corpos de

---

<sup>11</sup> *Führer Directive 18*, 12 de novembro de 1940. Disponível em: <https://ww2db.com/doc.php?q=317>

<sup>12</sup> Marinha de Guerra Alemã.

<sup>13</sup> Forças Armadas Alemãs.

exércitos comandados pelo general Ludwig Kübler (1889-1947) apoiado por outro sob o comando do general Rudolf Schmidh (1886-1957). A supervisão geral da operação, foi atribuída ao general Walther von Reichnau (1884-1942). Para a ocupação de Portugal estavam reservadas três divisões uma delas Blindada (*Panzer*) que a partir de Cárceres atacaria os portos de Lisboa de Setúbal. Uma divisão de infantaria motorizada (*Panzergrenadier*) partindo de Valhadolid atacaria o Norte de Portugal e a retaguarda das forças portuguesas, finalmente uma divisão de infantaria ligeira partindo de Sevilha, concentraria o seu ataque na zona do Algarve, controlando o litoral e progredindo até à capital para fechar o cerco a Lisboa. As forças espanholas dariam apoio à vanguarda alemã e ocupariam o território após a retirada das forças da *Wehrmacht*.<sup>14</sup>

A operação militar decorreria em quatro fases. Primeiro: um reconhecimento de Gibraltar; segundo: um ataque surpresa apoiado por raids aéreos; terceiro: a invasão de Portugal caso houvesse reação inglesa. A quarta fase seria a tomada de Marrocos espanhol e o encerramento do Estreito de Gibraltar. (Telo, 1987, pp. 258-260)

Apesar de todo o planeamento surgem diversos entraves com a Operação *Félix*, mais concretamente a relutância espanhola em entrar no conflito ao lado das potências do Eixo e Franco, sempre cauteloso vai atrasando as negociações com exigências difíceis de satisfazer por parte da Alemanha. Hitler, farto deste “jogo”, em 10 de janeiro de 1940 acaba por abandonar as Operações *Félix* e *Isabella*, concentrando as suas forças na Grécia e foca-se no ataque à Rússia. (Telo, 1987, p. 262)

Os planos alemães e espanhóis eram do conhecimento britânico e em agosto de 1940 um membro da *Naval Intelligence Division* Ian Fleming (1908-1964), mais tarde famoso por ser o criador de James Bond (1953), foi incumbido de desenvolver e elaborar um plano de colocação de células *stay-behind* compostas por comandos, agentes secretos e sabotadores, em território espanhol. Estas unidades entrariam em ação, caso a entrada da Espanha na guerra ao lado do Eixo estivesse iminente. Esta operação recebeu o nome de *Golden Eye*. (Simmons, 2019, p. 141)

Para a proteção do Rochedo de Gibraltar foi também desenvolvida uma operação complementar e ultrassecreta designada por *Operation Tracer*. O plano era algo de inovador e previa que uma equipa de operacionais *stay-behind* ficasse oculta no interior do Rochedo

---

<sup>14</sup> /<https://codenames.info/operation/isabella-i/>

para transmitir informação via rádio ao Almirantado britânico e direcionar o contra-ataque Aliado. (Simmons, 2019, p. 160) De acordo com o autor:

“As instalações teriam de acomodar seis homens com os respetivos sistemas de radiotelegrafia e provisões, bem como um tanque de água com reservas para um ano. O esconderijo teria 13 metros de comprimento, 5 de largura e 2,5 de altura, com duas frinchas a partir das quais poderiam observar a baía de Gibraltar a Oeste e o Mediterrâneo a Leste.” (Simmons, 2019, p. 160)

Juntamente com estas preparações o Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill (1874-1965) decidiu que como resposta à Operação *Félix* iria ocupar o arquipélago de Cabo Verde e propõe ao Gabinete de Guerra que os Estados Unidos sejam informados dos planos destinados à ocupação destas ilhas Atlânticas. Em 9 de outubro de 1940, os planos da Operação *Alloy* (ocupação dos Açores) estão ultimados e Roosevelt é informado dos mesmos (Telo, 1993, p. 327), no entanto, a invasão/ocupação não chega a ocorrer, pois, o governo português acaba por negociar a cedência das ilhas açorianas aos Aliados.

Para concluir este capítulo, iremos abordar outra ameaça ao território nacional para além da possibilidade de invasão das forças do Eixo, o “Plano de Campanha n. °1.” De acordo com o historiador espanhol Manuel Ros Agudo, em dezembro de 1940 e durante as negociações com a Alemanha para a entrada espanhola na guerra, Francisco Franco o *generalíssimo*, requisitou ao Estado-Maior um plano de invasão de Portugal (Agudo, 2019, p. 224), apesar de os dois países terem assinado um pacto de amizade e não agressão.

Como é evidente o plano inseria-se na previsão de um futuro confronto com os britânicos, que estava a ser ponderado por Espanha e no âmbito de uma entrada na guerra ao lado da Alemanha. O ataque teria início com um assalto surpresa ao rochedo de Gibraltar, ponto estratégico vital para os ingleses e prevendo que a resposta britânica provavelmente incluiria um ataque às ilhas Canárias e um desembarque nas costas portuguesas, o Estado Maior espanhol, arquitetou uma ocupação preventiva de Portugal, antecipando-se a esta última alternativa. No preâmbulo do plano de campanha podia ler-se o seguinte:

“A conquista de Portugal não deve ser considerada uma ação isolada, mas por estar intimamente ligada com a Inglaterra, representa um dos aspetos da luta contra esta nação. Partindo desta base, para o estudo da questão que nos ocupa, devemos atender a todas as contingências que esta hipótese encerra, ou seja nas operações terrestres e ações aéreas, como na defesa de costas e a segurança das comunicações marítimas. Como consequência, no estudo dos meios a empregar,

deve-se determinar-se o seguinte: 1º meios necessários para bater o exército português e o seu aliado; ocupação do país e defesa das suas costas, 2º elementos para conquistar, ou pelo menos neutralizar, a região de Gibraltar.” (Agudo, 2009, p. 225)

Como é possível verificar, ambas as operações estão ligadas, embora a invasão de Portugal, faça parte do plano mais abrangente de Franco de uma futura guerra contra os britânicos. Com a elaboração deste projeto, Franco “esquecia” o tratado assinado em 17 de março de 1940 e o apoio oferecido por Salazar no âmbito da Guerra Civil Espanhola, estava claro, que as ambições espanholas estavam à frente de qualquer “dívida” de gratidão que existisse entre os dois países, no fundo, a *Realpolitik* sobrepunha-se a qualquer sentimentalismo. (Agudo, 2009, p. 225)

O ataque a Portugal ocorreria inicialmente com um ultimato que não é especificado no plano, impossível de cumprir, pelo que após o a extinção do prazo dado, possivelmente 24 ou 48 horas, dar-se-ia início às operações. Segundo Manuel Agudo este plano permaneceu com classificação secreta por mais de 67 anos, tendo sido elaborado pela 1ª Secção de Operações do Alto Estado-Maior e apresentado ao General Franco em 18 de dezembro de 1940. O esboço apresentado tinha cerca de 100 páginas e contemplava todos os requisitos para um ataque desta dimensão, desde uma análise histórica das anteriores invasões de Portugal, até informação relativa às capacidades das Forças Armadas Portuguesas.

Estava igualmente contemplada a informação no que concerne às características geográficas de Portugal bem como o número de forças espanholas necessárias e as rotas que as mesmas utilizariam na invasão. (Agudo, 2009, p. 226) No plano está também presente uma justificação apresentada por Franco para o ataque a Portugal e que julgamos ser de salientar:

“A delicada situação de Portugal em relação a um conflito internacional em que intervenha a Inglaterra, a escassa potencialidade do país vizinho e sobretudo o atrativo das suas costas, em cujos pontos é possível perturbar as relações marítimas, pode conduzir a Inglaterra a tentar ocupar as bases navais deste território. Perante tal eventualidade decidi: preparar a invasão de Portugal, com o objetivo de ocupar Lisboa e o resto da costa portuguesa. Levar a cabo este propósito, quando o ordenar, em virtude das notícias fornecidas pelo Serviço de Informação.” (Agudo, 2009, p. 226)

Ou seja, a invasão do território nacional só é planeada pelo facto de existir a possibilidade dos britânicos se servirem de Portugal para estabelecer bases e não por existir uma ameaça o real representada pelo nosso país contra Espanha. No documento intitulado “Projeto de diretrizes aos Exércitos de Terra, Mar e Ar”, Franco declara abertamente o carácter antibritânico da operação declarando o seguinte:

“No aspeto da luta contra Inglaterra proponho-me: Ocupar rapidamente o país vizinho (Portugal), mediante uma primeira ação de surpresa, seguida, sem solução de continuidade, por uma ação de forças. Assegurar solidamente a defesa de costas e fronteiras, especialmente a cantábrica e atlântica. Manter e assegurar as comunicações com Marrocos e as Baleares. Defender com os seus próprios meios o arquipélago Canário e as possessões de África.” (Agudo, 2009, p. 226)

Após a invasão e na fase de ocupação, as preocupações de Franco centrar-se-iam na preparação de defesas contra a possível resposta britânica, que dispunha de superioridade naval em relação a Espanha e poderia certamente organizar um contra-ataque sobretudo nos territórios insulares espanhóis. No entanto, convencido da capacidade do Eixo em conseguir derrotar a Inglaterra, Franco pensava que essas perdas territoriais seriam temporárias e rapidamente voltariam para o domínio espanhol.

No que diz respeito aos meios militares que Espanha tencionava utilizar na agressão contra Portugal, Manuel Agudo refere que seriam empregues cerca de 10 divisões de infantaria, 1 de cavalaria, quatro regimentos de viaturas blindadas, 8 grupos de reconhecimento e 8 regimentos mistos de infantaria, totalizando 250.000 homens. Estes números representavam o dobro dos efetivos disponíveis em Portugal para se opor a uma invasão. Além da superioridade numérica, o exército espanhol tinha a vantagem da experiência obtida durante a Guerra Civil Espanhola, Portugal por sua vez, não combatia desde a Primeira Grande Guerra. (Agudo, 2009, p. 229)

O assalto a Portugal seria efetuado através das forças espanholas que atuavam a norte e a sul do rio Tejo, o propósito era dividir o país em três partes facilitando desse modo a capitulação das forças portuguesas. O Exército do Ar espanhol participaria na invasão com 5 grupos de bombardeiros, dois grupos de caças e dois de assalto. Estas forças estariam coordenadas para atuar em conjunto com as forças terrestres, numa clara alusão à *Blitzkrieg*.

A aviação era fundamental na invasão e tinha como missão primária a destruição da aviação portuguesa, das suas bases aéreas, a interdição dos postos de comunicações, vias de

comunicação, apoiar o avanço das tropas, permitir a neutralização do rochedo de Gibraltar e atacar, se necessário, forças navais inimigas. O ataque espanhol previa um assalto em força e de forma rápida, não permitindo nenhuma contraofensiva portuguesa ou britânica. (Agudo, 2009, p. 230)

Neste “Plano de Campanha n.º 1” a armada espanhola tinha uma missão de certo modo mais secundária, visto tratar-se de uma invasão terrestre, no entanto, também seria empregue sobretudo para manter as comunicações abertas com as ilhas Baleares e com o protetorado de Marrocos. Utilizaria submarinos para perturbar as comunicações navais inimigas, e em ações de patrulhamento contra submarinos inimigos, desenvolveria também ações de minagem de locais estratégicos. É de salientar o facto de a armada espanhola não ter sido incumbida de qualquer papel na proteção das ilhas Canárias, cuja ocupação pelos britânicos já estava equacionada no plano de campanha. (Agudo, 2009, p. 230) Estes são os aspetos puramente militares do plano de Franco em relação ao que Espanha pretendia de Portugal, o historiador espanhol Manuel Agudo afirma o seguinte:

“Sobre os aspetos políticos e o futuro que se desejava para o país vizinho, dispomos de poucos elementos. A ocupação de Portugal seria uma situação temporária, enquanto durasse a guerra, ou, pelo contrário, escondia um plano de absorção pela Espanha? Pretendia-se, talvez, voltar aos tempos em que Espanha e Portugal tinham formado parte de uma mesma coroa sob Felipe II de Espanha e os seus sucessores?” (Agudo, 2009, p. 231)

Por outras palavras, não existe informação documental, pelo menos no domínio público, que nos permita compreender de forma abrangente quais os planos a longo prazo que o general Franco equacionara com a invasão de Portugal.

Terminamos esta breve abordagem às intenções espanholas para com Portugal com uma transcrição das palavras perturbadoras trocadas entre o Ministro de Exteriores Ramón Serrano Suñer (1901-2003) e o Ministro das Relações Exteriores Joachim von Ribbentrop (1893-1946):

“A situação neste país tem, por vezes causado grande preocupação a Espanha. Esta não podia esquecer a compreensiva atitude de Portugal durante a Guerra Civil Espanhola. No entanto, ninguém pode de se dar conta, ao olhar para o mapa da Europa, que geograficamente falando, Portugal na realidade não tinha o direito de existir. Tinha apenas uma justificação moral e política para a sua

independência pelo facto dos seus quase 800 anos de existência.” (Agudo, 2009, pp. 231-232)

## CAPÍTULO III

### OPERAÇÃO *RIPPER*

#### 3.1 - OS PLANOS BRITÂNICOS DE OCUPAÇÃO DA MADEIRA

Winston Churchill afirmou o seguinte: “Durante a guerra, a verdade é tão preciosa que deveria ser sempre acompanhada de mentiras como guarda-costas.”<sup>15</sup> Ultrapassando o sentido de humor do estadista britânico, que nos anos seguintes haveria de estar na Madeira, por essa e outras razões ligadas à segurança em geral, é sempre comum atribuir às operações um nome de código. Durante a Segunda Guerra Mundial o plano de ocupação da ilha da Madeira pelos britânicos recebeu assim a designação de Operação *Ripper*. Foi desenvolvido pelo *Joint Planning Staff* do *War Cabinet* e esteve para ser executado entre fevereiro de 1942 e o início de 1943.

Neste capítulo, elaborado com base em documentação presente nos Arquivos Nacionais do Reino Unido, iremos abordar inicialmente os relatórios de informação que visavam transmitir à secção de planeamento da Operação *Ripper*, informações importantes sobre a Ilha da Madeira. Na segunda fase da investigação, será descrita a operação propriamente dita no que diz respeito ao plano de invasão/ocupação e das forças militares envolvidas. Procurou-se fazer a tradução dos documentos o melhor possível, mas mantendo sempre a essência original.

A Segunda Guerra Mundial foi um dos conflitos em que a guerra da informação foi fundamental na vitória final. Uma estratégia de guerra só pode ser bem-sucedida se houver um processo de decisão consciente e isso depende sobretudo da capacidade de possuir informações ou *Intelligence*, como se designa em inglês, que permitam obter vantagem sobre o adversário. De certa forma, quem tem a informação detém o poder (Jesus, 2015, p. 21), foi nesse sentido que os responsáveis pelo planeamento da Operação *Ripper*, procuram obter o máximo de informação possível sobre o arquipélago da Madeira de forma a adaptar o plano de invasão à realidade presente no terreno.

---

<sup>15</sup> Fonte: <https://citacoes.in/citacoes/107570-winston-churchill-durante-a-guerra-a-verdade-e-tao-preciosa-que-ela/>

Nos *National Archives* encontram-se presentes um conjunto de documentos designados por *Madeira intelligence report* n. °175<sup>16</sup> com data de setembro de 1941, nos quais é possível constatar o interesse britânico em obter informações relevantes para o planeamento de uma futura operação militar. Como refere o relatório, pretendia-se informação sobre:

**Pessoas de interesse:**

- Pessoal existente no consulado;
- Pessoal inimigo presente na Madeira;
- Cidadãos britânicos a residir na ilha;

**Informação Militar:**

- Forças militares portuguesas destacadas para a defesa;
- Defesas;
- Disposição de tropas;
- Estradas, pontes, praias propícias a um desembarque anfíbio;
- Pontos vulneráveis;
- Sobre o estado do porto do Funchal;
- Guias e intérpretes;
- Condições de voo, locais para aterragem de forças aerotransportadas;
- Localização de aquartelamentos;
- Quantidades de munições e combustível;
- Serviços médicos;

**Serviços essenciais:**

- Comunicações;
- Iluminação e energia elétrica;
- Serviços de socorro;
- Água;
- Instalações para efetuar reparações;

**Abastecimentos:**

- Alimentos;

---

<sup>16</sup> *UK National Archives, Madeira intelligence report*, Ref. WO 252/877, cedido por Paulo Rodrigues.

- Indústria pesqueira;
- Provisões diversas (madeira, combustível);

**Diversos:**

- Lazer e atividades recreativas;
- Restaurantes, cafés e hotéis;
- Imprensa.

Pedia-se no referido documento igualmente que fossem enviados mapas em grande e pequena escala, planos da cidade do Funchal, fotografias da Ilha e um guia de viagem.

Em resposta ao solicitado, foram enviaram diversas fotografias de pontos de elevado interesse da ilha da Madeira tais como:

- Vista geral do Funchal e do novo molhe da Pontinha;
- Navios presentes no porto;
- Velho molhe da Pontinha;
- Praia Formosa;
- Câmara de Lobos;
- Ribeira Brava, vista norte;
- Ponta do Sol, vista norte;
- Estrada de ligação entre a Ponta do Sol e a Madalena do Mar, vista este;
- Paul do Mar, vista noroeste;
- Porto Moniz, vista noroeste;
- Foz da Ribeira da Janela;
- Vista da costa norte a partir da Ribeira da Janela;
- Seixal, vista este;
- São Vicente, vista este;
- Praia de São Vicente;
- Estrada de ligação entre São Vicente e Ponta Delgada;
- Praia da Ponta Delgada;
- São Jorge, vista noroeste;
- Maciço montanhoso central, vista sul;

- Ponte do Faial (incompleta e intransitável);
- Vale do Ribeiro Frio;
- Portela, vista norte;
- Estrada Portela/ Machico (pavimentada);
- Baía de Machico, vista nordeste;
- Baía de Santa Cruz; vista este;
- Porto Novo, vista sudoeste;
- Vila da Camacha;
- Estrada do Poiso, mostrando o tipo de pavimento utilizado;
- Estrada para a Camacha (pavimentada);
- Ponte do Ribeiro Seco, vista este e oeste;
- Ponte dos Socorridos, vista oeste;
- Ponte entre ponta do Sol e Madalena do Mar;
- Baía da Madalena do Mar;
- Chão das Feiteiras, vista norte;
- Estrada do Ribeiro Frio;
- Estrada velha do Cedro Gordo (Faial);
- Ponte do Porto Novo, vista norte;
- Porto Santo, vista oeste.

Relativamente à restante informação pretendida pelo *director of naval intelligence*, a correspondência secreta destaca algumas informações deveras interessantes, tais como a composição da população britânica residente na ilha que totalizava cerca de 300 pessoas.<sup>17</sup> O número de gibraltinos que haviam sido evacuados e acolhidos na Madeira é também referido, 1950 pessoas incluindo mulheres, homens e crianças. O relatório refere ainda que os súbditos britânicos deveriam ser divididos em três classes distintas: classe I - aptos para todos os serviços, classe II - aptos para serviço administrativo, classe III - aptos para tarefas não operacionais. Os membros da legião britânica (15) são também mencionados, assim como a sua morada e profissão.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*.

No que concerne aos cidadãos oriundos de países inimigos o relatório refere que na Madeira residiam 31 italianos e 82 alemães. Um facto interessante que nos despertou a atenção e que julgamos ser de salientar foi que o agente que elaborou o relatório, dividiu a população germânica em judeus e arianos, como os informadores alemães faziam à época.

A descrição presente no documento dos serviços secretos britânicos, é extremamente minuciosa, no que diz respeito à constituição e capacidades das forças militares portuguesas estacionadas na Madeira, sendo perfeitamente compreensível tendo em conta que essas informações seriam de grande importância, na elaboração de eventuais planos de invasão.

As Forças Armadas portuguesas na Ilha eram formadas por cerca de 3.150 homens, a polícia (PSP) tinha 150 guardas e a Legião Portuguesa 200 legionários (muitos deles militares no ativo). No que concerne ao armamento individual e coletivo, o documento refere que a arma principal utilizada pelas forças nacionais era a espingarda *Mauser* 7.9 mm. curiosamente uma arma de origem alemã, metralhadoras ligeiras *Dreyse* 7.92 mm. e as metralhadoras pesadas de fabrico italiano *Breda*. Possuíam também morteiros ligeiros de 8 cm. e cerca de 3000 granadas de mão defensivas britânicas *Mills*.<sup>18</sup>

No que toca a navios da armada portuguesa, afirma-se que não existiam meios navais fixos no arquipélago, mas, que ocasionalmente era enviado um contratorpedeiro ou uma corveta para patrulhar as águas madeirenses. Em seguida procede-se à descrição das defesas que provavelmente constituiriam uma maior ameaça às forças de desembarque.

**Bateria de Defesa Costeira:** constituída por três peças de artilharia pesada *Krupp*, construídas em 1940, na encosta sul do Pico da Cruz, camufladas por redes. Disponha de 176 munições.

**Armas Antiaéreas:** 4 peças de artilharia *Vickers Armstrong* calibre 9,6 cm. controladas eletricamente, com alcance máximo de 22.000 pés.

**Zonas de aterragem para forças aerotransportadas ou aviões:** no relatório, afirma-se que as melhores zonas da ilha para efetuar aterragens de aeronaves, eram o Chão das Feiteiras no Poiso, o planalto do Paul da Serra e a zona da Cancela (Caniço). Para a utilização de hidroaviões, sugeria-se a baía do Caniçal.

**Defesas Costeiras:** no que concerne ao dispositivo colocado nas praias, o documento afirma o seguinte: foram construídas casamatas de betão, posições defensivas com sacos de

---

<sup>18</sup> *Ibidem*.

areia e arame farpado, nas zonas costeiras de Machico, Porto da Cruz, Porto Moniz, Porto Novo, Santa Cruz, Santana, São Vicente, Calheta, Ribeira Brava e Praia Formosa.<sup>19</sup>

Para além da informação mencionada anteriormente, o relatório é tão detalhado, que descreve até o número de militares destacados em diversos locais da ilha, bem como as suas patentes.

- **Ribeira Brava:** 1 Capitão, 1 Tenente, 15 Sargentos incluindo Cabos e 66 Soldados;
- **São Vicente:** 1 Tenente, 10 Sargentos incluindo Cabos e 42 Soldados;
- **Canico:** 1 Tenente, 9 Sargentos incluindo Cabos e 33 Soldados;
- **Porto Novo:** 1 Tenente, 10 Sargentos incluindo Cabos e 66 Soldados;
- **Santa Cruz:** 1 Capitão, 2 Tenentes, 26 Sargentos incluindo Cabos e 98 Soldados;
- **Santo da Serra:** 1 Major, 1 Capitão, 4 Tenentes, 23 Sargentos incluindo Cabos e 225 Soldados;
- **Faial:** 1 Capitão, 2 Tenentes, 22 Sargentos incluindo Cabos e 171 Soldados;
- **Porto Moniz:** 1 Tenente, 4 Sargentos incluindo Cabos e 18 Soldados;
- **Seixal:** 6 Sargentos incluindo Cabos e 26 Soldados.

Cada secção de 16 soldados tinha atribuída uma metralhadora ligeira. Em seguida o relatório descreve as condições de voo do arquipélago e define a costa sul como o local mais propício para realizar operações com hidroaviões, visto ainda não existir um aeródromo ou um aeroporto na Ilha. Geograficamente a Madeira é descrita como tendo um relevo declivoso, sendo necessário a construção de socalcos para poder cultivar a terra. A zona costeira é classificada como acidentada principalmente no lado norte, não se recomendando operações com hidroaviões nesses locais.

A baía de Machico chega a ser referida como alternativa ao Funchal para operações com aviões anfíbios, no entanto, o relatório destaca diversas desvantagens, tais como: ser demasiado estreita, estar rodeada de montanhas por ambos os lados e que se estendem pelo vale até ao lado norte e a praia possuir uma ondulação que provavelmente prejudicaria as aeronaves durante as aterragens e descolagens. Nesse sentido só deveria ser equacionado o seu uso em caso de emergência.

---

<sup>19</sup> *Ibidem.*

O porto do Funchal surge assim como a única alternativa viável, pois já era utilizado com o propósito de receber hidroaviões, sendo apresentada no relatório ainda informação de carácter técnico sobre o porto em concreto, como dimensões do molhe, tipo de gruas existentes, condições de navegação, defesas militares e infraestruturas com utilidade para as forças invasoras. Para a construção de uma futura base aérea britânica, sugeria-se a ilha do Porto Santo, descrita no documento como tendo o terreno ideal para estabelecer um aeroporto.<sup>20</sup>

Seguidamente o relatório debruça-se sobre as praias mais propícias para desembarques anfíbios, afirmando que as melhores eram a Praia Formosa, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico com o propósito de atacar em duas frentes distintas e depois prosseguir até ao Funchal, pois existiam boas vias de comunicação até à capital. A cidade é classificada como estando em obras de reconstrução com uma população de 68.000 mil habitantes e com ruas estreitas, não se recomendando para a força invasora o uso de viaturas com lagartas, mas sim, com pneus de borracha.

No campo, as estradas estão pavimentadas em pedra com cerca de 20 pés de largura e tornam-se escorregadias com o tempo de chuva, estando geralmente em bom estado. Em caso de necessidade, refere-se ainda a possibilidade de cortar acessos com explosões controladas para causar obstruções nas vias. Pontes: a partir do Funchal para a zona Oeste existem duas importantes pontes, a do Ribeiro Seco e a da Ribeira dos Socorridos. Para a zona Este em direção a Machico, existem muitas pontes localizadas em barrancos íngremes que se fossem destruídas pelas forças defensoras, prejudicariam seriamente o invasor.

É de referir que no relatório foi possível encontrar uma lista de pessoas que poderiam colaborar com as forças britânicas, quer como fonte de informação, quer como guias.

Arco da Calheta: João Jorge Sousa.

Calheta: João Agostinho da Silva.

Camacha: António Ernesto Martins.

Câmara de Lobos: José Barros.

Campanário: Ludgero Policarpo Figueira.

Canhas: José Egídio Teixeira.

Caniçal: padre João Romão Alves.

---

<sup>20</sup> *Ibidem.*

Caniço: Torquato Correia.  
Estreito da Calheta: Dr. Teixeira da Fonte.  
Faial: Manuel Teixeira Mendonça.  
Fajã da Ovelha: António Rodrigues da Silva.  
Gaula: Manuel Vieira de Gouveia Jesus.  
Machico: Luiz Nunes Vieira.  
Madalena do Mar: Raimundo da Silva Nascimento.  
Paul do Mar: Maurício Gomes dos Santos.  
Ponta Delgada: César Fernandes dos Santos.  
Ponta do Sol: António da Silva Santos.  
Ponta de S. Lourenço: padre João Romão Alves.  
Ponta do Pargo: Dr. Vasco Augusto França.  
Porto da Cruz: Américo de Oliveira.  
Porto Moniz: João Teixeira e Paiva.  
Porto Novo: José Jorge.  
Portela: João da Conceição.  
Prazeres: António Gomes Araújo.  
Ribeira Brava: Francisco António dos Reis.  
Santa Cruz: Francisco Assis Cardoso.  
Santana: José Teixeira Mendonça.  
Santo da Serra: Domingos.  
São Jorge: Manuel Mendonça.  
São Vicente: António Joaquim Jr.  
Sítio do Pesqueiro: Maurício Gomes dos Santos.<sup>21</sup>

Posteriormente o *intelligence report* aborda a questão das instalações médicas existentes na Ilha, afirmando que existe uma casa de enfermagem sob tutela britânica e com equipamento semelhante a um hospital de campanha militar, com capacidade para cerca de 20 pacientes. O hospital principal, pode alojar 205 pacientes em 9 alas distintas. Se por força das circunstâncias fosse necessário aumentar o volume de internamentos, sugeria-se a

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 18.

utilização do *Grand Hotel Belmonte*. É referido ainda, que não existiam médicos britânicos a exercer na Madeira e que o Funchal tinha duas ambulâncias e 9 cidadãos portugueses a exercer medicina.<sup>22</sup>

As comunicações são o próximo ponto analisado, o documento expõe os distintos meios de comunicar disponíveis na Ilha neste período: o telefone, o telégrafo e o rádio. Os transportes terrestres totalizavam cerca de 60 camiões e 133 autocarros e um pequeno caminho de ferro, com cerca de 3.911m. 4 locomotivas e que circula entre a cidade e o Monte.<sup>23</sup> A questão energética é descrita da seguinte forma: uma central elétrica (companhia de eletricidade Lda.) situada no Almirante Reis com 10 motores a gasóleo. Se fosse necessário apagar as luzes da cidade por questões de *blackout*, a corrente poderia ser desligada em questão de segundos. Existia ainda uma estação de apoio que funcionava a carvão na zona dos Moinhos.<sup>24</sup>

Outra preocupação dos britânicos era a disponibilidade de infraestruturas de salvamento, reparação e manutenção, o documento alude à *Madeira Engineering Co. Ltd.* como a mais completa instalação de reparações na ilha e no que diz respeito a embarcações para busca e salvamento, existia o rebocador *Gavião* e 4 barças. Acrescenta ainda o relatório, que relativamente às forças de socorro, estas eram constituídas pelos Bombeiros Municipais, que possuíam 32 efetivos e 5 auxiliares. O material de combate a incêndios disponível é classificado como utilizável, mas com cerca de 15 anos de serviço. O quartel tinha apenas uma ambulância para prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar.<sup>25</sup>

Em seguida é abordado pelo relatório outra importante questão do ponto de vista das forças invasoras: os abastecimentos disponíveis. A água potável para consumo era obtida diretamente das montanhas e canalizada para o consumidor, existindo 3 grandes reservatórios no topo do Funchal e ainda mais 2 de pequena dimensão propriedade da empresa *Blandys*. Para a utilização agrícola e consumo da população, são referidas as levadas que transportavam a água da costa norte até ao sul.<sup>26</sup>

No que diz respeito aos alimentos à disposição, refere-se que alimentação do madeirense era constituída essencialmente por trigo, milho, arroz, peixe fresco, salgado e

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 28.

vegetais. A carne era algo raro e reservado para determinadas épocas. O peixe e os vegetais eram de certa forma abundantes. As reservas eram estimadas em 3.600 toneladas de trigo e 1.800 toneladas de milho. O detalhe do documento é tal, que até se descrevem as capacidades disponíveis relativamente ao armazenamento frigorífico, afirmando que a *Empresa de Cervejas Madeirense* e o *Hotel Reids*, possuíam instalações adequadas para esse fim.<sup>27</sup>

Outros pontos abordados pelo documento são a frota pesqueira madeirense, os negociantes de madeira e as reservas deste material disponíveis, as mercearias, hotéis e locais de entretenimento são também descritos, bem como as reservas de combustível disponíveis. O relatório termina com um mapa da Ilha, um guia turístico e fotografias dos locais de elevado interesse mencionados anteriormente.

É interessante sublinhar o nível de pormenor das informações reunidas que certamente dariam aos responsáveis do planeamento da Operação *Ripper*, uma perspetiva particular e única da realidade presente no teatro de operações da Madeira. O segundo documento proveniente dos *National Archives* do Reino Unido e que abordaremos em seguida, incide mais concretamente no planeamento militar da Operação *Ripper*, os meios envolvidos, datas previstas e objetivos a conquistar, entre outros temas.

O plano *Azores and Madeira Winter plan by assault operations Ringraft and Pressgand* datado de 5 de maio de 1942 é classificado como SECRETO, sendo elaborado pelo *War Cabinet* do *Joint Planning Staff*. Resumidamente diz o seguinte: Que o anterior plano desenvolvido para a época de verão, simplesmente não é praticável nos meses de inverno, porque a ondulação e o vento tornam da utilização de lanchas de desembarque complicada. Para contrariar estes factos, a seção de planeamento propõe que o desembarque de pessoal decorra apenas no assalto inicial e sejam apenas utilizadas as praias existentes nos locais mais abrigados das ilhas (Madeira e Açores).

Refere ainda que será expectável existir um maior número de baixas decorrentes das operações de desembarque e que finalmente que seria necessário um maior suporte de meios aéreos para compensar a falta de apoio de fogo pesado, visto não ser exequível desembarcar com o mar alterado viaturas blindadas a partir das lanchas de desembarque. Consequentemente o número de pessoal e de navios anfíbios necessários, seria maior que no

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 32.

plano de verão, sendo ainda referido, que o apoio de um porta-aviões era fundamental para o sucesso da operação.<sup>28</sup>

Em caso de não ser possível a colaboração de um porta-aviões, o plano seria atacar uma ilha de cada vez e usar a mesma como testa de ponte, para então prosseguir o avanço sobre outras ilhas. Da leitura deste documento entende-se que estavam equacionadas duas linhas de ação distintas para a ocupação dos arquipélagos. Primeiro um ataque simultâneo a São Miguel, Faial, Terceira e à Madeira e, como segunda opção, contemplava um ataque isolado a uma das ilhas (dos Açores), e só depois assaltos aos restantes objetivos das outras ilhas. Como propósito e justificação para a ocupação da Madeira, a secção de planeamento definiu que importava sobretudo negar o acesso da Ilha ao inimigo e estabelecer no Funchal uma estação de reabastecimento<sup>29</sup> para os navios da *Royal Navy* em vigilância no Atlântico.

A primeira opção tinha como evidente vantagem o facto de o elemento surpresa levar a que a reação das forças portuguesas não fosse tão vigorosa e certamente iria atrasar o envio de reforços a partir do continente. Como desvantagens, seriam necessários muitos mais meios navais e aéreos, bem como um número de homens muito superior para permitir um ataque simultâneo a todos os objetivos. A segunda opção necessitava de ataques subsequentes às restantes ilhas e sem o elemento surpresa que seria certamente perdido no ataque inicial, no entanto, não seria necessário empregar tantos meios como na primeira opção.

O plano classifica as defesas de São Miguel e do Faial, como as mais temíveis, sendo um assalto surpresa fundamental. A Terceira e a Madeira são descritas como tendo um aparelho defensivo fraco e a surpresa, embora desejável, não era essencial. Estimava-se que em caso de sucesso na invasão os reforços enviados de Portugal Continental levariam cerca de 14 dias a chegar à Madeira. No que concerne aos meios disponibilizados para a operação de ocupação, estavam previstas as seguintes forças:

- 1 Cruzador e 4 contratorpedeiros.
- 2 Navios de assalto anfíbio.
- 1 Navio de transporte de tropas.

---

<sup>28</sup> UK National Archives, *Operations "Brisk" and "Ripper": plans for occupation of the Azores and Madeira*. Ref. WO 106/3060, cedidos por Paulo Rodrigues.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

- 1 Navio logístico.
- 1 Navio reabastecedor.
- 2 Batalhões de infantaria.
- 1 Unidade de comandos.<sup>30</sup>
- 1 Unidade de artilharia antiaérea ligeira.
- 1 Unidade de artilharia antiaérea pesada.

Como linhas gerais de ação para as forças invasoras o documento relata-nos o seguinte: Com base nas informações recolhidas no *intelligence report* mencionado anteriormente, a secção de planeamento decidiu que a “chave” para a conquista da ilha, residia na tomada do Funchal, local onde estavam estacionados dois terços da guarnição disponível na Madeira. Antes da aproximação dos navios da força invasora, era crucial a neutralização da Bateria de Costa n.º 2 alojada no Pico da Cruz. As praias mais favoráveis a um assalto anfíbio eram as situadas entre Machico e a Ribeira Brava.

Como momento favorável para o ataque, sugeria-se que como a Ilha não possuía aviação nem sistema de radar, esse aspeto não era um fator determinante na manutenção do elemento surpresa, mas alertava-se para a existência de holofotes de busca que poderiam comprometer as forças invasoras.<sup>31</sup> Referia-se igualmente que se fosse necessário contar com assistência interna para a ocupação havia uma grande comunidade britânica na Ilha, mencionando os refugiados gibraltinos como uma fonte de apoio importante. No que diz respeito à possível resposta das forças portuguesas afirmava-se que era improvável que as mesmas oferecessem uma resistência prolongada, pois, estavam relativamente dispersas e tinham falta de armamento pesado.

Após a queda do Funchal, era possível que se mantivessem pequenas bolsas de resistência noutros pontos do território, mas, sem capacidade de causar danos significativos às forças britânicas. Se a força atacante fosse detetada previamente antes de os preparativos para o desembarque anfíbio estarem concluídos, estavam previstos bombardeamentos navais feitos pelo cruzador à Bateria de Costa n.º 2 e a outros pontos nevrálgicos. No plano estão

---

<sup>30</sup> Os Comandos britânicos, foram formados, em junho de 1940, após um pedido do Primeiro-Ministro Churchill, para criação de uma unidade que pudesse realizar ataques contra a Europa ocupada pelos alemães. Eram uma força de elite especializada em golpes de mão, ataques atrás das linhas inimigas e guerra de guerrilha.

<sup>31</sup> *Ibidem.*

contempladas 3 linhas de ação possível: 1.º assalto direto ao Funchal, usando o molhe da Pontinha e as praias da baía para desembarcar as tropas, 2.º assalto a partir da zona Oeste e avanço em direção ao Funchal, 3.º assalto na zona Este e avanço posterior até à capital. A primeira opção era a mais ariscada, pois, a bateria de costa era uma séria ameaça aos navios presentes nas águas em redor do Funchal.

Segundo afirmam os membros do *Joint Planning Staff*, a melhor opção era uma combinação de ataques simultâneos a partir de este e oeste e prosseguindo depois o avanço até à cidade. A neutralização da bateria de costa seria efetuada pela unidade de comandos, que a coberto da escuridão desembarcariam na Praia Formosa e procederiam à inutilização das peças de artilharia situadas no Pico da Cruz.

Seguidamente avançariam para o porto do Funchal para neutralizar as restantes defesas, este “golpe de mão” dos comandos britânicos era considerado um fator determinante no sucesso final da operação. Um batalhão de infantaria faria o resto do assalto preferencialmente a coberto da escuridão. Outro batalhão ficaria em reserva estratégica nos navios e pronto a intervir. As unidades de defesa AA (antiaéreas), desembarcariam no porto depois de o mesmo estar sob controlo dos atacantes.<sup>32</sup> Para complementar as ações de combate, também se colocava a hipótese de utilizar métodos de guerra irregular como a utilização de propaganda e subversão.

Após controlado o Funchal seriam levadas acabo operações de “limpeza” dos restantes focos de resistência que ainda pudessem persistir noutros locais. No total estariam envolvidos na Operação *Ripper* cerca de 3.700 homens e 160 viaturas e previa-se que as ações de combate estivessem concluídas em cerca de 7 dias. É importante notar que nunca terão existido dúvidas por parte dos britânicos, que após ultrapassado o choque inicial da invasão, as forças militares ocupantes poderiam contar com o apoio popular, pois o sentimento anglófilo na Madeira era forte. É interessante sublinhar que a partir de 1942 com os desembarques Aliados em África, (Operação Tocha) o plano de ocupação da Madeira entra em arquivamento, só voltando a ser equacionado em maio de 1943, inseridos numa estratégia global Aliada em relação aos arquipélagos Atlânticos. Segundo Paulo Rodrigues:

---

<sup>32</sup> *Ibidem*.

“Em 1943, porém, os motivos eram algo diversos, uma vez que o perigo sobre Gibraltar deixara de ser iminente e, para além disso, Casablanca passa a ser uma alternativa. Assim o que fez renovar o interesse pela Operação *Ripper* foi a atitude dos EUA em relação ao espaço atlântico- e o incomodo que isso provocou em Inglaterra- e a necessidade de os Aliados garantirem a cobertura das principais rotas de navegação transatlânticas, por forma a evitar os êxitos- mesmo que decrescentes dos submarinos alemães, alguns bem próximos da Madeira.”<sup>33</sup>

O plano de 1943 recebeu algumas alterações em relação ao plano original que mencionamos anteriormente, devido ao reforço da guarnição insular portuguesa. Por esse motivo foi necessário desenvolver uma maior especialização e reforço de meios das forças anfíbias de desembarque. Parece-nos oportuno lembrar que a derrota alemã na batalha do Atlântico e a conseqüente retirada dos *U-boot*, o êxito das operações Aliadas no Norte de África, e na Itália, bem como o acordo para o uso dos Açores como base, foram determinantes para selar em definitivo o destino da Operação *Ripper*, que seria arquivada.

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, Paulo. *in Revista do Diário de Notícias, Operação Ripper*. Funchal. 21 de março de 2004. pp.14-19.

## CAPÍTULO IV

### 4.1 - AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E A DEFESA CIVIL DO TERRITÓRIO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Como referido anteriormente no capítulo I, o professor Oliveira Salazar foi rápido a demarcar a posição portuguesa no conflito que tinha se iniciado em setembro de 1939, no entanto, compreendia que não era suficiente desejar a neutralidade era necessário possuir a capacidade de defender essa mesma atitude neutral. Em 11 de maio de 1936, o Ministro da Guerra, Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa (1881-1966) afirmou o seguinte: “Temos de ter um Exército, que nos é necessário para defesa dos grandes interesses da Nação”.<sup>34</sup>

O Presidente do Conselho de Ministros, cedo percebeu as lacunas existentes nas Forças Armadas portuguesas e em 1937 concede orientações para a reorganização das mesmas.<sup>35</sup> Segundo o Coronel Carlos Bessa Gomes, (1922-2013) foi nesse desejo de reequipar e modernizar os meios militares ao dispor de Portugal, que levou ao lançamento das reformas desse ano de 1937.

As reformas tinham como propósito levantar o moral desenvolvendo valores como força de carácter, vontade de servir a nação e melhorar as capacidades técnicas e teóricas, bem como instalações adequadas a uma instrução militar adaptada às realidades da guerra moderna. (Gomes, 1988, p. 96)

Adquirir armamento torna-se uma questão primordial para Portugal que como não era produtor, vê-se obrigado a recorrer à compra de material de guerra a países estrangeiros, como é evidente pela aliança que unia os dois países, a Inglaterra foi logo uma escolha óbvia, no entanto, segundo António Telo um relatório da Embaixada Britânica em Portugal elaborado em 1938 é categórico em definir as forças nacionais como muito fracas: “o Exército tinha um valor medíocre e era sobretudo uma força de ordem pública, sendo a sua principal fraqueza a incompetência dos seus chefes.” (Telo, 2004, p. 419) Com o objetivo de recuperar o atraso militar em relação a outros países o governo português inicia um processo de modernização, Victor Sousa Lopes, afirma o seguinte:

---

<sup>34</sup> SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas, Vol. 11 (1935 – 1937)*. pp.209-217.

<sup>35</sup> Decreto-lei n.º 28401 de 31 de dezembro de 1937.

“Em agosto de 1939, a Grã-Bretanha assina um acordo de cooperação militar com Portugal, aceitando apoiar diretamente o esforço de rearmamento e modernização das Forças Armadas Portuguesas. Todavia o acordo só começaria a ser cumprido a partir de setembro de 1943”. (Lopes, 2020, p. 29)

Perante a demora, quer na entrega do material necessário para um reequipamento minimamente eficaz, quer no cumprimento do acordo de defesa entre Portugal e a Inglaterra o nosso país é obrigado a virar-se para outros fornecedores. Segundo José Telo, as dificuldades impostas pela Inglaterra em 1937-1938 tornam necessário a compra de material de guerra a países como a Alemanha (espingardas *Mauser*, metralhadoras *Dreyse*, obuses de 10,5 e de 15), Checoslováquia, Itália (metralhadoras *Breda* e de obuses de 7,5 de montanha) e Dinamarca (metralhadoras *Madsen*). (Telo, 1983, pp. 44-45) De acordo com o coronel Carlos Gomes, a adoção deste material por Portugal, levou a que verificassem alguns protestos ingleses e constrangimentos resultantes da adoção de armamento com calibres e especificações diferentes do aliado britânico. (Gomes, 1988, p. 98)

Este material de guerra começou a ser entregue em maior número, em finais de 1940 e foi determinante no reequipamento de diversas unidades destacadas na Madeira, Açores, Cabo Verde, Angola e Moçambique. (Gomes, 1988, p. 98) O governo português, cedo tomou consciência das fragilidades das Forças Armadas Portuguesas, nesse sentido foram criadas missões militares entre Portugal e a Inglaterra, visando melhorar a capacidade defensiva do país.

É de salientar a missão designada por “Barros-Rodrigues” que, em 20 de fevereiro de 1940, se deslocou a Londres para debater com os aliados ingleses, quais as linhas de ação que os dois países seguiriam em caso de um ataque alemão a Portugal. (Gomes, 1988, p. 100) Nestas conversações, segundo Victor Lopes, surgem divergências entre os aliados luso-britânicos, em como reagir em caso de invasão. Portugal argumenta que o plano defensivo deve ter como sustentáculo uma defesa afastada assente nas fronteiras e combatendo o inimigo, se a situação permitir, nas suas bases. Para a Inglaterra, a prioridade defensiva deveria ser concentrada em pontos considerados estratégicos, como Lisboa. São estas diferenças, em termos de prioridades defensivas, que serão marcantes na evolução do plano designado por “Esboço dum plano mínimo de defesa antiaérea de Portugal” elaborado em julho de 1938. (Lopes, 2020, p. 33)

Nestes intercâmbios entre os dois países, ficou demonstrada a preocupação britânica em relação às capacidades militares portuguesas. Os receios recaíam sobretudo sobre a nossa

deficiente instrução militar e organização defensiva, bem como a existência de material de guerra obsoleto. Segundo o que afirmavam os nossos aliados, Portugal deveria conseguir aguentar de forma autónoma a defesa do território nacional durante pelo menos 16 a 30 dias, até que fosse reunido o apoio de forças inglesas e as mesmas pudessem deslocar-se e prestar assistência às forças portuguesas. (Gomes, 1988, p. 100)

No que diz respeito à defesa antiaérea do país eram claras as fragilidades nacionais neste campo. A Guerra Civil Espanhola já havia demonstrado o potencial da aviação em combate e temia-se em Portugal, que a *Luftwaffe* pudesse bombardear cidades portuguesas. Para mitigar esta ameaça, foi desenvolvido um plano de defesa antiaérea para Lisboa, criado à imagem do plano de defesa de Londres. Estes trabalhos tiveram a cargo do major-general F.W. Barron (1880-1963) que exercia funções de *Inspector of Fixed Defenses*.

No entanto, o chamado “plano *Barron*” não contemplava apenas ameaças representadas pela aviação, mas também previa a instalação de baterias de artilharia de costa, para defender o país de uma hipotética ameaça naval e anfíbia, não chegando a ficar completo por motivos de ordem financeira. No plano não se referia a categoria de material de guerra específico a adquirir, no entanto, foi decidido comprar peças AA de 9.4 cm. m/940, projetores AA MK IV, localizadores sonoros de aviação AA MK IX e ainda peças de fabrico sueco *Bofors* AA m/940 40 mm. (Lopes, 2020, p. 34) Em 1934 o general Anacleto dos Santos (1887-1945), que pertencera à divisão “Viriatos”, presidente da comissão nomeada pelo Conselho Superior do Exército, toma a decisão de adquirir o seguinte armamento: 56 peças 9.4 cm. para constituir baterias AA pesadas e 50 peças 4 cm. que formariam baterias AA ligeiras. (Lopes, 2020, p. 34)

Todas estas preparações, no que diz respeito a comprar armamento e elaboração de planos defensivos, foram acompanhados pela criação de outra tipologia de medidas passivas de defesa. Em 1942, o Ministério da Guerra publicava um decreto-lei que determinava e confiava a defesa civil do território à Legião Portuguesa, que atuaria contra inimigos externos e internos, na salvaguarda do superior interesse da nação. (Lopes, 2020, p. 36)

A Legião Portuguesa teria um papel determinante na coordenação da resposta governamental em caso de um ataque a território nacional, são distribuídos panfletos à população com mediadas de defesa ativa e passiva a adotar na eventualidade de bombardeamento aéreo ou um ataque com gases venenosos, como era designada a guerra química na altura. A Legião e a Mocidade Portuguesa, informavam também os cidadãos,

para a necessidade de colar tiras de papel em forma de grade nas janelas, com o propósito de evitar que os vidros se estilhaçassem e causassem ferimentos graves ao ser projetados. (Lopes, 2020, p. 71)

Em 1942, inicia-se igualmente a construção de abrigos, para proteger do efeito dos bombardeamentos e tenta-se salvaguardar os monumentos importantes. Victor Lopes afirma o seguinte: “Julgando-se inevitável a invasão a Portugal, a psicose da guerra instala-se em Lisboa. Algumas precauções foram tomadas atendendo à sua eventualidade. Iniciam-se então os trabalhos de proteção de monumentos “Encaixotando-os” e resguardando-os com sacos de areia.” (Lopes, 2020, p. 79) Um dos edifícios emblemáticos que foi alvo destas medidas de proteção, foi a Sé de Lisboa que recebeu uma barreira de tijolos e sacos de areia para colocar ao redor da edificação.

Estas medidas defensivas evidenciam um receio tremendo das consequências dos bombardeamentos aéreos, o conceito de guerra total utilizado pela Alemanha que previa o bombardeamento massivo de cidades aliás, como se verificou durante a Batalha de Inglaterra (1940) com os terríveis ataques alemães a Londres, naquilo que ficou conhecido como o *Blitz*. Esta preocupação com o poder da aviação militar chegou até à Madeira, como pode ser constatado, num artigo do *Diário de Notícias* de 5 de janeiro de 1940, em que se abordam os perigos das munições com componentes de guerra química lançadas a partir de aeronaves.<sup>36</sup>

Os preparativos para a guerra, são acompanhados por exercícios de defesa civil que se destinam a transmitir à população a forma como se deve comportar perante um ataque inimigo. Em 21 de junho de 1942, ocorreu em Lisboa um grande exercício, que mobilizou meios do Exército e da Legião, de acordo com Lopes:

“No parque Eduardo VII, o exercício teve emoção real. Logo que ali se ouviu o alerta, as guarnições das peças movéis, ocorreram para os seus postos. Os canhões, apontados para vários pontos do espaço, começaram a girar, vertiginosamente, procurando o alvo. Durante um quarto de hora, os soldados, com os seus capacetes de aço, manobrando constantemente as bocas de fogo, procuravam descobrir os caças inimigos, que não chegaram a sobrevoar a cidade, motivo porque não foi necessário fazer fogo.” (Lopes, 2020, p. 129)

---

<sup>36</sup> In *Diário de Notícias*. Funchal. 5 de janeiro de 1940.

Os exercícios de defesa, não decorriam apenas durante o dia, a ameaça de bombardeamento noturno levava a que fosse necessário praticar medidas preventivas como a ocultação de luzes nas residências e nas viaturas que circulavam na via pública. Em 6 de outubro de 1943, o comando distrital do Funchal da Legião Portuguesa organizou um exercício de defesa civil na cidade que teve início às 22h00 e foi anunciado pelo toque das sireias de alerta. Desligou-se a iluminação pública e procedeu-se à ocultação das luzes nas residências, sendo proibido circular na via pública sem motivo justificado. Os legionários circulavam pela cidade vigiando o cumprimento das medidas decretadas e atuando como força de primeira intervenção.<sup>37</sup>

Como podemos constatar, a Legião Portuguesa era uma componente essencial dos planos de defesa nacional contra uma possível agressão estrangeira. No documento designado por: “Instruções Gerais Relativas à Defesa Civil do Território” datado de 1944 afirma-se que a defesa do território contra ataques aéreos compreende duas partes distintas: defesa militar (competência das Forças Armadas) e defesa civil (competência da Legião). Neste contexto a Legião atuaria como força auxiliar do Exército exercendo as suas missões, no âmbito da divisão militar do país, estabelecida no plano geral de segurança interna do território.<sup>38</sup>

Os preparativos portugueses para a guerra, incluíram igualmente o reforço de guarnições insulares, a Madeira recebeu 3.600 militares, os Açores 26.000, para Angola, Moçambique e Cabo Verde são enviados cerca de 20.000 homens. No que concerne ao reequipamento do Exército, em 1944 o aliado inglês envia viaturas, canhões anticarro, antiaéreos, artilharia pesada, morteiros e 262 blindados dotados de capacidade de comunicações, o suficiente para equipar 3 divisões reforçadas.

São enviadas igualmente 127 aeronaves de modelos mais recentes que os utilizados por Portugal. A marinha também recebe novos equipamentos, tais como cargas de profundidade, artilharia antiaérea, redes antitorpedo, material de comunicações e alguns de navios patrulha. (Telo, 2004, p. 431) Neste capítulo, verificamos que apesar da sua política de neutralidade Portugal, procurou equipar as suas Forças Armadas com meios mais

---

<sup>37</sup> Ordem de serviço do Comando Distrital da Legião portuguesa do Funchal, da autoria do comandante Eduardo António Santos Pereira. Arquivo Museu Militar da Madeira CX n. °1.

<sup>38</sup> *In Regulamento para o serviço de campanha, Instruções Gerais Relativas à Defesa Civil do Território*. Papelaria Fernandes. Lisboa. 1944.

modernos, preparando de igual modo as populações para a eventualidade de invasão do território nacional, no entanto, é inegável, que o país, não estava preparado militarmente, de todo para os desafios apresentados pelo desenvolvimento do conflito mundial.

## CAPÍTULO V

### 5.1 - O PLANO DE DEFESA DA MADEIRA

Conforme referido anteriormente, mesmo tendo adotado uma atitude de neutralidade perante o conflito mundial, Portugal procurou preparar-se o melhor possível para um eventual ataque a território nacional. Com efeito, podemos afirmar que a conceção estratégica militar portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial se baseou sobretudo na preocupação em defender não só o território continental, mas também, os arquipélagos Atlânticos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde de uma eventual invasão alemã ou ocupação de proteção por parte dos Aliados. Nesse sentido foram criados planos para a elaboração de defesas costeiras para proteger estes arquipélagos de muito especial interesse estratégico.

O capítulo que se inicia baseia-se na documentação existente no Arquivo do Museu Militar da Madeira, doravante designado por AMMM. Para a investigação que aqui apresentamos, foi utilizada a caixa n.º 3 / *Processo Info. / Operações / Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945*, em que constam relatórios, croquis, telegramas e outros documentos, relativos aos planeamentos e preparativos defensivos efetuados. O acesso e análise a esta documentação permitiu-nos reconstruir o que seriam os planos de defesa do arquipélago elaborados pelas Forças Armadas portuguesas.

Num relatório do Comando Militar da Madeira elaborado pelo coronel madeirense Luiz Augusto de Sousa Rodrigues (1883-1972) designado por “Plano de Defesa da Madeira, reconhecimento dos sectores n.º 2 e n.º 3” e com classificação de segurança SECRETO, pode ler-se o seguinte:

#### “Situação e Missões

- 1 - Não é possível prever quais sejam os atacantes nem tão pouco a data e a forma dos possíveis ataques.
- 2 - A distância da Madeira aos continentes europeu e americano e o relevo da ilha, sobretudo, tornam pouco prováveis ataques por via aérea, podendo considerar-se mesmo impraticável a invasão da ilha por via aérea. A única maneira de invadir a ilha seria por meio de ataques por via marítima, apoiados, naturalmente por bombardeamentos e ações de forças aéreas.

3 - As forças da guarnição da ilha da Madeira, organizam-se definitivamente para garantir a inviolabilidade do território nacional e impedir que o atacante, seja ele qual for, se apodere da ilha.<sup>39</sup>

Fica a cargo do R.I 19 (Regimento de Infantaria) o guarnecimento e a defesa dos três setores em que o litoral é dividido.

Os 2º B.I (batalhões de Infantaria) e o 3º B.I (a constituir) guarnecem os setores n.º 2 e n.º 3.

Intenção do Comando Superior:

4 - Conceção da defesa, estabelecer na costa e nos pontos sensíveis, uma rede de pequenos postos fortificados, encarregados, de uma maneira geral, da vigilância permanente do mar e do ar, e de oferecerem uma primeira resistência a qualquer tentativa de desembarque por meio de barragens de fogos, quando possível contínuas.

Completar essas posições de resistência com uma adequada organização do terreno para o interior e cujas obras são destinadas a só serem ocupadas, posteriormente, pelas reservas de modo a: a) dar maior densidade às barragens esboçadas pelos pequenos postos; b) conduzir a luta em profundidade e se possível barrar-se o caminho ao atacante que tenha conseguido por o pé em terra; c) contra-atacar em ocasião oportuna e com o devido apoio.

Constituir uma reserva geral forte e móvel e de manobra rápida, com a missão de: a) reforçar o setor ou setores mais ameaçados de costa; b) contra-atacar forças que tenham conseguido desembarcar na costa; c) eventualmente bater algum núcleo de para-quedistas que o atacante lance dos seus aviões.

5 - Setores defensivos: setor n.º 2 L.D- Ponta da Oliveira, L.E- Arco de São Jorge. Setor n.º 3 L.D- Arco de São Jorge, L.E- Câmara de Lobos.

6 - Posições a ocupar: a) Situação de alerta, as tropas na 1º linha, ocuparão em força as fortificações e postos de combate na orla marítima, procurando em caso de ataque, o maior rendimento possível do obstáculo do mar; b) situação de alarme, as tropas de 1º linha procurarão impedir a todo o custo o desembarque do atacante, não abandonando, em caso algum, as suas fortificações.

7 - Disposições, dispositivo e distribuição das tropas: setor n.º 2 o 2º Batalhão de Infantaria; setor n.º 3 o 3º Batalhão de Infantaria (a constituir).

8 - Missões das forças dos setores: setor n.º 2 defender a zona respetiva. Em caso de desembarque do atacante impedi-lo de avançar sobre o Funchal, quer pela estrada costeira, quer pela estrada Faial – Santana - Funchal; setor n.º 3 defender a zona respetiva.

Em caso de desembarque do atacante impedi-lo de avançar sobre o Funchal, quer pela estrada costeira, quer pela estrada São Vicente – Ribeira Brava – Funchal.<sup>40</sup>

9 - Conduta geral de defesa: hipóteses B e C, o 2º B.I. procurará impedir o desembarque do atacante nos calhaus, varadouros, praias e cais do respetivo setor. Se o atacante apesar de tudo, conseguir desembarcar, contra-atacá-lo-á, não sendo bem-sucedido nesses contra-ataques, procurará limitar o seu avanço, sobretudo na direção do Funchal, apoiando-se na zona costeira, nas linhas e

---

<sup>39</sup> AMMM, CX. n.º 3/ *Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

<sup>40</sup> *Ibidem.*

ribeiras da costa leste (hipótese B) ou nos afluentes da ribeira do Faial ou de São Jorge (hipótese C).

Hipóteses D, E, F e G, o 3º B.I. procurará impedir o desembarque do atacante nos calhaus, varadouros, praias e cais do respetivo setor. Se o atacante apesar de tudo, conseguir desembarcar, contra-atacá-lo-á, não sendo bem-sucedido nesses contra-ataques, procurará limitar o seu avanço, sobretudo na direção do Funchal, apoiando-se nos afluentes da ribeira de São Vivente, ribeira do Porco ou dos Moinhos, conforme os casos (hipótese D); ou nos afluentes da ribeira do Seixal ou da Janela conforme os casos (hipótese E). Na hipótese F e G apoiar-se-à nas ribeiras que desagüam na costa sul barrando a estrada da costa.

10 - Organização do terreno: a) orla marítima, defesa das praias, calhaus, varadouros e cais com armas instaladas em abrigos, postos de granadeiros nas arribas que dominam os acessos. Estabelecimento de redes que obstruam as praias, cais etc. e todos os acessos para o interior.”<sup>41</sup>

É interessante sublinhar que o plano de defesa da Madeira, assentava sobretudo na defesa costeira, com a construção de pequenos redutos defensivos ao longo da orla marítima, muitas vezes tirando partido de cavernas naturais existentes nos locais a defender para tentar impedir o assalto de meios anfíbios do inimigo, tentando desse modo evitar que se estabelecessem testas de ponte nas praias.

O próximo objetivo, caso o primeiro falhasse, era atrasar o máximo possível a progressão das forças adversárias em direção ao Funchal, considerado um ponto-chave na defesa da Ilha e onde se deveriam concentrar os esforços defensivos. No que diz respeito à construção das defesas, é de destacar o papel da 3.ª Companhia de Sapadores Mineiros, unidade de engenharia militar destacada a partir do continente e responsável pelos trabalhos de fortificação.

Num relatório elaborado pelo capitão de engenharia Amadeu César Leal da Silva (1904-1982), com classificação de segurança SECRETO e datado de 1 de novembro de 1941, em que este oficial propõe os trabalhos que julga serem necessários, pode ler-se o seguinte:

“Proposta para a organização do terreno

O estudo completo da proposta para a organização do terreno em harmonia com o plano de defesa da ilha da Madeira e ordem para elaboração da mesma, considera-se dividido em duas partes. Constam da 1ª parte daquela proposta a realização dos seguintes trabalhos:

---

<sup>41</sup> *Ibidem.*

- Organização da orla marítima, 1ª urgência.
  - Comunicações e obstruções, 2º urgência.
  - Destruições parciais (preparação), 1ª urgência.
  - Inutilização do planalto do Paul para aterragem de aviões, 2ª urgência
- Na segunda parte da mesma proposta inclui-se os seguintes trabalhos:  
Completamento da organização interior e destruições gerais.”<sup>42</sup>

Estas “destruições gerais” destinavam-se à colocação de explosivos em pontos sensíveis como pontes e estradas, com o propósito de atrasar a ação e o avanço das forças inimigas. É de realçar que o relevo da Ilha era particularmente propício a ações desta tipologia. O mesmo relatório refere que como os postos da orla marítima seriam ocupados essencialmente por tropas de infantaria, foi necessário adaptar os planos de fogos das armas, aos abrigos construídos fruto das condições naturais do terreno. No que diz respeito ao meio como o inimigo faria o assalto, refere-se o seguinte:

“Feita a escolha de um ou mais pontos da costa para o desembarque, o IN<sup>43</sup> fará por destruir, primeiramente, todas as obras de organização da defesa respeitante aqueles pontos escolhidos, pela ação de fogos de mar e bombardeamentos aéreos. Depois de feita esta preparação, tentará o desembarque, protegido ainda por bombardeamento para o interior da ilha, por meio de barcaças blindadas que o protege quase inteiramente até ao momento de pôr o pé em terra. Supõe-se ainda que enquanto algumas tropas desembarcam, outras em barcaças cobrirão o avanço por meio dos fogos de armas automáticas e com engenhos e lança-chamas, procurarão destruir qualquer elemento de defesa que esteja em condições de atuar. Não se admite qualquer ataque vindo do interior da ilha no caso de sucesso da descida de núcleos sensíveis de para-quedistas por se supor que outras organizações de tropas distribuídas tenham só por objetivo a neutralização daqueles.”<sup>44</sup>

No documento descrito anteriormente, destacam-se as excelentes condições naturais da nossa costa que restringia o número de praias disponíveis para assaltos anfíbios e facilitava de certa forma a tarefa dos defensores que poderiam fortificar antecipadamente os locais mais vulneráveis. O plano do capitão de engenharia Amadeu César Leal da Silva, previa complementar a construção dos pequenos postos fortificados, com o estabelecimento

---

<sup>42</sup> *Ibidem.*

<sup>43</sup> Inimigo.

<sup>44</sup> Relatório da autoria do capitão de engenharia Amadeu César Leal da Silva, in AMMM, CX. n.º 3/ *Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

de defesas acessórias, tais como redes de arame farpado e outros obstáculos, bem como a instalação de metralhadoras pesadas como arma de flanqueamento, sempre que fosse possível pela disposição do terreno. Estas armas seriam colocadas em abrigos à prova de bombardeamentos aéreos, escavados nas encostas e escarpas sobranceiras às praias.

No plano de defesa descreve-se o comportamento a adotar pelos defensores em caso de bombardeamento naval ou aéreo. Os militares deveriam sempre que possível permanecer nos abrigos durante as barragens de fogo do IN e só sair quando se desse início ao desembarque. Ocupando em seguida, posições previamente designadas com as suas metralhadoras ligeiras, granadeiros e atiradores, conforme a sua missão tática de contra-ataque já iniciada pelas metralhadoras pesadas presentes nos abrigos reforçados e com linhas de fogo prontas para bater a zona de rebentação, onde estariam as tropas atacantes.

Uma preocupação evidenciada por parte dos construtores das fortificações e que julgamos ser de salientar eram as contramedidas que os atacantes utilizariam para neutralizar os abrigos. Nesse sentido recomendava-se a construção das estruturas a pelo menos 30 metros da orla marítima para evitar a utilização de lança-chamas, arma extremamente eficaz na destruição de *bunkers* e casamatas, o investigador e publicista Chris McNab (1970 -) descreve-nos a utilização desta arma da seguinte forma:

“Os lança-chamas eram ideais para eliminar indivíduos colocados em fortificações, através de dois mecanismos principais de morte. O primeiro, e visualmente mais óbvio, é o calor. Um jato de lança-chamas queima com temperaturas na ordem dos 1,200 graus Celsius, e que, com um combustível adequadamente viscoso, adere ao que quer que seja. Qualquer ser humano engolido por este tipo de chama experimenta quase sempre uma morte bastante rápida, resultante de queimaduras sistêmicas, tal como por insuficiência respiratória devida ao ar superaquecido e ao fumo oleoso.”<sup>45</sup> (tradução nossa)

Outra questão abordada no relatório em análise é o valor que importava ao Erário a construção destas estruturas defensivas, que custavam cada uma delas cerca de 10.000\$00, no entanto, refere-se que em determinadas situações essa verba era mais bem empregue na compra de metralhadoras e outros equipamentos. Os abrigos que não tiravam partido de

---

<sup>45</sup> MCNAB, Chris, *The Flamethrower*. Osprey Publishing. UK. 2015. p.30.

cavernas naturais já existentes, em princípio, eram vulneráveis a bombardeamentos do IN e podiam ser facilmente neutralizados com bombas de 100 e 500 kg.

O engenheiro militar recomendava construção dos abrigos de metralhadoras nas encostas formadas por rocha basáltica, reforçando-os com betão sempre que necessário.<sup>46</sup>

Para além dos abrigos para metralhadoras, foram construídos abrigos para pessoal, designados por “tipo C”, com um custo de 8.000\$00 e paióis, nos quais se armazenavam as munições para as armas de apoio de fogo, granadas e explosivos, a sua construção deveria ser, segundo indicações presentes no relatório, em locais totalmente protegidos de bombardeamentos.

Cada setor defensivo tinha um posto de comando atribuído que em certos casos seria um abrigo de “tipo C”. Para alertar para a chegada de forças invasoras foram edificados diversos postos de vigia ao longo dos setores defensivos, geralmente instalados nos cumes das escarpas que limitavam a costa. Eram camuflados, com materiais naturais ou redes de camuflagem e tinham a capacidade para albergar 3 homens. O plano de defesa também propõe que o planalto do Paul da Serra seja inutilizado, não só para a aterragem de aviões, mas também contra a descida de paraquedistas.

É referido que o terreno nesse local é de fácil escavação e dispõe de recursos naturais que poderão ser úteis na construção de obstáculos, que seriam complementados com faixas de arame farpado com cerca de 100 x 50 m. Para a realização dos trabalhos, estimava-se que seriam necessários 100 homens e 30 dias para execução dos mesmos.<sup>47</sup> Outros locais com capacidade para aterragens de aviões e com condições para descidas de forças aerotransportadas são a zona das Feiteiras no Poiso e uma planície situada no Santo da Serra, sítio onde hoje se situa o campo de golfe. Estas zonas, seriam inutilizadas segundo o mesmo princípio do planalto do Paul da Serra.

O Plano de defesa da Madeira definia a missão geral das forças nacionais de defesa do arquipélago da seguinte forma:

“Na sua expressão mais elevada, a missão das forças de ocupação é afirmar a soberania da Nação sobre o arquipélago da Madeira, como parte integrante e inalienável, que é, do território português.

---

<sup>46</sup> Relatório da autoria do capitão de engenharia Amadeu César Leal da Silva, *in* AMMM, CX. n. 93/ *Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

<sup>47</sup> *Ibidem.*

Como missão subsidiária, incumbem-lhe a garantia, nos territórios que guarnecem, da neutralidade do Estado Português perante todos os beligerantes sem distinção, enquanto essa neutralidade se mantiver declarada pelo governo da nação.

Em tais circunstâncias, compete-lhe defender pelas armas, até completo esgotamento de meios e de vidas, quer haja ou não a esperança de reforço, a integridade absoluta dos territórios confiados à sua guarda, contra quaisquer forças estrangeiras, beligerantes ou não, que contra essa integridade atentem pela força ou que nos mesmos territórios pretendam instalar-se sem o consentimento prévio do governo português.

O cumprimento da missão geral acima definida é imperativo. A sua eventual inobservância por quaisquer elementos das forças de ocupação, embora não provável, será prontamente dominada com a maior decisão e energia.

A mais insignificante manifestação de dúvida manifestada por quaisquer desses elementos ou seus componentes individuais sobre a legitimidade dessa missão, como indiscutível aspiração nacional, será imediatamente punida com o maior rigor.”<sup>48</sup>

No preâmbulo do plano acima descrito, é evidente que para as forças de defesa da Madeira não haveria muita esperança numa rendição negociada, deveriam lutar até ao último soldado, mesmo sem possibilidade de reforços ou de vitória, parece-nos oportuno pela semelhança lembrar aqui as palavras de Salazar ao governador de Goa, dias antes da ofensiva da União Indiana: “Não prevejo possibilidade de tréguas, nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos.”<sup>49</sup>

É também evidente que não seriam toleradas atitudes derrotistas ou qualquer pensamento subversivo em relação à legitimidade da missão que fora incumbida às forças de defesa e que essas condutas seriam seriamente reprimidas, na mente do Governo, provavelmente, ainda estavam presentes as revoltas que tinham ocorrido na Madeira.

Acrescenta o referido plano de defesa que:

---

<sup>48</sup> Plano de defesa da Madeira, diretiva da autoria do major-general Carlos Maria Pereira dos Santos, in AMMM, CX. n.º 3/ *Processo Info. / Operações / Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945*.

<sup>49</sup> Ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/ocupacao-de-go-da-damao-e-diu-pela-uniao-indiana/> Não previu então Salazar a posição do Patriarca de Goa, o açoriano D. José Vieira Alvernaz (1898-1986), que pressionaria o general Manuel António Vassalo e Silva (1899-1985) no sentido da rendição, posição ainda é hoje venerada na antiga Índia portuguesa, pela ação de ter preservado, tanto quanto possível, a integridade patrimonial edificada, assim como a vida da maior parte dos militares e da população, contra as ordens recebidas de Lisboa Cf. Rui Carita, "A Virgem Prisioneira madeirense da antiga Índia Portuguesa", *separata Islenha*, n.º 67, direção de Cláudia Faria, Funchal, DRC, jul. dez. 2020, pp. 137-154

“Serão considerados inimigos, para efeitos da missão geral antes definida, quaisquer elementos internos e externos, qualquer que seja a sua natureza, importância ou nacionalidade, que militarmente organizados, pretendam impedir por qualquer ação de força (de pequena ou grande envergadura) o cumprimento integral ou parcial da missão imposta às forças de ocupação, no n.º 2 da presente diretiva. Nestas circunstâncias, não é possível prever, no momento presente, qual o inimigo ou inimigos prováveis, nem a extensão do seu potencial militar. Dada a situação geográfica do arquipélago da Madeira, é provável que a ação presumível do inimigo seja inicialmente exercida por meios navais e aéreos, seguida a curto prazo, de uma ou várias tentativas de desembarque de forças terrestres, transportadas por mar em meios auxiliares, tentativa levada a efeito sobre a proteção dos elementos iniciais antes descritos e seguida, em caso de sucesso, por ações terrestres contra as forças de ocupação.”<sup>50</sup>

É deveras interessante sublinhar que na diretiva do major-general Carlos Maria Pereira dos Santos, procurou-se prever qual seria a linha de ação do eventual IN, colocando-se duas hipóteses distintas. Se as forças atacantes sofressem de alguma falta de meios e possuíssem recursos limitados, atuariam certamente de surpresa para se apoderar do mais importante objetivo na Ilha (a cidade do Funchal), poderiam igualmente instalar-se no Porto Santo e utilizá-lo como testa de ponte para lançar ataques sobre a Madeira.

Em último caso, atuariam em operações tipo *raid*, semelhantes aos ataques dos comandos britânicos na Europa, para desestabilizar o moral das forças de defesa e destruir parcialmente o seu potencial de combate. Em caso de meios ilimitados, previa-se uma ação em larga escala sobre o porto do Funchal uma intimação prévia para uma rendição negociada e ainda um bloqueio naval ao redor do arquipélago para impedir o envio de reforços por parte do governo central e para desgastar os defensores, que eventualmente teriam de se render por falta de recursos.<sup>51</sup> Em qualquer das hipóteses referidas, a diretiva alerta para que as forças de defesa contem com:

“(…) a ação terrestre de meios subsidiários eventualmente constituídos por: elementos para-quedistas exteriores ou aerotransportados; elementos internos (estrangeiros e afins) militarmente organizados e ocultos, concentrados por surpresa em partes sensíveis do território das ilhas ocupadas (5.ª coluna)”<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Major-general Carlos Maria Pereira dos Santos, Op. cit. in AMMM, CX. n.º 3/ *Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

<sup>51</sup> *Ibidem.*

<sup>52</sup> Conjunto de elementos que, de forma organizada e clandestina, agem no interior de uma organização para a enfraquecer; grupo de traidores, sabotadores, espões, etc. Fonte: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/quinta-coluna>

Ou seja, previa-se que países hostis poderiam ter instalado na Madeira células de agentes adormecidos, que ao sinal combinado, auxiliariam as forças estrangeiras de invasão, a missão de neutralizar estes grupos fora atribuída a elementos auxiliares militarizados e às Forças de Segurança, Guarda-Fiscal e Legião.

A utilização de paraquedistas não era muito provável devido ao relevo e às poucas zonas de pouso favoráveis que estavam disponíveis, no entanto, se fossem utilizados, seriam certamente um problema para as forças de defesa, pois as mesmas estavam concentradas nas zonas de litoral e desse modo poderiam sofrer ataques pela retaguarda, especialidade desta tipologia de forças de elite.<sup>53</sup>

Como objetivo primordial de defesa, foi definido que as forças portuguesas deveriam impedir a “todo o custo” os desembarques anfíbios em qualquer ponto da ilha, atrasar e deter o avanço de forças inimigas que eventualmente conseguissem romper as defesas costeiras, e repelir, se possível, os atacantes de volta para a orla marítima. Os defensores deveriam igualmente tentar suprimir qualquer ação de sabotagem e subversão por elementos de 5.<sup>a</sup> coluna, bem como cercar e isolar quaisquer forças aerotransportadas que conseguissem aterrar. A defesa AA, teria como missão primordial, tentar repelir ou dominar as ações da aviação inimiga.<sup>54</sup> A defesa compreendia dispositivos de tropas alojadas em postos de observação e postos de combate de 1.<sup>a</sup> resistência, com a missão de impedir desembarques anfíbios, complementados por forças destinadas a dar profundidade às ações de resistência e flagelação contra o invasor caso este conseguisse estabelecer testas de ponte nas praias.

Estas tropas eram constituídas por atiradores, armados com espingarda *Mauser* e metralhadoras ligeiras e pesadas. Existiam também granadeiros, artilharia de campanha e morteiros, colocados à retaguarda da linha de defesa costeira. Existiam ainda grupos de reservas gerais que tinham como missão reforçar os postos costeiros em caso de necessidade, “efetuar colmatagens interiores de maior envergadura tática, como preliminares ou sequência das ações ofensivas antes mencionadas”, constituir se necessários núcleos de resistência no interior da ilha que deveriam atuar até que se esgotarem os recursos disponíveis (mantimentos e munições).

---

<sup>53</sup> GUARD, Julie. *Airborne: World War II Paratroopers in combat*. Osprey Publishing. UK. 2007.

<sup>54</sup> Major-general Carlos Maria Pereira dos Santos, *Op cit. in AMMM, CX. n. °3/ Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945*.

O plano descreve igualmente que deveriam ser tomadas medidas de vigilância do mar e do ar em postos designados para o efeito e com o propósito de negar o efeito surpresa ao IN. A segurança e o sigilo são outras questões referidas, segundo o documento deveria ser organizado um serviço de censura postal e telegráfica para evitar fugas de informação classificada, o plano geral de defesa completo deve ser só do conhecimento dos comandantes de setor e não deverá ser divulgado abaixo deste escalão hierárquico.

Aos restantes, deverão conhecer apenas os pormenores que forem necessários para o estrito desempenho das suas funções. Às autoridades civis, só seria dado conhecimento das matérias que lhes possa interessar do ponto de vista da sua cooperação com as Forças Armadas.<sup>55</sup> No documento, estão bem definidos os locais considerados de elevado interesse estratégico para as forças de defesa e que deveriam ser mantidos a todo o custo, como o porto do Funchal, Pico dos Barcelos, Pico da Cruz, a zona da Corujeira, Terreiro da Luta, Monte, Garajau, Pico do Arieiro, Pico da Cruz. De importância secundária eram destacadas as zonas da Ribeira Brava, Ponta do Sol, Ponta Delgada, Arco de São Jorge, São Vicente e Cabo Girão.

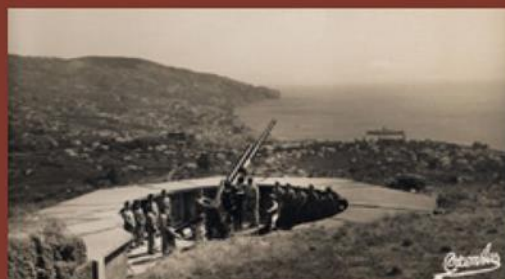
O plano previa que as forças de defesa adotassem 3 estados de prontidão: Estado de vigilância, de alerta e de alarme. Dentro destes estados estavam contidos diversos graus de preparação definidos pelo comandante militar da Madeira. A diretiva termina com uma reflexão do major-general Carlos Maria Pereira dos Santos, em que o general compara a importância geoestratégica dos Açores como a da Madeira, referindo que em última instância o arquipélago açoriano tinha uma maior relevância na conjuntura do conflito, no entanto, a Madeira também apresentava especificidades interessantes e era fundamental a sua defesa, porém tinha clara consciência das limitações que tinha em meios afirmando que:

“a defesa da própria ilha da Madeira, tal como é possível com os meios atuais, não garante senão a inviolabilidade relativa do território, até mesmo contra um adversário que só disponha de meios proporcionalmente reduzidos. Logo não pode deixar de ser uma defesa a título temporário que pressupõe, como complemento da sua eficácia, a possibilidade de um auxílio exterior, talvez a curto prazo.”

---

<sup>55</sup> *Ibidem.*

## O DISPOSITIVO DE DEFESA DA MADEIRA NA II GUERRA MUNDIAL



A MADEIRA, SEM POSSUIR O VALOR ESTRATÉGICO dos Açores, enquanto plataforma de apoio à navegação aérea e marítima aliada ao eixo de Actores, considerada ainda assim um importante ponto no controlo do ar evo ao Mediterrâneo.

O Governo português conhecedor da importância e do valor estratégico do arquipélago, mesmo mantendo uma neutralidade oficial, desde logo implementou medidas excepcionais de defesa, consideradas de nível europeu.

A consumação dessas medidas ocorre a partir do despacho de 12 de Agosto de 1940, em que foram atribuídos meios para defesa da Ilha, nomeadamente por efectivos das unidades e construção de diversas obras de defesa antiaérea e de costa.

O porto da Funchal foi protegido, por uma bateria de costa construída no Pico da Cruz e outra outra na área Canelas, mas sem as estruturas por causa da acidez, impedindo assim a aproximação naval à base de Funchal e à Praia Formosa enquanto possível local de desembarque.

Para defesa antiaérea foi construída a bateria do Pico do Funcho, em São Martinho, que cruzava fogo com a bateria do Palheiro Ferreres, em São Lourenço, defendendo assim a cidade de ataques aéreos. O efectivo total das forças atingiu em finais de 1943 os 5000 homens.



Plano de Defesa da Madeira (1940-1943)

**Fig. 2.** Painel informativo, presente no Museu Militar da Madeira, referente ao dispositivo defensivo construído na Madeira durante a Segunda Grande Guerra. Fonte: Rui Carita.

O major-general recomenda igualmente no final do documento um reforço dos meios destacados para Madeira, solicitando mais um regimento de infantaria ou em alternativa 2 batalhões de infantaria, mais baterias de artilharia de montanha e se possível estabelecer na Ilha uma esquadilha de aviação e o respetivo aeródromo. Para o Porto Santo, o general estimava que seria necessário, 1 batalhão de infantaria e 2 peças de artilharia de montanha.<sup>56</sup> Após a implementação do plano de defesa, o Comando Militar da Madeira ordenou diversos reconhecimentos aos sectores defensivos, com o propósito de averiguar as vulnerabilidades que ainda persistiam e apresentar sugestões de melhoramento. Seguidamente apresentamos uma transcrição de um dos relatórios resultante de uma das observações feitas no terreno, com data de 6 de outubro de 1941 e com classificação de SECRETO em que se pode ler:

“A vigilância constante e permanente da zona costeira, frente ao mar e ao espaço aéreo, é a melhor garantia de defesa. Deve ser montado pelas tropas ao longo de toda a costa e no interior quanto ao espaço aéreo e também quanto a possíveis

<sup>56</sup> *Ibidem.*

ações de elementos internos 5.<sup>a</sup> coluna. Aproveitar as vigias estabelecidas para a caça à baleia.

- Missões de proteção contra ataques aéreos: a infantaria preparará o emprego de todas as armas disponíveis de combate em terra, guardadas as zonas de segurança necessárias, de forma a poder atuar sempre que tenha oportunidade para o fazer, contra aviões voando baixo.

- Artilharia de campanha: em posição de combate na região dos sanatórios, tendo como objetivos a enseada e o porto do Funchal. Prevê-se estar sempre em condições de se deslocar para posições escolhidas e preparadas nas áreas dos outros setores.

- Transportes: dentro de cada setor a cargo do comandante respetivo.

- Ligações e transmissões, P.C: do Comando Militar- inicialmente Comando territorial, posteriormente Terreiro da Luta.

- Da reserva geral (comando do R.I. 19) - estacionamento de alerta por Terreiro da Luta, N.S. do Monte, Corujeira.

- Transmissões, telegrafia e telefonia por fios, rede de comando: sector n.º 1, ligação do P.C. à central telefónica do Funchal. Sector n.º 2 ligação à central telefónica do Santo da Serra. Sector n.º 3 ligação à central telefónica da Ribeira Brava, reserva geral.

- Processos óticos: Sector n.º 1- P.O. Pico dos Barcelos, Pico da Cruz, Garajau. Sector n.º 2 – P.O. Pico Alto 752 m., Porto de Santa Catarina 20 m., Facho 322 m., Penha de Águia 590 m., Cortado 530 m., Pico da Rainha 508 m., São Jorge. Sector n.º 3 – P.O. Ribeira Brava, Cabo Girão (miradouro), Ponta do Sol, Jardim do Mar, Ponta do Pargo, Porto Moniz, São Vicente, Ponta Delgada.

- Artíficos, postos de lançamento: Sector n.º 1 Santo António – Pico dos Barcelos, Ponta do Garajau, C. de Lobos. Sector n.º 2 Ponta da Oliveira, Ponta de Santa Catarina, Ponta de São Lourenço, São Jorge. Sector n.º 3 Ribeira Brava, Calheta, Ponta do Pargo, São Vicente, Ponta Delgada. Reserva Geral: Terreiro da Luta.

- Código A estabelecer pelo Comando, estafetas do comando com itinerários a determinar pelos comandantes de sector.

- Factos que deram origem a este reconhecimento:

A) Aprovação por Sua Exa. o Comandante Militar, comunicada verbalmente a este comando, da sugestão apresentada pela engenharia no sentido de ser realizada uma brecha com uns 20 metros de comprimento em toda a largura do molhe da Pontinha no enraizamento da orla marítima, deixando-se assim de ocupar o referido molhe.

B) Ter-se acordado verbalmente com o Exmo. Comandante do regimento, antecessor de V. Exa., com o conhecimento de Sua Exa. o Comandante Militar, que este B.I. receberia pelotões de metralhadoras da companhia de acompanhamento regimental, como meios suplementares.

C) As obras executadas na Avenida do Mar terem desobstruído parte do campo de tiro.

D) Desabamentos verificados nos rochedos sobranceiros ao calhau da ribeira do Vigário, impediram a construção de um abrigo no lado oeste do mesmo calhau.

E) Alterações verificadas na configuração dos calhaus da praia do Funchal devido a levadias.

Estudo topográfico (croquis n.º 1)

Extensão da orla marítima .....	cerca de 25 km.
Extensões aproximadas dos troços da orla marítima com acesso para o interior, onde são possíveis desembarques:	
Ribeira do Vigário .....	300 m.
Câmara de Lobos (baía) .....	150 m.
Ribeira dos Socorridos .....	500 m.
Prainha .....	300 m.
Praia Formosa .....	1200 m.
Calhau entre a Pedreira dos Franceses e a Ponta Gorda .....	150 m.
Calhau a sul da Quinta do Calaça .....	100 m.
Calhau entre o armazém do carvão e o Forte do Gorgulho .....	150 m.
Varadouro e piscina do Lido .....	50 m.
Ribeiro Seco - Forte de São Tiago .....	2500 m.
Lazareto .....	50 m.
Total: 5450 m.	

Além destes troços são de admitir infiltrações por meio de desembarques nalguns rochedos da Ponta da Cruz, nalguns rochedos entre a Ponta Gorda e o Lido, no cais do armazém de carvão entre a Ponta Gorda e o Lido, no espinhaço a sudoeste do Hotel *Reids*, no cais do mesmo hotel, na Barreirinha e com grande dificuldade na Ponta do Garajau.

Como a orla marítima deste sector é toda voltada a sul, a agitação do mar, quando impede ou dificulta o desembarque, que é pouco normal, fá-lo igualmente em toda a orla marítima, por isso a importância dos diversos troços é função da sua extensão, da facilidade de acesso para o interior, da proximidade de vias de comunicação e da distância ao Funchal.

A proximidade de vias de comunicação pouco influi, porém na importância dos diversos troços, porque estes são mais ou menos igualmente servidos pela estrada monumental ou estão incluídos na zona do porto do Funchal.

**Câmara de Lobos**, nesta vila são possíveis desembarques no calhau da Ribeira do Vigário, no cais e calhau da baía e ainda nos rochedos a sul do Forno da Cal. Embora o primeiro calhau seja mais extenso do que o segundo, este tem mais importância, porque uma vez feito o desembarque, o terreno não oferece mais nenhum obstáculo. No calhau da Ribeira do Vigário o acesso para o interior limita-se a umas estradas, que podem ser facilmente cortadas e umas veredas no próprio leito da ribeira. Na baía de acesso para o interior é completamente livre. Entre os dois calhaus, existe uma elevação denominada Ilhéu, que possui ótima observação para qualquer um dos lados.

**Ribeira dos Socorridos**, esta ribeira é uma linha natural de infiltração para o interior da ilha, mas o que interessa principalmente são as facilidades de acesso para o Funchal.

Existem duas pontes, uma mais próxima do mar, serve a estrada Monumental, a outra serve o caminho municipal calçadado. Como as margens são escarpadas e a ribeira tem a orientação Norte – Sul é possível aproveitar a ribeira como obstáculo contra um inimigo que se dirija para o Funchal.

Paralelamente e do lado Este corre o Ribeiro da Vitória, porém como o calhau onde desagua este estreito ribeiro é contíguo ao da Ribeira dos Socorridos, não se faz distinção entre os dois calhaus.

Na margem esquerda do Ribeiro da Vitória existe um local um pouco abrigado do lado do mar com boa observação sobre todo o calhau.

**Prainha**, este calhau tem pouca importância porque o acesso dele para o interior está limitado apenas a três veredas.

**Praia Formosa**, excetuando o porto do Funchal é neste calhau, que são mais para temer desembarques de grandes efetivos devido à sua grande extensão.

O acesso ao interior pode, porém, limitar-se a um vale apertado, visto esta praia ser toda rodeada de grandes escarpados e ser muito fácil destruir as veredas neles existentes.

**Calhau entre a Pedreira dos Franceses e a Ponta Gorda**, este calhau só tem duas saídas, uma vereda para a Pedreira dos Franceses, que pode ser facilmente destruída e um acesso apertado para a Ponta Gorda. O acesso da Ponta Gorda à estrada Monumental é muito fácil e nada limitado.

**Calhau a sul da Quinta do Calaça**, este calhau está todo limitado por um muro, mas como a sua consistência é muito pequena e como além disso é fácil transpô-lo, não se deve dar grande importância a este obstáculo e não contando o muro nada mais impede o acesso à estrada Monumental.

**Calhau entre o armazém do carvão e o Forte do Gorgulho**, o acesso deste calhau à estrada Monumental é completamente livre.

**Varadouro, piscina e cais do Lido**, o acesso do varadouro à estrada Monumental é muito fácil, o acesso da piscina à estrada limita-se a umas escadas.

**Ribeiro Seco - Forte de São Tiago**, estes 2500 m. de costa permitem desembarques em quase toda a sua extensão e só nalgumas zonas o acesso para o interior é barrado por altos escarpados.

Entre o Ribeiro Seco e a Pontinha só são possíveis infiltrações pelo Ribeiro Seco, pelas escadas da piscina do Hotel *Savoy* e junto da nascença do molhe. Na estrada da Pontinha o acesso para o interior também é muito limitado pelo escarpado da Quinta Vigia.

Esta zona é incontestavelmente a mais importante, porque inclui as instalações do porto.

**Lazareto**, o acesso para o interior é muito pouco limitado, porém a extensão onde é possível o desembarque, é muito pequena.

O P.O. do B.I. no Pico dos Barcelos tem boa observação para a parte do sector a Este do Pico da Cruz, mas o mesmo não se dá com a outra parte, pelo que há necessidade dum posto de ligação no Pico das Arrudas.<sup>57</sup>

Estes reconhecimentos efetuados aos sectores eram importantes, na medida em que possibilitavam ao escalão superior de comando, tomar conhecimento da realidade operacional no terreno e ajustar o plano de defesa consoante as necessidades táticas e conforme os problemas que eventualmente surgiam. Como é possível constatar no relatório, a Madeira possuía uma faixa costeira com alguma extensão e como os recursos em relação

---

<sup>57</sup> AMMM, AMMM, CX. n.º 3/Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945, Relatório do reconhecimento aos sectores, datado de 6 de outubro de 1941.

a homens e equipamento não abundavam, era fundamental definir prioridades defensivas para racionalizar o uso dos poucos meios existentes.

## CAPÍTULO VI

### DESCRIÇÃO DAS DEFESAS CONSTRUÍDAS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA MADEIRA

#### 6.1 - DEFESAS COSTEIRAS

Neste capítulo, debruçar-nos-emos sobre a tipologia de fortificações previstas no plano de defesa mencionado anteriormente, em primeiro lugar serão abordadas as defesas costeiras estabelecidas nas praias, em seguida as peças antiaéreas do Pico do Buxo e do Palheiro Ferreiro e finalmente a construção da Bateria de Costa n.º 2. Novamente serão utilizados documentos presentes no AMMM como fontes bibliográficas.

A Madeira conforme a sua condição insular, só poderia ser atacada por mar ou pelo ar e nesse sentido as fortificações defensivas refletiam essa realidade, pois as lições da Primeira Grande Guerra estavam bem presentes na memória dos madeirenses. Os militares que elaboraram o plano de defesa procuraram colmatar as falhas existentes no aparelho defensivo, no que diz respeito à capacidade da Ilha se defender contra ameaças marítimas.

“(…) no dia 3 de dezembro de 1916, o submarino alemão U-83 entrou no porto do Funchal e afundou 3 navios aliados que estavam fundeados no porto, bombardeando depois a cidade. Mais tarde, no dia 12 de dezembro de 1917, foi o submarino U-155 que bombardeou a cidade do Funchal, causando alguns mortos e feridos e avultados prejuízos materiais.”<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> In adaptado da *Revista da Armada*, edições 283/janeiro e 284/fevereiro, 1996, p.18.



**Fig. 3.** Painel informativo, presente no Museu Militar da Madeira referente à Primeira Grande Guerra na Madeira. Fonte: Rui Carita.

Em concordância com o que foi mencionado no anterior capítulo, a estratégia defensiva do arquipélago assentava sobretudo na construção de fortificações designadas por “pequenos postos” e postos de observação ao longo da orla marítima da Ilha. A Madeira, por motivos de organização tática, havia sido dividida em três setores distintos. O n.º 1, compreendia a zona entre Câmara de Lobos e a Ponta da Oliveira, o n.º 2, localiza-se entre os Reis Magos e São Jorge e o n.º 3, o mais extenso abrangia a zona da Ponta Delgada até ao Cabo Girão.<sup>59</sup> (ver anexo 3 Fig. 10)

Nesses setores, foram identificados os locais mais propícios para desembarques anfíbios e edificou-se uma rede de fortificações guarnecidas por pessoal do batalhão de infantaria 19, para proteger as zonas costeiras. Estes obstáculos artificiais eram também designados por defesas acessórias, segundo o manual da arma de Engenharia, *Organização do Terreno* datado de 1935, os obstáculos passivos incluíam redes de arame farpado,

<sup>59</sup> AMMM, CX. n.º 3. *Op. cit.*

abatisses,<sup>60</sup> obstáculos contra carros de combate (ouriços checos), inundações de áreas específicas e interrupções das comunicações.

Estas medidas defensivas tinham como propósito manter o inimigo o mais tempo possível sob ação dos campos de fogo, não prejudicando o emprego dos meios de ação contraofensiva. O manual de engenharia, define que os obstáculos deveriam cumprir com os seguintes requisitos:

- “- Serem eficazmente batidos pelos fogos da defesa, nomeadamente pelos fogos flanqueantes das armas automáticas.
- Prestarem-se a uma constante observação pelas tropas da defesa.
- Serem de rápida e fácil construção.
- Não impedirem o contra-ataque.
- Serem construídos com materiais que não possam ser totalmente destruídos pela artilharia e pelas tropas inimigas.
- Não oferecerem abrigo ao atacante.
- Não restringirem o campo de tiro da defesa.
- Serem de fácil adaptação a todos os terrenos.
- Oferecerem o mínimo de visibilidade.” (Morais, 1935, p. 56)

Os obstáculos de arame farpado surgem descritos como os mais recomendáveis a empregar, não só pela facilidade de aquisição dos materiais que os compõem, mas por serem um meio eficaz de negar o acesso do inimigo a determinadas áreas. Para a sua construção o manual refere que:

“empregam-se, estacas de madeira em geral com o comprimento aproximado de 1,50 cm. e 0,10 a 0,15 cm. de diâmetro. Como na maioria dos casos, as estacas são cortadas nas proximidades dos locais onde as redes devem ser construídas, utilizar-se-ão as que melhor possam satisfazer.” (Morais, 1935, p. 57)

Existiam diversas tipologias de obstáculos de arame farpado, que eram construídos, consoante as necessidades do teatro de operações. A barreira simples, é o mais elementar dos obstáculos e o mais rápido de construir. É constituído por estacas de madeira ou ferro com 1,50 cm. de altura, dispostas em fila e nas quais se liga o arame farpado. (ver anexo 4 Fig. 14)

---

<sup>60</sup> Entrenchamento feito com árvores derrubadas voltadas para o inimigo, para lhe impedir o assalto. Fonte: <https://dicionario.priberam.org/abatis>.

A sebe triangular é um obstáculo mais complexo, formado por uma barreira ligada a duas linhas de estacas que são paralelas, sendo o arame colocado em xadrez. Se após a construção for necessário aumentar a zona a obstruir, construir-se-ão de forma paralela à primeira sebe, tantas quanto as necessárias. Recomendava-se que as redes de arame dever-se-iam construir em intervalos com 50 m. deixando entre os troços intervalos para circulação de patrulhas.

As aberturas devem ser dissimuladas o melhor possível, para não permitir ao inimigo, explorar esses mesmo espaços. Deve igualmente ser possível fechar as referidas aberturas de circulação em caso de necessidade ou perigo iminente. No que concerne aos obstáculos designados por “cavalos de frisa”, estes eram construídos da seguinte forma:

“Estacas de madeira de 1,80 m. de comprimento e 0,10 cm. a 0,15 cm. de diâmetro, duas cruces de Santo André que se ligam solidamente a uma estaca de 2,50 m. a 3 m. de comprimento.

Dispõe-se seguidamente o arame farpado por forma a ligarem-se entre si todas as extremidades das estacas, e abraça-se o conjunto com um fio em espiral, ligado por arame liso aos arames farpados. Podem construir-se também com estacas de ferro apropriadas e que dispõem de olhais para a passagem dos fios.” (Morais, 1935, p. 70)

No que diz respeito aos obstáculos contra carros de combate, a defesa contra esta tipologia de viaturas é normalmente uma combinação de meios de defensivos passivos e ativos, conforme descrito no manual:

“A utilização de defesas passivas obedece a um plano, previamente estudado, que consiste em procurar que o ataque dos carros de combate se execute sobre pontos determinados, onde se exerce a maior ação das defesas ativas (canhões anticarros, metralhadoras anticarros e, sobretudo campos de minas).

Quer as defesas passivas, quer as ativas, só podem ser escolhidas depois dum prévio conhecimento dos carros utilizados pelo adversário.” (Morais, 1935, p. 71)

Como a construção destas defesas anticarro, era regra geral, feita com materiais mais dispendiosos e mais difíceis de obter, recomendava-se que fossem aproveitados ao máximo os obstáculos naturais existentes na área de operações, tais como cursos de água, escarpas, falésias e afloramentos rochosos.

No esboço do plano de defesa é possível constatar que a utilização de carros de combate por parte de um possível invasor é uma possibilidade, no entanto, os defensores estavam plenamente conscientes das limitações para a utilização desses meios, pois o relevo era acidentado e eram poucas as praias propícias ao desembarque de viaturas blindadas de grande envergadura, ou seja, o litoral rochoso e as montanhas, eram em si próprios obstáculos anticarro passivos.

Nos locais em que as obstruções naturais não eram suficientes para evitar a utilização de blindados, dever-se-ia recorrer à construção de defesas artificiais. Uma das mais eficazes era o chamado “fosso triangular”. Este era escavado de modo que a largura do fosso fosse pelo menos 1 metro mais que a largura do carro contra qual se constrói o obstáculo, o talude deve ser firmemente compactado de modo a não desabar sob o peso da viatura blindada.

O plano de defesa da Madeira também contemplava destruições de pontos estratégicos efetuados pelos sapadores mineiros recorrendo a explosivos. Relativamente a estas destruições o manual de engenharia destes anos, que temos vindo a seguir refere que:

“A interrupção, das comunicações que o Plano Geral de Destruições prescreve, tem, em determinadas circunstâncias, uma importância capital nas operações militares, que sob o ponto de vista estratégico, quer sob o ponto de vista tático. A destruição das obras de arte de importância (pontes, viadutos, túneis, caminhos de ferro, tec.) retardam, ou impedem, a investida do inimigo sobre determinados teatros de operações.

Na retirada, a interrupção das comunicações é de primordial importância tanto para retardar o avanço do inimigo, como para garantir, às tropas que retiram, tempo e espaço, para organizarem as posições que sucessivamente devem ocupar.” (Morais, 1935, p. 79)

Nas operações de destruição, dever-se-ia ter em atenção três questões importantes, 1.º que o inimigo não possa facilmente reparar o que foi destruído, 2.º que as zonas nas quais se realizaram destruições, sejam batidas pelo fogo da artilharia, 3.º se possível deveriam ser retirados dos locais destruídos, todos os materiais que possam auxiliar os sapadores inimigos nas reparações.

Para além dos abrigos rochosos, para defesa do litoral, foram também construídas trincheiras para abrigo dos atiradores. Estas eram posições para tiro coletivo, cuja construção devia obedecer a diversos critérios:

1.º fornecer ao atirador uma posição estável e cómoda para poder efetuar tiro, bem como proteger do fogo inimigo o combatente;

2.º oferecer condições para o atirador descansar, quando não estiver a executar fogo;  
3.º estar ligeiramente elevado sobre a zona que tem à sua frente para aumentar a eficiência do tiro;

4.º oferecer a melhor visibilidade possível. O traçado da trincheira deve ser escavado de maneira a adaptar-se ao terreno, deve evitar ter zonas que não sejam batidas pelo fogo dos atiradores nelas abrigados e sobretudo permitir a concentração do fogo dos defensores em pontos de passagem obrigatória pelos combatentes inimigos.

Para ilustrar o nível de proteção que as posições teriam de oferecer aos combatentes nelas abrigados, em seguida descrevemos a capacidade de penetração a 100 metros de um típico projétil de espingarda utilizado na época e a espessura necessária para o deter. (Morais, 1935, p. 103)

Palha .....	5 metros.
Pinho .....	0,65 m.
Terra .....	0,60 m.
Areia .....	0,40 m.
Pedras .....	0,30 m.
Tijolo .....	0,30 m.
Muro de pedra .....	0,15 m.
Aço .....	0,012 m.

Nos croquis do plano de defesa, é possível verificar que também foram escavadas posições para granadeiros. Na construção destes abrigos, deve ter-se em consideração que as posições possam bater eficazmente a zona de ação do inimigo com as suas granadas:

“Como o maior alcance da granada, e a maior certeza de lançamento, correspondem à posição de pé, o local escolhido deve, pelas suas dimensões, permitir o lançamento em tal posição. A posição para o lançamento pode ser escolhida dentro ou fora das trincheiras.

No primeiro caso, o granadeiro dispõe de condições de segurança para a execução do lançamento, e só lhe falta espaço para executar convenientemente o movimento basculante.

Nesta conformidade deverá o granadeiro abrir nos taludes, até a altura conveniente à sua estatura, dois entalhes que lhe permitam executar o lançamento. Quando a posição for fora das trincheiras, deverá escolher-se, no local mais conveniente, qualquer forma natural que possa adaptar-se aquele fim.” (Morais, 1935, pp. 116-117)

As metralhadoras pesadas e ligeiras que não se encontravam nos abrigos rochosos, eram colocadas em posições semelhantes aos abrigos individuais de atiradores, construídas segundo as características do local em que seriam colocados. O relevo sinuoso do litoral, proporcionavam aos defensores, excelentes locais para a instalação deste armamento coletivo.

Na construção destes pontos de defesa para as armas automáticas, devia-se ter em consideração diversos aspetos: primeiro a visibilidade, garantindo que não havia obstruções à linha de tiro das armas que pudessem alterar a trajetória dos projéteis. Segundo, que fosse possível executar tiro rasante com as metralhadoras, fundamental para bater as zonas de desembarque de tropas inimigas e finalmente deveria oferecer segurança aos militares encarregues do seu manejo, pois sendo uma arma que se denuncia pelo poder fogo será, evidentemente alvo da ação inimiga.

Nesse sentido, a dissimulação destas posições era fundamental para a sua própria proteção. As metralhadoras pesadas, pela sua importância, deviam ser colocadas sempre que possível em acidentes naturais do terreno, que proporcionem elevada proteção à sua guarnição.

Uma das armas que fazia parte do armamento coletivo à disposição das forças portuguesas era a metralhadora ligeira *Dryse* (M/938) de origem alemã e calibre 7,9 mm. No manual desta arma, destinado à instrução dos atiradores responsáveis pelo seu manuseio, encontra-se a seguinte descrição:

“A metralhadora *Dryse* (M/938) é uma arma coletiva, de tiro tenso, destinada a fazer o tiro direto às pequenas e médias distâncias. Pode ainda fazer tiro marchando e o tiro contra aviões voando a distâncias inferiores a 600 m.

Empregando o cartucho SS 7,9 mm. M/937 e tendo um cano de 0,718 m. de comprimento, a sua velocidade inicial é de 770 metros por segundo. O seu alcance útil é de 2.000 metros; o alcance eficaz de 3.500 metros; o absoluto de 4.500 metros. É uma arma de tiro automático, de cano móvel, do tipo “curto recuo do cano”.

A cadência do tiro é de 550 a 600 tiros por minuto. A velocidade prática de tiro é de 150 a 200 tiros por minuto, no tiro normal, em rajadas curtas com retificação de pontaria nos intervalos, podendo atingir o máximo de 250 tiros por minuto. Esta velocidade máxima não deve ser mantida por mais de um minuto.

O mecanismo de disparar é constituído por forma a facilmente se executar o tiro simples (tiro a tiro) ou tiro contínuo, bastando para isso, uma simples mudança de posição do dedo do atirador”<sup>61</sup>

A *Dryse* e a metralhadora pesada de fabrico italiano *Breda* seriam armas determinantes para os defensores, pois pela sua grande capacidade ofensiva, permitem bater as possíveis zonas de desembarques de tropas inimigas, no entanto, não existiam muitos exemplares destas armas no arsenal disponível na época. Se não fosse possível utilizar abrigos naturais para estas armas e fosse necessário a sua construção, os trabalhos deviam ter em conta o seguinte:

“A organização da posição deve fazer-se progressivamente, tendo o cuidado de ir dissimulando os trabalhos executados, à medida que forem progredindo. Na ordem de urgência dos trabalhos, tem preferência a plataforma de metralhadoras sobre o abrigo de pessoal.

As posições de metralhadoras nos parapeitos, é inconveniente porque, tendo o inimigo conhecimento dos entrancheiramentos, embora não tenha referenciado a posição, ficará esta em risco de ser batida pelos tiros que visam aqueles.

Poderá, contudo, fazer-se nos parapeitos, a instalação das metralhadoras pesadas, quando a situação assim o determine, escavando-se neles uma plataforma semicircular (barbete) com o raio de 0,75 m. e uma altura de joalheira de 0,70 m. As metralhadoras pesadas, cujas posições devem ser sempre afastadas de pontos referenciáveis pelo inimigo, podem instalar-se em espaldão em que a profundidade dos elementos de proteção do pessoal é de 0,50 m.” (Morais, 1935, p. 119)

Em relação aos aspetos técnicos da construção das fortificações, numa diretiva endereçada pelo Comandante Militar da Madeira aos Sapadores Mineiros, com as características que deveriam ter os abrigos e os restantes obstáculos, pode ler-se o seguinte:

“Diretivas de trabalho: entrancheiramentos normais, espaldões normais, abrigos construídos em alvenaria ordinária com argamassa de cimento.

- A cobertura será constituída por: uma laje de betão armado de 10 a 15 cm. de espessura;
- Uma camada de troncos de 10 a 15 cm. de diâmetro;
- Uma camada de terra com 50 cm. de espessura;
- Uma camada de pedra argamassada com 15 a 20 cm. de espessura;

---

<sup>61</sup> *Instruções para o uso da metralhadora ligeira Dryse, 7mm, 9 m/938*, Papelaria Fernandes, 1942, pp.5-6.

- A espessura das paredes 60 a 80 cm. de espessura; a da fachada com 1,0 a 1,5 m. de espessura; deve ser feita a mais cuidadosa dissimulação dos abrigos, tendo em especial atenção as seteiras.

Exemplo, numa praia de rocha com montes de pedras aos lados e por cima do abrigo, fica destoando do conjunto geral, em campo a camada de terra é substituída por uma camada de leivas etc. Nota: se os abrigos forem construídos em areia de duna, há necessidade de um ensoleiramento geral em betão armado.

- Redes, normal em 3 fiadas distanciadas de 2,5 m. em rocha empregam-se estacas de ferro.

- Balizagem de caminhos, com tabuletas que se preparam e só se colocam em caso de emergência.

- Obstruções, parte móvel com cavalos de frisa; parte fixa com vedação de troncos horizontais entalados entre estacas com 1,3 m. acima do terreno e cobertas à frente por redes em sebe; as obstruções serão sempre duplas, alternando-se as partes movéis e deverão ser vigiadas e batidas pelo fogo, pelo menos na zona de ocupação das tropas.

- Mão de obra; os B.I. forneceram para os trabalhos pessoal das companhias de atiradores.

- Ferramentas; as dos pelotões de sapadores.

- Material; a adquirir pelo Comando Militar da Madeira pelo fundo da organização defensiva.

- Transportes, a cargo dos B.I.”<sup>62</sup>

Os abrigos eram normalmente construídos tirando aproveitamento de cavernas já existentes no litoral que eram posteriormente reforçadas com betão, isto tornava este género de fortificação bastante resistente a bombardeamentos inimigos. Os pequenos postos eram desse modo a principal linha defensiva que teria a função de aguentar e neutralizar o primeiro embate com os atacantes.

Em seguida, iremos descrever a constituição e missão atribuída de um dos pequenos postos que nos parece pertinente destacar, o abrigo situado na Praia Formosa, por este se encontrar visitável atualmente. Esta estrutura defensiva foi requalificada e atualmente é possível atravessar a pé a galeria escavada na rocha basáltica, ficando o visitante com uma perspetiva do que sentiriam os militares que lá prestaram serviço, aguardando uma hipotética invasão que nunca chegou a ocorrer.

Este pequeno posto com o n.º 3 era guarnecido por uma secção de atiradores e uma secção de metralhadoras que tinha a missão de flanquear a praia, batendo com fogo supressivo em toda a extensão em que era possível desembarcar, ficando os defensores

---

<sup>62</sup> AMMM, CX. n.º 1 *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.*

colocados nos lados este e oeste. Nas encostas estariam colocados granadeiros instalados em abrigos. Nos relatórios do Comando Militar da Madeira a Praia Formosa é classificada como:

“(...) excetuando o porto do Funchal é neste calhau, que são mais para temer desembarques de grandes efetivos devido à sua considerável extensão. O acesso para o interior pode, porém, limitar-se a um vale apertado visto esta praia ser toda rodeada de grandes escarpados e ser muito fácil destruir as veredas neles existentes.”<sup>63</sup>

O pelotão de atiradores atuando a partir do alto das arribas sobranceiras à praia, deveria completar e sobrepor o fogo das metralhadoras instaladas nos abrigos. Estava previsto igualmente a destruição do caminho do cais com explosivos, mas só em caso de desembarque eminente. Ao longo da extensão de calhau, foi também colocada rede de arame farpado e estabeleceram-se obstruções na ribeira, para manter o inimigo sob o fogo das metralhadoras.<sup>64</sup>

Todos os pequenos postos tinham uma organização semelhante ao que foi descrito anteriormente, com pequenas diferenças no que diz respeito ao número de efetivos e na distribuição do armamento coletivo. No entanto, em todos eles foram efetuados pelo pessoal da engenharia militar, planos de fogos que maximizavam a utilização das metralhadoras ligeiras e pesadas. (ver anexos 4 Fig. 13 e 14)

Para finalizar, julgamos ser pertinente referir os custos financeiros que foram empregues na construção destas fortificações. Num relatório dirigido ao Comando Militar da Madeira, elaborado pela repartição de engenharia militar em 30 de outubro de 1942, é possível constatar as verbas totais utilizadas, o setor I teve um custo de 786.800\$00, o setor II de 884.600\$00 e o setor III custou 284.400\$00.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> *Ibidem.* Efetivamente, foi nesta praia que, em 1566, desembarcaram os corsários franceses que depois saquearam o Funchal.

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> *Ibidem.*

## 6.2 - A DEFESA ANTIAÉREA DA MADEIRA

A Segunda Guerra Mundial veio de certa forma, cimentar a utilização massiva do poder aéreo no campo de batalha, nesse sentido era primordial que o aparelho defensivo, contemplasse medidas para lidar com estas ameaças. Os militares que elaboraram o plano de defesa da Madeira, cedo compreenderam que a Ilha pela sua evidente localização geográfica, só poderia ser atacada pelo ar e pelo mar. De acordo com Borges (2007) *in Armamento do Exército Português Vol. II – Armamento de Artilharia Antiaérea*, consta:

“A AAA (artilharia antiaérea) terá provavelmente nascido em Mauberg, a 26 de junho de 1794, quando pelas 8 horas da manhã, os exércitos austríacos, que sitiavam aquela cidade, procuraram, sem sucesso, abater a salva tiros de canhão, o balão militar L’Entreprenant (com 9 metros de diâmetro), guarnecido por 2 observadores franceses e situado a uma distância de 1000 metros. Nesta batalha de Fleurus terá sido utilizado, pela primeira vez, o reconhecimento aéreo, aliás, com grande influência na vitória dos contingentes franceses. (...) Em 1849, e já depois da generalização dos balões militares como postos privilegiados de observação, Veneza seria a primeira cidade a ser atacada com bombas, pelo ar, a partir de balões”. (Borges, 2007, p. 14)

No entanto, só se começaram a fazer estudos para a criação de armas específicas para abater aviões a partir de 1904/1905, após o primeiro voo de uma aeronave realizado pelos americanos irmãos Wilbur e Orville Wright em 1903. A “estreia” do avião em combate, dá-se na Primeira Grande Guerra e nesse conflito já se desenvolveram os primeiros sistemas, antiaéreos (AA) com alguma eficácia. (Borges, 2007, p. 15) No Funchal as forças da Ditadura na Revolta da Madeira de 1931, já tinham utilizado hidroaviões para, numa primeira fase, lançar panfletos apelando à rendição e, numa segunda, executar bombardeamentos na cidade.

Esta perceção da crescente importância do poder aéreo na guerra moderna, tornou imperioso que as forças armadas portuguesas procurassem dotar o arquipélago da Madeira de meios defensivos contra aeronaves. As zonas escolhidas para instalar essas peças de artilharia antiaérea, foram o Pico do Buxo em São Martinho e na zona do Palheiro Ferreiro. Segundo Reis & Sousa:

“Em 1932, o Exército Português adquire a sua primeira Bateria de Artilharia Antiaérea, proveniente do Reino Unido. Esta Bateria era dotada do mais recente modelo da casa *Vickers-Armstrong*, a Peça de Artilharia Antiaérea 7,5 cm.

*Vickers S.A. m/931, com um alcance vertical de 9.200 m. e uma cadência de tiro de 25 tiros por minuto.*” (Reis & Sousa, 2016, p. 37)

Com a aquisição deste material de defesa contra aeronaves, Portugal começava a preparar-se para as realidades da ameaça aérea que ganhava cada vez mais destaque neste período histórico. De acordo com Botelho & Vicente:

“Os bombardeamentos de ensaio levados a cabo pela aviação alemã e italiana contra populações civis indefesas, durante a guerra civil espanhola, deixaram antever os cenários que mais tarde se viriam a banalizar na II Guerra Mundial, com destruição de cidades, um pouco por toda a Europa, com especial incidência na Inglaterra e Alemanha”. (Botelho & Vicente, 2008, p. 30)

No que concerne ao plano de defesa aérea da Madeira, o subsecretario de Estado da Guerra capitão Santos Costa (1899-1982), delega ao já referido anteriormente Coronel Barros Rodrigues, a chefia de um grupo de trabalho para planear a defesa do arquipélago. Este grupo desloca-se até à Madeira em junho de 1941 e no final desse mês, já haviam elaborado uma proposta com um plano defensivo.

Relativamente à Arma de Artilharia, o referido documento previa que fossem utilizados os seguintes meios: 1 bateria de artilharia costa; 2 baterias, AA de 94 mm.; 1 bateria de *Bofors* 40mm. e uma bateria de referência. No ano de 1942, tem início a mobilização de duas baterias AA para o arquipélago, dando-se posteriormente a sua colocação nos locais designados para o efeito, e que haviam sido identificados durante a elaboração do plano de defesa.<sup>66</sup>

A primeira bateria AA que chegou ao arquipélago a bordo navio *Lima* em 10 de janeiro de 1942, foi designada por 7.<sup>a</sup> Bateria de Defesa Contra Aeronaves e era oriunda do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 1 de Cascais, a unidade pioneira na defesa antiaérea em Portugal, montada a partir de 1932 pelo depois coronel e engenheiro madeirense Ernesto Florêncio da Cunha (1890-1980), que fora governador civil do Funchal entre 1927 e 1928.

Era constituída por 4 oficiais, 8 sargentos e 102 praças.<sup>67</sup> A segunda bateria chega em março do mesmo ano, ficando classificada como 8.<sup>a</sup> Bateria de Defesa Contra Aeronaves

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 32.

e provinha igualmente do Grupo n.º 1 de Cascais e com um efetivo idêntico. As peças AA foram instaladas em São Martinho. Ao longo de 1942, a Madeira vai receber mais subunidades, que vão culminar na constituição do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 5. A Bateria de Referenciação equipada com projetores de origem britânica, desembarca na Ilha em 25 de junho de 1942, e em fevereiro de 1943, chegam à Madeira a 3ª bateria equipada com peças de origem sueca *Bofors* 40 mm.

Neste período, completa-se o dispositivo de defesa contra ameaças aéreas e o arquipélago passa a contar com as seguintes unidades: 1 bateria de 9.4 cm. fixa em São Martinho, 1 bateria de 9.4 cm. fixa na zona do Palheiro Ferreiro, baterias *Bofors* 40 mm. dispersas por pontos estratégicos na cidade e a bateria de referenciação, que se colocava em pontos com boa visibilidade nas zonas altas do Funchal.<sup>68</sup>

As peças modelos *Vickers* calibre 9,4 cm. M/40 MK II, de fabricação britânica eram multifacetadas e possuíam características que também lhes permitiam efetuar fogo contra alvos de superfície, complementando assim a artilharia de costa situada no Pico da Cruz.

Esta unidade de defesa antiaérea foi extinta em janeiro de 1946, tendo sido integrada juntamente com a Bateria de Artilharia de Costa n.º 2 no novo Grupo Misto de Artilharia da Madeira, no entanto, a fusão não durou muito e em novembro desse ano o novo grupo é extinto, ficando novamente as vertentes de artilharia presentes na Ilha separadas.<sup>69</sup>

Seguidamente, abordaremos o plano geral de defesa do compartimento do Funchal, elaborado pelo comandante do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 5 e com data de 15 de março de 1943.<sup>70</sup> A primeira questão que surge no relatório é quais seriam as intenções inimigas, prevendo-se evidentemente que o Funchal seria o alvo preferencial de qualquer atacante. Como objetivos estratégicos a atingir pela aviação inimiga, definiu-se que a rede de comunicações e transmissões, o comando, concentrações de tropas e reservas, bem como depósitos de combustíveis e mantimentos seriam alvos certamente apetecíveis para os aviadores inimigos.

Foi elaborada uma lista ordenada por importância com os potenciais alvos que transcrevemos em seguida:

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>70</sup> AMMM, CX. n.º 2/ *Processo Info. / Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945/ Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5.*

“A - Armamento e pessoal da defesa do porto e da praia

- Bateria de Costa n.º 2 no Pico da Cruz;
- Molhe da Pontinha e ao longo do porto;
- Baterias da Boa Vista e São Martinho (9.4) cm.

B - Redes de transmissão e comunicações

- Estação de rádio da Marinha, Pico Rádio (Forte do Pico);
- Estação de rádio da Marconi, Cabo do Garajau;
- Estação telegráfica, Avenida Zarco;
- Cabo submarino, junto ao forte de São Tiago.

C - Comandos e concentrações de tropas e reservas

- Comandos- zona do Terreiro da Luta;
- Concentrações de tropas e reservas idem.

D - Estabelecimentos fabris e depósitos

- Depósitos de carburantes, zona da Pontinha;
- Central elétrica, Avenida do Mar.”<sup>71</sup>

No que diz respeito à possível direção da qual possíveis atacantes pudessem surgir, o documento refere que pelas condições geográficas e meteorológicas não seria expectável que fosse utilizado o lado norte da Ilha. O quadrante mais indicado seria o de nordeste a oeste, devido à cidade do Funchal nos meses de outono, primavera e verão, estar normalmente coberta por uma camada de nuvens a 800 m de altitude que limita a visibilidade.

Relativamente à colocação do armamento antiaéreo, refere-se que a bateria instalada no Pico de São Martinho possui ótimas instalações, no entanto, tem um “espaço morto” em relação à visibilidade para o lado sul, originado pelo Pico da Cruz. A bateria do Palheiro Ferreiro é descrita como tendo instalações com boas condições e com boa capacidade de tiro direto, porém na missão de complementar a bateria de costa em tiro indireto sob objetivos situados no mar, afirma-se que não possui bons postos de observação que possam orientar o fogo das peças.

As peças *Bofors* 40 mm. ficaram colocadas nos seguintes locais: Cabo do Garajau, para defesa da estação da Marconi, jardim do Casino<sup>72</sup> para defesa do porto, na zona do Farrobo de Cima (Santa Maria Maior) para proteger o cabo submarino e a empresa de

---

<sup>71</sup> *Ibidem.*

<sup>72</sup> Esta estrutura chegou aos nossos dias, integrada no complexo do novo Casino da Madeira, projeto geral de Óscar Niemeyer (1907-2012) e, de pormenor, de Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913-1991), constituindo a boite do complexo.

eletricidade, no depósito da água nas zonas altas do Funchal para defender a estação de rádio da Marinha a estação telegráfica e a reserva de tropas/comando no Terreiro da Luta.

O Pico da Nazaré e o Pico dos Barreiros também receberam cada um, uma peça *Bofors* de 40 mm. A Bateria de Referenciação foi distribuída da seguinte forma: circuito exterior: busca- uma secção de projetor e escuta grande no Pico do Infante, outra no Pico das Eiras. Circuito interior: perseguição - uma secção de projetor e escuta pequeno no Balançal, Pico de São Gonçalo, Choupana, Pico da Terça, Pico do Funcho e Pico dos Barcelos. Uma secção de projetor e escuta grande no Pico do Arieiro.<sup>73</sup>

O relatório também menciona a distribuição das metralhadoras que iriam complementar a artilharia antiaérea, essas armas foram distribuídas pelos seguintes pontos: 1 em São Martinho, para cooperar na defesa da peça AA da Nazaré e no projetor do Pico do Funcho;

1 no Arieiro inferior, para proteger o projetor situado no Arieiro superior; 1 no Pico do Cardo coopera na defesa do projetor do Pico dos Barcelos.

Em seguida o comandante do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 5 apresenta o que julga ser, os defeitos do plano de defesa. Um dos principais problemas descritos prende-se com a existência de inúmeros “espaços mortos” motivados por diversas causas de ordem prática e que dificilmente poderiam ser alteradas, pois os meios disponíveis, eram escassos.

As posições nas quais estavam as baterias providenciavam apenas um curto espaço de batimento de fogo, uma terceira bateria pesada resolveria em parte esta questão, havia igualmente falta de iluminação do espaço aéreo pela escassez de projetores, para resolver esta situação, foi proposto colocar projetores em barcaças fundeadas a 3 km. da costa para iluminar a cidade do Funchal, acabando desse modo com os ângulos mortos.

No final do documento, são apresentadas algumas sugestões, que o oficial responsável julga serem pertinentes para melhorar o plano de defesa contra aeronaves. A primeira recomendação é que a B.I.D.C colabore na defesa do compartimento do Funchal e do seu quartel no forte de São Tiago com metralhadoras, no entanto, só dispõem de duas e são necessárias mais quatro pelo menos, assim também podem cooperar na defesa do cabo submarino, é recomendado também a atribuição de um projetor à B.I.D.C, refere-se ainda

---

<sup>73</sup> *Ibidem.*

que faltam viaturas para as Baterias de Referenciação e que as mesmas deveriam ser entregues com a maior brevidade possível.<sup>74</sup>

Para além da artilharia AA para a defesa do espaço aéreo da Ilha, era possível utilizar o armamento ligeiro individual e coletivo distribuído às tropas para efetuar disparos contra aeronaves inimigas, embora como é evidente, com menor eficácia. No manual de instrução designado por “*Instruções para a proteção das tropas de infantaria contra ataques aéreos, de engenhos blindados e por gases de combate*” de 1942, encontramos a seguinte descrição:

“O emprego das armas de que a infantaria está atualmente dotada é regulado, em princípio, pelas regras gerais seguintes:

- Contra aviões voando a menos de 1.000 metros de altura: Metralhadoras ligeiras, atirando normalmente isoladas;
- Espingardas, por grupos de atiradores especialmente designados para esse efeito e devidamente comandados.

Como regra o tiro de armas portáteis contra aviões é sempre um tiro coletivo. Emprega-se de preferência, contra aviões em voo rasante.

O tiro contra aviões é executado segundo regras especiais e sujeito a medidas particulares de segurança para as próprias tropas, pode ser executado de dia ou em noites claras: de dia só depois de cuidadosamente identificado o avião (certeza de que é inimigo); de noite, só depois dos aviões terem iniciado o lançamento de bombas ou desencadeado o tiro das suas armas a bordo.”<sup>75</sup>

Conforme referido anteriormente, a utilização das armas individuais de infantaria contra aeronaves, não é a forma mais eficiente de lidar com ameaças aéreas e deve ser sempre um recurso utilizado apenas em situações limite, quando não está disponível outro armamento AA, específico. No caso particular da defesa da Madeira, como as peças antiaéreas se concentravam no Funchal, certamente que as tropas colocadas nos sectores de defesa fora da capital, teriam de utilizar este método para lidar com a aviação inimiga que eventualmente lhes surgisse no teatro de operações.

Para finalizar, consideramos pertinente referir que as peças antiaéreas *Vickers* calibre 9,4 cm. M/40 MK II se encontram no interior de uma unidade militar ativa (Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira) e esse facto foi fundamental para prevenir o seu abandono, como se verificou em estruturas congéneres noutros locais do país. Em 2019 o

---

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> *Instruções para a proteção das tropas de infantaria contra ataques aéreos, de engenhos blindados e por gases de combate*. Papelaria Fernandes. Lisboa. 1940. p.12

Exército iniciou um processo de reparação e manutenção dessas peças, que neste momento se encontra concluído (ver anexo 6 Fig. 37), para no futuro tornar as instalações visitáveis e integradas no projeto de roteiro de Turismo Militar da Madeira.<sup>76</sup>

### **6.3 - A BATERIA INDEPENDENTE DE DEFESA DE COSTA N.º 2**

Defender a costa torna-se uma prioridade para um arquipélago que hipoteticamente pode sofrer a ameaça de uma invasão. A condição insular leva a que qualquer ação conduzida por elementos hostis envolva, quase sempre uma componente marítima e as lições dos bombardeamentos alemães de 1916 e 1917 estavam bem presentes na memória dos madeirenses.

Os manuais do Exército português caracterizam a Artilharia de Costa no que se referem às boas-de-fogo como fixas e semifixas. Como é expectável, cada uma possui vantagens e desvantagens. As fixas, como a Bateria do Pico da Cruz, por se encontrarem normalmente protegidas, possuem uma maior segurança e eficiência, bem como capacidade de resposta imediata. No entanto, o facto de se encontrarem estáticas e ser difícil de ocultar as suas posições, revela-se uma desvantagem operacional. As semifixas, têm uma maior capacidade de manobra e necessitam de menos meios para operar, mas apresentam claras vulnerabilidades contra-ataques aéreos, principalmente durante os deslocamentos para a área de operações.<sup>77</sup>

Na elaboração do plano de defesa da Madeira, foram designados como objetivos prioritários a defender, o porto e a cidade do Funchal e evitar ainda que a Praia Formosa fosse utilizada como ponto de desembarque de meios anfíbios inimigos. Para proceder à proteção dos referidos locais, decidiu-se instalar na zona do Pico da Cruz uma Bateria de Defesa de Costa, a escolha do local para instalar a nova unidade de artilharia não foi aleatória, pois o pico possuía uma vista desimpedida sobre a baía do Funchal. Era uma posição com enorme importância tática devido à cota em que foi edificada e cujas peças podiam bater com fogo, uma grande extensão marítima.

---

<sup>76</sup> Neste local com redobrado interesse, pois na entrada da Unidade de Apoio encontram-se montadas as peças *Krupp* do desmontado couraçado *Adamastor*, que de 4 para 5 de outubro de 1910 bombardearam o Palácio das Necessidades, em Lisboa, contribuindo para a queda da Monarquia.

<sup>77</sup> Exército, E. M. (1992). *MC-22-5 Tática de Artilharia de Costa*. Lisboa.

O AMMM dispõe de vários documentos relativos à construção da obra, desde o processo de expropriação de alguns terrenos, o caderno de encargos com as especificidades da obra entregue ao empreiteiro e plantas detalhadas da construção, são esses documentos que serviram de base para a investigação que aqui apresentamos.

A sua construção iniciou-se a 5 de julho de 1940, no entanto, as peças de artilharia só chegaram do continente no dia 25 desse mês a bordo do vapor *Carvalho Araújo* e segundo o relatório elaborado pelo capitão Agostinho Correia Basto e Pereira, só foi descarregado uns dias após a chegada, por dificuldades impostas pela alfândega do Funchal, pormenor deveras interessante em tempo de guerra.

Foi necessário, entretanto, também alugar e montar um guindaste no molhe da Pontinha, pois o que acompanha o material, vinha noutra embarcação que fora desviada para os Açores. O transporte até ao Pico da Cruz foi, segundo a descrição “difícil e moroso devido ao peso avultado do dito material cujas peças mais pesadas tiveram que ser levantadas com o guindaste para poderem ser carregadas nos camiões que as transportaram”. Ao chegar ao topo do pico, que era o único local onde havia estrada, foi necessário montar um guincho e um cursão<sup>78</sup> para facilitar a descida dos materiais até ao local de instalação.

O declive e a distância a percorrer tornaram os trabalhos extremamente difíceis e penosos. É de referir que o tubo que compunha o cano da primeira peça levou 2 dias a percorrer cerca de 200 metros e que os pedestais das peças frequentemente enterravam-se no solo, sendo necessário recorrer a ferramentas manuais para a sua libertação.<sup>79</sup> O capitão afirma ainda que o material deslocado para a Madeira, se encontrava colocado na frente marítima de Lisboa e que não havia sofrido qualquer beneficiação antes do seu envio, encontrando-se com alguma ferrugem em determinadas peças.<sup>80</sup>

No documento designado por “Bateria do Pico da Cruz, Funchal, Memória Descritiva e Justificativa” pode ler-se o seguinte:

“Depois de percorridos e examinados vários locais nas proximidades da cidade do Funchal, como noutros relatórios detalhadamente se expôs, foi a comissão de parecer que a melhor posição era a da encosta sul do Pico da Cruz.

---

<sup>78</sup> Espécie de trenó para transporte de material.

<sup>79</sup> AMMM, Pasta: *Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945*.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

Percorrida minuciosamente essa posição e vista do lado do mar, como a comissão igualmente o fez, chegou-se à conclusão que a melhor localização para os vários órgãos da bateria é a que a planta geral representa.

Assim procedeu-se primeiramente à localização das 3 peças que ficaram [como] na citada planta se observa, distanciadas 40 m. e respetivamente nas cotas 194,4 m. 191,6 m. e 188,6 m. a começar da direita para a esquerda, considerando-nos voltados para o mar.

A configuração do terreno obrigou-nos a colocar o observatório e posto de comando na cota 243,1 m. pois que uma pequena deslocação para a direita ou esquerda, faz variar largamente o campo de visão. A esta localização corresponde o maior campo de visão possível.

Na impossibilidade de poder deste observatório regular o tiro indireto na direção do Cabo Girão, escolheu-se um posto de observação auxiliar que ficou localizado na cota 253,1 m. no ponto indicado na planta. O paiol geral da bateria foi implantado no local indicado na planta geral, gozando da vantagem de não poder ser visto nem atingido com tiros diretos do lado do mar e estar relativamente perto da bateria.

Julgou a comissão de absoluta necessidade, construir uma pequena estrada de ligação da bateria com o aquartelamento e que vai igualmente indicado na planta geral.”

O documento prossegue com descrições minuciosas das obras realizadas, as peças ficariam instaladas em “poços” com 3,85 m. de raio e com um parapeito de cerca 1,5 m. de espessura acompanhando o declive do terreno. As plataformas em que ficariam as peças comunicariam entre si, através de uma galeria escavada no solo. No nível inferior ao da galeria, seriam instalados os respetivos paióis de cada peça, sendo que as granadas e os cartuchos, seriam colocados em compartimentos separados.

Toda a obra incluindo os pés direitos exteriores e interiores, bem como a laje de cobertura deveria ser feita em betão armado com 400 kg. de cimento. O restante deveria ser construído utilizando betão com 300 kg. de cimento. Os pavimentos levariam com betonilha de 600 kg. de cimento. Toda a obra deveria ser rebocada com argamassa de cimento e areia na razão de 1:2 e usando 600 kg. de cimento, tanto no interior como no exterior. Em seguida refere-se que na galeria principal que faz a ligação entre as peças, deveriam ser construídos abrigos para a guarnição das peças com 12 camas dispostas em 2 andares. (ver anexo 5)

O posto de comando e observação teria uma forma arredondada para maximizar a proteção do posto e facilitar a observação, aqui ficariam instalados os telemetristas que fariam os cálculos necessários para as peças efetuarem fogo de forma certa. Este posto, comunica com outro em que ficariam os telefonistas, através de uma galeria que dá acesso ao exterior e fecha com uma porta de ferro com 5 mm. de espessura.

As especificações da construção e tipologia de betão a utilizar, são iguais ao anteriormente mencionado. Foi também edificada uma casa da guarda na estrada que conduz a bateria ao aquartelamento, para alojar o pessoal que ficará de serviço de vigilância às instalações. O paiol geral da bateria foi construído na parte interior da encosta, para não ser visível do mar e evitar que o mesmo fosse atingido por fogo direto de embarcações inimigas.

Ficou profundamente enterrado no solo e a sua cobertura feita com betão de 400 kg. de cimento, foi concebida para resistir a bombas lançadas pela aviação. Relativamente à rede elétrica, o autor do documento afirma que o local não possui rede própria, no entanto, seria construída posteriormente uma dependência que pudesse iluminar o aquartelamento e a bateria. O transporte da energia elétrica da central até às instalações, deveria ser feito com a linha enterrada no solo.

No que se refere a comunicações, cada plataforma de peça teria um telefone bilateral, que ligaria diretamente ao posto de controle, com dois auscultadores, um para o chefe de peça e outro para o apontador. Em relação à camuflagem do local, sugere-se a utilização de redes de camuflagem, de modo a disfarçar a silhueta das peças, as partes expostas de betão, deveriam ser pintadas com cores semelhantes ao terreno em redor. É de referir que através de fotos da época, podemos constatar que o Pico da Cruz, possuía pouca vegetação natural, motivo por que foi necessário tomar estas medidas passivas de proteção da bateria.

Outra questão abordada no documento e que nos parece digna de referir, é a questão da defesa contra gases asfixiantes. O autor afirma que dada a cota a que a bateria está instalada e a predominância de ventos no local, não são de temer os efeitos desta tipologia de armas, no entanto, se necessário a bateria seria equipada em todas as entradas, de dispositivos filtrantes.<sup>81</sup>

No que diz respeito ao custo envolvido na primeira fase, numa nota do Comando Militar da Madeira podem ler-se os seguintes valores: transporte do material da Pontinha para o Pico da Cruz - 1.880\$00; aluguer e montagem dos aparelhos para carregar na Pontinha e descarregar no Pico da Cruz - 2.816\$50; carregadores para transportar o material - 180\$00; transporte do guindaste para o Pico da Cruz - 45\$00; salários do pessoal militar - 186\$00; salários do pessoal civil - 94\$00; ferramentas diversas - 72\$00. Noutra nota de 9 de agosto

---

<sup>81</sup> AMMM, Pasta já citada *Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945*.

de 1940 referem-se despesas mais específicas para a montagem das peças: Tinta e óleo - 160\$00; pincéis - 120\$00; lixa - 75\$00; desperdício - 180\$00; petróleo - 255\$00; óleo lubrificação - 60\$00; carvão - 180\$00; afinação de ferramentas - 200\$00; gratificação de pessoal militar - 240\$00; salário do pessoal civil - 840\$00.

Os trabalhos de construção sofreram algumas contrariedades motivadas por diversos fatores, entre eles a falta de trabalhadores e a dureza do trabalho propriamente dito. Numa nota interna dirigida ao Comando Militar da Madeira, datada de 19 de agosto de 1940, com classificação de CONFIDENCIAL, o capitão Agostinho Correia Bastos Pereira expõe o seguinte:

“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. o resultado da minha observação pessoal hoje no Pico da Cruz:

O pessoal de artilharia era muito deficiente por absoluta falta. A este respeito, permita-me V. Exa. que saliente que acho atentatório da disciplina o facto de serem nomeados invariavelmente para trabalhar no pico da Cruz os homens saídos de guarda ou de qualquer outro serviço a quem não tenha sido concedida qualquer folga. Ainda hoje, suponho que por tal motivo, baixaram três ao hospital.

Da infantaria, compareceram hoje além de dois homens que ali trabalhavam permanentemente, os dois artífices pedidos, um cabo e um soldado.

A beneficiação do material foi hoje e tem sido nos últimos dias de fraco rendimento por o pessoal estar ocupado no transporte do material por meio de cursão e na arrumação nas plataformas.

Era, pois, absolutamente necessário que o Batalhão de Infantaria, como já tive ocasião de dizer a V. Exa. mandasse diariamente enquanto durasse a descida do material para as plataformas das peças, pelo menos 10 homens.

A montagem e beneficiação têm sido muito morosas devido à falta desses homens.

É tudo quanto se me oferece dizer a V. Exa.<sup>82</sup>

O comandante interino  
(assinatura manuscrita)”

O capitão Agostinho Correia Bastos Pereira já havia alertado anteriormente os escalões superiores para a necessidade de compensar monetariamente os efetivos militares colocados a prestar serviço na construção da Bateria de Costa. No início do mês de agosto de 1940, referiu que deveria ser pago o valor de 2\$00 diários a cada um dos 15 soldados que

---

<sup>82</sup> AMMM, Pasta já citada: *Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945*, Nota interna n.º 17 de 19 de agosto de 1940.

auxiliam a montagem do material no Pico da Cruz, a nota interna refere de forma resumida que:

“Esta gratificação é mais do que justa quanto é certo que os referidos homens sujam extraordinariamente a roupa que vestem e que não têm tempo de lavar. De resto sou informado de que no continente em circunstâncias tais, essa gratificação é sempre paga”.

Na documentação presente na pasta de arquivo designada por: “*Construção da Bateria de Costa n. 2 1940-1945*”, é possível encontrar igualmente uma proposta de orçamento descritivo elaborado pela Direção do Serviço das Obras e Propriedades Militares e que foi a concurso público, com um preço base de licitação de um milhão, noventa e cinco mil setecentos e três escudos e com prazo de execução máximo de 210 dias. Durante a construção foram movidos cerca de 7000 metros cúbicos de terras, utilizaram-se cerca de 2000 metros cúbicos de betão armado, trabalharam na sua construção 120 homens entre mão de obra civil de militar e o tempo de construção foi de 120 dias, menos 90 dias que a previsão presente no caderno de encargos da empreitada, que era de 210 dias.

O capitão Floriano Bernardo das Neves, responsável pelos trabalhos recebeu depois muitos elogios pela realização da obra.<sup>83</sup> Num telegrama do Comando Militar da Madeira da autoria do tenente-coronel Francisco Silvestre Varela (1883-1969) e datado de 30 de novembro de 1940, pode ler-se o seguinte:

“A obra foi executada em menos tempo que o previsto com a máxima rapidez conforme o espírito das instruções recebidas, sendo de notar que esta rapidez foi conseguida devido ao criterioso método de trabalho do sr. capitão de engenharia Floriano Bernardo das Neves, diretor da obra, que pela sua competência, boa vontade e muita dedicação pelo serviço de que foi encarregado imprimiu aos trabalhos a necessária orientação para que sem prejuízo da ótima execução da obra e interesse da fazenda nacional esta fosse executada no mínimo tempo que seria possível. Teria louvado o referido capitão se não fosse o parecer-me que merece louvor de entidade superior.”<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> BOTELHO, J., VICENTE, R, *Op. Cit.* p.27.

<sup>84</sup> *Ibidem*, Telegrama do Comando Militar da Madeira de 30 de novembro de 1940.

O empreiteiro que realizou a fortificação é também elogiado pelo diretor da obra, numa missiva intitulada como “Relatório final de 22 de novembro de 1940” e que resumidamente diz:

“Sendo este o último relatório por mim elaborado, não quero deixar de pôr em evidência o auxílio precioso que me foi prestado pelo empreiteiro José Pedro Marques e por todo o pessoal trabalhador que me coadjuvou na execução da obra. Todos eles foram duma dedicação extraordinária pelo trabalho que convém assinalar.

A obra cuja duração estava prevista para 210 dias úteis (sete meses), foi executada em 120 dias uteis (4 meses).

Os números citados põem em evidência o interesse e o esforço despendido na execução da obra. Julgo ter cumprido o meu dever.

Funchal 22 de novembro de 1940

O Diretor da obra  
Assinatura manuscrita.”<sup>85</sup>

A bateria foi declarada operacional no dia 21 de novembro de 1940, no auto de entrega da obra consta o seguinte:

“Aos vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta, nesta cidade do Funchal e nas obras de fortificação do Pico da Cruz, pelas quatorze horas, se reuniu a comissão composta do tenente-coronel de infantaria Abel Magno de Vasconcelos (1888-1969), como presidente o capitão do Q.E. dos S.A..M António de Gusmão Magalhães Domínguez e tenente na situação de reserva Jacinto Sebastião Spínola, como vogais, com a assistência do sr. Diretor do S.O.P.M. na Madeira tenente de engenharia Vasco de Paiva Baltazar Brites (1910-1983), afim de na sua presença ser feita pelo sr. Diretor das obras de fortificação do mesmo pico, sr. Capitão de engenharia Floriano Bernardo das Neves, a entrega da mesma obra ao sr. Delegado do conselho administrativo da B.I.D.C. n.º 2, tenente João Carlos de Sousa, nos termos do artigo 1º da ordem de serviço n.º 87 de 20 de novembro de 1940, do Comando Militar da Madeira, que por cópia se junta a este auto.

E estando reunida a comissão acima referida com a presença dos restantes oficias também já mencionados, foi pelo Capitão de engenharia sr. Floriano Bernardo das Neves entregue ao Delegado do conselho administrativo da B.I.D.C. n.º 2, tenente João Carlos de Sousa a obra de fortificação que consta: de três plataformas para peças – seis paióis anexos – duas galerias com abrigos para pessoal, contendo trinta camas metálicas – uma casa para a guarda de polícia

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, Relatório final de 22 de novembro de 1940.

com dois compartimentos e três W.C. anexos – um posto de comando constituído por uma casa para telemetristas, uma para calculadores, uma para o comando da bateria, uma para telefonistas, três lavatórios e W.C e uma para abrigo – um posto de observação auxiliar com uma galeria de comunicação e outra de saída do posto de comando – um paiol geral com três compartimentos.

Com esta obra de fortificação foi também entregue o seguinte material novo: prateleiras de madeira (diversas) para granadas, sessenta e duas (62) – estantes de madeira para cartuchos com duas prateleiras, seis (6) – estantes de madeira para cartuchos com três prateleiras, três (3).

Da obra de fortificação fica fazendo parte uma estação telefónica com o seguinte material: campainhas elétricas, uma (1) – indicadores com agulhetas para cinco linhas duplas, um (1) – indicadores de parede com agulhetas e fusíveis para dez linhas duplas, um (1) – para-raios fusíveis para linha dupla, um (1) – para-raios fusíveis para sete linhas duplas, um (1) – pilhas secas duplas modelo pequeno, trinta (30) – telefones de mesa, dois (2) – telefones de parede, três (3) – telefone número cem, quatro (4) – telefone tipo inglês para infantaria e artilharia, quatro (4).

A comissão verificou o bom estado de acabamento da obra, o bom funcionamento da instalação telefónica e o estado novo dos restantes artigos entregues.

E não havendo mais nada a tratar se lavra o presente auto de entrega que eu, tenente secretário Jacinto Sebastião Spínola o fiz dactilografar subscrevo e assino”.<sup>86</sup>

No documento original seguem-se as assinaturas manuscritas dos membros da comissão presentes na entrega da obra e desse modo declarava-se a bateria de costa operacional e pronta a defender a integridade territorial da Ilha. Apesar da entrega oficial decorrer apenas no final do novembro, já no início desse mês foi realizado um exercício de fogo real, para testar as peças *Krupp* 15/40 CTR m/902.

Para operar estes equipamentos era necessária uma guarnição composta por um chefe de peça, complementado por mais sete serventes, os quais garantiam o correto funcionamento da boca de fogo. No relatório do exercício de fogo real, datado de 6 de novembro de 1940 e assinado pelo capitão Manuel da Costa, verificamos que o exercício pretendia testar o comportamento das peças e dos respetivos suportes, bem como tentar alvejar um alvo móvel, fazendo o percurso na direção este-oeste.

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, AMMM, Auto de entrega da obra de fortificação do Pico da Cruz.

O primeiro tiro teve início às 10h00 e nesse instante partiu do porto do Funchal um alvo móvel devidamente rebocado. No total foram disparadas 14 granadas no referido exercício. A 1.<sup>a</sup> peça efetuou sete disparos, a 2.<sup>a</sup> três e a 3.<sup>a</sup> quatro.

No que diz respeito ao desempenho das guarnições, o capitão descreve a prestação dos militares da seguinte forma: “Cumpriu bem, apesar de ter tido pouco tempo de instrução. As equipas do comando cumpriram cabalmente a sua missão. Tanto a secção telemétrica como a de calculadores, são constituídas por cabos e soldados.”<sup>87</sup> No que se refere ao desempenho das bocas de fogo, as mesmas “comportaram-se com regularidade, tendo as alças telescópicas dado maior precisão às pontarias.”<sup>88</sup>

Mesmo antes da inauguração, no entanto, surgem alguns problemas na operacionalidade da bateria, conforme relatado na nota n.º 36 de 20 de novembro de 1940, com classificação de segurança CONFIDENCIAL, em que o capitão Manuel da Costa expõe ao Comando Militar da Madeira o seguinte:

“O mínimo de praças a convocar para poder manter no Pico da Cruz as guarnições de duas peças, pessoal do comando e respetivos órgãos é de 40.

Outro sim é necessário convocar 3 furriéis milicianos além dos 4 já que já foram pedidos para a instrução de recrutas, o que ainda não foi autorizado.

Em referência à última parte da citada nota, informo V. Exa, que a instrução de recrutas bastante prejudicada já pela falta de graduados mais prejudicada ficará ainda quando o pessoal graduado ficar quase na totalidade impedido no pico da Cruz. Além disso permita-me V. Exa. que eu faça algumas observações:

1.º Acerca do pessoal do comando (telemetristas e calculadores) há apenas uma equipa a qual está condenada a nunca ser rendida; além disso 3 cabos pertencentes a esta equipa exercem funções nesta unidade dificilmente substituíveis (um é quarteleiro do material de guerra, um é encarregado da arrecadação de fardamento e outro é amanuense da secretaria).

2.º A disciplina e a educação militar também são gravemente afetadas pelo facto de 150 recrutas ficarem por assim dizer à mercê sem ao menos terem cabos para os acompanhar.

3.º Acerca de oficiais o caso é ainda mais grave pois que, devendo eu baixar ao Hospital Militar Principal fica o número de oficiais da arma reduzido a dois que têm de exercer cumulativamente as funções de: instrutores dos recrutas; administração; justiça; disciplina e todos os serviços inerentes a uma unidade independente.

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, Relatórios do exercício de fogo real.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

Além disto tem de permanecer um oficial no Pico da Cruz, o que só por si constituiu uma carga pesada para dois oficiais, acarretando-lhes ainda um aumento da despesa.

Há ainda a acrescentar que certos atos de administração, tais como reuniões do conselho, verificação de alterações etc. têm de ser feitos em conjunto o que nunca irá acontecer desde que tenha um oficial de constantemente estar no Pico da Cruz. Acerca da responsabilidade nos serviços de administração julgo da maior gravidade pois que isso implica mais de perto com a honra e os haveres dos oficiais que respondem por esses serviços.

4.º Sobre a defesa próxima da posição do Pico da Cruz, sou de opinião que esta unidade não tem elementos suficientes para uma eficaz defesa. Seria de toda a conveniência que fossem fornecidas metralhadoras a esta bateria. Informo V. Exa. que já as pedi à defesa marítima de Lisboa.

É também da máxima vantagem que o terreno pertencente à bateria do Pico da Cruz fosse demarcado e vedado com arame farpado, pois sem isso a vigilância é difícil. Torna-se também urgente a construção de algumas guaridas que devem ficar camufladas.

5.º Como por enquanto não há água nem luz no Pico da Cruz, julgo da maior conveniência que seja arrendada alguma água que existe no Pico da Cruz e que sejam adquiridas algumas lanternas a petróleo para iluminação.

O que fica exposto é a expressão da verdade e julgo ser do conhecimento de V. Exa., e se aqui é dito não é para pôr entraves a quem comanda, mas tão somente, fazer com que rápidas e eficazes providências sejam tomadas a fim de evitar que ordens dadas não possam ser integralmente cumpridas por colidirem com serviços tão imperiosos como ordens e que resultam das funções que por força dos regulamentos exerce o pessoal desta unidade, e do qual não fica dispensado por motivo da ordem recebida.

Mais comunico a V. Exa. que exporei estes factos ao Comando da Defesa Marítima de Lisboa a fim de ilibar os graduados desta unidade da responsabilidade do pouco rendimento da instrução geral dos recrutas.

É também urgente uma ligação telefónica com a rede geral.

À cerca das despesas resultantes da instalação de pessoal no Pico da Cruz, rogo a V. Exa. se digne informar-me qual a entidade que a deve pagar, pois as dotações desta unidade são exíguas e quase não chegam para as necessidades atuais.

Rogo, pois, a V. Exa. se digne solicitar de sua Exa. o sr. Comandante Militar a comunicação destas circunstâncias às instâncias superiores.<sup>89</sup>

O comandante  
(assinatura manuscrita)”

Relativamente aos dados técnicos das peças 15 cm/40 CTR m/902 e m/97, estas eram de fabricadas pelo consórcio alemão *Krupps*, foram adotadas entre 1887 e 1902. Tinham um

---

<sup>89</sup> *Ibidem*, Missiva do capitão Manuel da Costa, dirigida ao Comandante Militar da Madeira.

calibre de 15 cm. o comprimento da peça era de 6 metros, com 44 estrias, a elevação máxima era de 25 graus e a depressão máxima de 5 graus. O peso da peça era cerca de 4700 kg. e o peso do reparo 5995 kg. A cadência de tiro era rápida, como partes constituintes dividiam-se em peça, reparo, munições, palamenta e acessórios, as granadas m/97-A tinham os seguintes dados balísticos:

- Velocidade inicial - 680 metros p/s.
- Alcance sob o ângulo de 25 graus - 14800 metros.
- Granada explosiva com carga de 1 kg. de Trotil.
- Peso da carga de tiro - 7550 gramas.

Para o manuseio eficaz da boca de fogo, os cinco serventes que compunham a guarnição da peça deveriam atuar em sintonia, no *Manual do Artilheiro de Costa volume 1*, descrevem-se os seguintes procedimentos:

“Servente n.º 1: abre e fecha a culatra, coloca o maquinismo de segurança na posição de “segurança” ou na de “fogo”.

Fecha a culatra à voz de “pronto” dada pelo n.º 4. Dá voz de “pronto” logo que a peça esteja carregada.

Dispara a peça à voz do n.º 5 ou ao som da campainha, se o n.º 3 tiver dado a voz de “pronto”. Nas peças em que o disparo também pode ser feito com a manivela da culatra, o que só excepcionalmente deve ser utilizado, compete também ao n.º 1 fazer fogo com a manivela, quando assim lhe for indicado. Limpa e lubrifica a culatra móvel, quando for necessário.

Servente n.º 2: auxilia o n.º 4 no carregamento da peça, tendo a seu cargo impelir com o soquete, a granada, entrando este, até que o anel de metal fique no plano da culatra fixa.

Conta o número de tiros das séries e findo ele diz “alto”, comunicando ao chefe de peça o número de tiros feitos; “tal peça fez tantos tiros”.

Servente n.º 3: monta e desmonta os aparelhos de pontaria de dia e de noite, aponta a peça. Dá a voz de “pronto” depois de ultimada a pontaria; para o primeiro tiro deverá dizer “alvo identificado” depois de identificar o que lhe foi indicado.

Dispara a peça pela esquerda, quando não se pode disparar pela direita. Leva a peça à posição de carregamento.

Servente n.º 4: carrega a peça auxiliado pelo n.º 2, tendo a seu cargo introduzir a granada no canal de carregamento e em seguida o cartucho na câmara da peça. Para completo ajustamento do rebordo do cartucho à coroa de apoio, empurra-o pelo fundo, retirando em seguida a mão e dando a voz de “pronto”.

Auxilia a extração da caixa do cartucho do tiro antecedente (quando aquela não seja completamente projetada pelo extrator) calçando para isso luvas de amianto (quando o cartucho esteja difícil de ejetar utiliza-se a chave de chumaceiras).

Auxilia o servente n.º 3 nas pontarias com o quadrante quando for necessário. Limpa e lubrifica o canal de carregamento.

Servente n.º 5: auxilia o servente n.º 3 na montagem e desmontagem dos aparelhos de pontaria de dia e de noite.

Marca os elementos de tiro na alça e na cruzeta. Abre e fecha o circuito de pontaria de noite e auxilia o n.º 3 a fazer as ligações à respetiva caixa.

Marca a elevação no quadrante, auxiliado pelo n.º 4 (quando este serviço não for feito pelo chefe de peça).

Recebe e transmite as vozes vindas do comando, recebidas pelos auscultadores inclusive a voz de “fogo”. (Carvalho, 1946, pp. 15-16)

Após a Segunda Guerra Mundial, a Bateria de Costa n.º 2 manteve a sua operacionalidade realizando-se exercícios com fogo real, até ao início década de 70 do século XX. O aumento da construção de habitações e hotéis, nas proximidades do Pico da Cruz, levou a que fosse necessário suspender a utilização de granadas de 15 cm. para a realização de fogo real.

A partir de 1982, passou a utilizar-se a um redutor de calibre, que limitava significativamente o impacto produzido pelos disparos. Até 1992, realizavam-se três exercícios anuais que permitiam manter a operacionalidade das peças e das guarnições, no entanto, após esta data, fruto de diversos condicionantes que afetavam as Forças Armadas, passou-se a realizar-se apenas um exercício anual, até à desativação completa da bateria de costa, que ocorreu em 29 de novembro de 1996. (Botelho, 1998, p. 30)

Em relação à preservação deste património histórico-militar do período da Segunda Guerra Mundial, julgamos ser de louvar o facto da Zona Militar da Madeira (ZMM) ter investido na conservação destas instalações, que felizmente, não sofreram o destino de outras unidades similares no continente que se encontram presentemente num estado de total abandono. No campo de batalha atual, a defesa costeira é normalmente assegurada por meios tecnologicamente mais avançados como mísseis antinavio, peças de artilharia auto propulsada, drones e aviação equipada com munições de precisão.

Esta evolução militar veio selar em definitivo o destino da artilharia de costa, que se tornou num marco histórico, próprio de uma época e de um contexto que não volta mais, no entanto, apesar dos 82 anos desde a sua construção, é incontestável que a bateria permanece atualmente, como uma marca indelével na paisagem do Pico da Cruz e uma memória do que fomos, essencial para sabermos quem somos e pensar no queremos ser.

## CAPÍTULO VII

### A IMPORTÂNCIA DESTAS ESTRUTURAS DEFENSIVAS PARA O TURISMO MILITAR

#### 7.1 - GENERALIDADES

Neste capítulo pretende-se descrever as estruturas militares existentes na ilha da Madeira, destacando particularmente a cidade do Funchal com potencial para serem integradas num roteiro de Turismo Militar. Este é um “nicho” de mercado mais individualizado, exigente e especializado, integrado dentro do segmento do Turismo Cultural e que tem crescido com alguma expressão nos mercados internacionais.

A Região Autónoma da Madeira que prima por uma oferta turística de excelência, possui diversas estruturas e redutos defensivos, de grande valor patrimonial histórico-militar, que deveriam ser aproveitadas mais eficientemente, para dar a conhecer estes pontos de interesse e diversificar a oferta turística. Na carta internacional sobre o turismo cultural ICOMOS, pode ler-se que o turismo nacional e internacional continua a ser um dos principais vetores que proporcionam o intercâmbio cultural entre povos distintos, favorecendo desse modo a preservação e divulgação do património. “O turismo pode aproveitar as vantagens económicas do património e utilizá-las para a conservação deste, criando recursos, desenvolvendo a educação e reorientando as políticas.”<sup>90</sup>

O documento em questão, destaca igualmente as vantagens que o turismo proporciona para as comunidades de acolhimento, na medida em que, incute-lhes motivação para cuidarem e manterem o património cultural ao seu dispor. Nesse sentido, julgamos pertinente que a Madeira aproveite as excelentes condições que possui, no que ao património militar diz respeito, para desenvolver esta vertente do turismo cultural.

O turista que atualmente viaja para a nossa Ilha é um visitante cada vez mais exigente, mais interessado e especializado, frequentemente possui formação académica superior, está interessado nos diversos aspetos da vida local, é um viajante frequente, conforme pode ser verificado nos últimos estudos sobre o perfil do turista que nos visita<sup>91</sup>, logo é alguém

---

<sup>90</sup> <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/39%20Carta%20turismo%20cultural%20-%20ICOMOS%201999.pdf>

<sup>91</sup> 100 Inquérito de satisfação realizado pelo Observatório do Turismo da UMA p.6.

tendencialmente predisposto a compreender a dimensão histórica e cultural do local escolhido para passar as suas férias. É nesta dinâmica que têm surgido novas formas de lazer, classificadas ao longo dos últimos tempos em subtipos de turismo e é nesta categoria que se insere o Turismo Militar.

É unânime que para haver turismo, regra geral, tem de haver paz, Noel Salazar, defende que o turismo é a indústria mundial da paz<sup>92</sup>, ou seja, a segurança é sem dúvida um fator importante, quando se toma a decisão de viajar. Desse modo, a expressão “turismo militar” parece um paradoxo, pois carrega em si própria uma essência marcial. No entanto, o interessando por esta tipologia de turismo, não é necessariamente um adepto da violência ou do conflito, mas alguém com interesse pelas temáticas relacionadas com a História, a Segurança e a Defesa, sendo inúmeros, por exemplo, os *blogues* desta temática no mundo da *internet*.

Segundo Nilson Cesar Fraga<sup>93</sup>, o Turismo de Guerra / Militar é caracterizado não apenas como a viagem até locais com conflitos ativos, mas igualmente na visita a sítios que no passado foram zonas de guerra e apresentam algumas referências em relação ao património que evoca um determinado período histórico em particular.

Outros autores defendem que este género de turismo pode estar associado ao *Dark Tourism*, que remete para motivações turísticas “pouco ortodoxas”, associadas à visita de locais normalmente conotados com eventos traumáticos, violência, morte e sofrimento. É de salientar neste contexto turístico, as visitas a campos de concentração como Auschwitz, ou, em Cabo Verde, os antigos campos do Tarrafal, aos campos de batalha da Primeira Grande Guerra e à zona de exclusão de *Chernobyl*. Em síntese, podemos considerar o Turismo Militar como uma forma de turismo que se baseia no gosto em conhecer e visitar locais que possuem uma carga histórico-militar associada, tais como edificações e armamentos militares, campos de batalha antigos, entre outros.

---

<sup>92</sup> SALAZAR, Noel. *Building a 'Culture of Peace' through Tourism: Reflexive and analytical notes and queries*. EUA. University of Pennsylvania. 2006.

<sup>93</sup> FRAGA, Nilson. *Turismo de Guerra – a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial: guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Curitiba – Brasil. Edição das Faculdades Integradas Curitiba. 2002.

## 7.2 - A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA A ECONOMIA REGIONAL

A economia regional depende fortemente do turismo para a sua sustentação e a atividade turística, é sem dúvida o sector mais importante para o desenvolvimento económico e social da Ilha, arrastando consigo uma quantidade de atividades, quer comerciais, quer de serviços, com grande importância e geradores de receita financeira.

O clima ameno e a beleza natural, sempre foram os cartazes, pelos quais a Madeira se destacou de outros destinos. Segundo Alberto Vieira “Os arquipélagos da Madeira e Canárias assumem uma posição particular no contexto do turismo e sua História. Foi uma das primeiras regiões turísticas do mundo mantendo uma constância de afirmação do sector desde o século XVIII até ao presente.” (Vieira, 2008)<sup>94</sup> No entanto, o autor refere que existem muitas conceções erradas e falta de consenso entre os académicos em relação ao estudo desta temática:

“No caso da Madeira é insistente a ideia de que a actividade tem mais de 200 anos, mas faltam estudos, publicações, debates de carácter histórico para que aquilo que para nós é grandioso, não se limite apenas ao nosso universo histórico e seja algo do domínio de todos. Compulsados muitos estudos sobre a História do Turismo, que surgiram nos últimos anos, não se vê refletido o papel da ilha na História do Turismo. Tudo isto acontece por desconhecimento, mas acima de tudo por falta de divulgação do real protagonismo madeirense, através de estudos para o público em geral e o mundo académico.” (Vieira, 2008, pp. 1-2)

A atividade turística na Ilha passou nos séculos XVIII e XIX a ter uma vertente essencialmente científica e depois terapêutica. O clima da Madeira era visto como possuindo qualidades importantes para o tratamento de doenças do foro respiratório, como a tuberculose.

A popularidade do Arquipélago neste campo, espalha-se pela Europa e atrai diversos turistas de nacionalidade alemã, inglesa e russa. Este fluxo e presença cada vez mais assídua de viajantes, levou a que fosse necessário criar infraestruturas complementares, como sanatórios, hotéis e hospedagens, para responder à procura.<sup>95</sup> A génese do turismo na Madeira, na conceção que atualmente entenderemos, tinha assim o seu início.

---

<sup>94</sup> VIEIRA, Alberto. *A História do turismo na Madeira Alguns Dados para uma Breve Reflexão*. Revista de Estudios de Turismo de Canarias y Macaronesia, 2008.

<sup>95</sup> <https://www.visitmadeira.com/pt-pt/a-madeira/historia/turismo-terapeutico-e-cientifico>.

No século XIX, os estrangeiros que visitavam a Madeira, eram na sua maioria “cientistas doentes, viajantes, turistas, a maioria dos visitantes pertencia à aristocracia endinheirada”. Neste período, o turista que nos visitava, começava a explorar os outros cantos da Ilha, deixando de focar a sua atenção na cidade do Funchal, surgindo os passeios a pé, cavalo e de rede pelo interior verdejante. No que concerne à construção das primeiras unidades hoteleiras, é de salientar que foram os alemães e os ingleses, que iniciaram as bases para a indústria hoteleira na Madeira.<sup>96</sup>

Com a inauguração do aeroporto em 1964, a Madeira beneficiou imenso desta nova “porta” de entrada de turistas que estavam anteriormente condicionados a chegar à Ilha de barco ou de hidroavião. É de salientar igualmente, a criação em 1978 da Secretaria Regional do Turismo que veio contribuir para a definição de uma estratégia governamental para a gestão da atividade turística bem como o desenvolvimento das vias de comunicação e melhoria de infraestruturas hoteleiras. (Batista, 2005)

Na atualidade, o destino Madeira é sinónimo de turismo de excelência, aliás é considerado como o melhor destino insular da Europa<sup>97</sup>, possuindo infraestruturas para acolher turistas durante todo o ano, embora seja evidente que existem épocas altas e baixas no movimento turístico. Com o propósito de atrair turistas, o Governo Regional desenvolveu uma série de estratégias para atrair os viajantes, programas culturais tais como o Carnaval, a Festa da Flor, o Festival Colombo (Porto Santo) e o festival de fogo de artifício no dia 31 de dezembro, foram integrados no cartaz turístico.

A atividade económica que gravita à volta do turismo sobrevive da constante mutação imposta pela gestão, pelas curvas impostas pelo mercado e hoje é necessário diversificar a nossa oferta turística, nesse sentido, julgo que a adoção de novas ofertas turísticas é fundamental para perpetuar a Madeira como um destino que oferece uma diversidade de experiências ao turista, nesse contexto, a Madeira possui excelentes condições, para adotar o Turismo Militar, como mais uma vertente, do Turismo Cultural.

Na revisão feita ao Plano Estratégico Nacional do Turismo, já se adotaram diversas iniciativas para a integração do Turismo Militar na estratégia nacional. Foi criada pela Universidade de Aveiro e pelo Politécnico de Tomar, uma Carta Nacional do Turismo

---

<sup>96</sup> <https://www.visitmadeira.com/pt-pt/a-madeira/historia/primordios-do-turismo>.

<sup>97</sup> *In Diário de Notícias da Madeira*, edição online de 1 de novembro de 2020.

Militar e deu-se início à cooperação entre várias entidades tais como Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado do Turismo, Exército Português entre outras associações públicas e privadas com interesse na questão.<sup>98</sup>

O Ministério da Defesa Nacional, criou *idem* um projeto coordenado pela Direção de Serviços de Infraestruturas e Património da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional<sup>99</sup> que pretende utilizar algumas infraestruturas situadas na Região Autónoma da Madeira, para aproveitar este nicho turístico e, nesse sentido, foram requalificados vários redutos militares, como a Bateria de Costa do Pico da Cruz e as peças antiaéreas do Pico do Buxo (São Martinho), assunto que será abordada com mais detalhe seguidamente.

### **7.3 - PRINCIPAIS ESTRUTURAS COM INTERESSE PARA O TURISMO MILITAR NO FUNCHAL**

A Região Autónoma da Madeira, com os seus 600 anos de História, possui algum património histórico-militar com algum interesse e a componente “militar” surge como um elemento caracterizador de todo o percurso histórico da ilha, carregando um legado material e imaterial que perdurou até aos nossos dias.

Começando nos fortes e fortins que pontificam a costa e serviam para proteção contra os ataques de piratas e corsários, passando pelo Museu Militar da Madeira, até às defesas construídas para evitar uma agressão externa na Segunda Guerra Mundial, a Madeira possui excelentes exemplos com grande potencial de aproveitamento turístico, não só pelo seu significado histórico, mas também pelo estado de conservação e por de ser possível integrar estas estruturas numa experiência turística diferenciada.

Começando pelo Funchal, é digno de destaque o papel da Câmara Municipal do Funchal, que criou a 12 de março de 2019 um roteiro de Turismo Militar para a cidade<sup>100</sup>, com o propósito de divulgar esta vertente, para quem nos visita. A elaboração deste projeto,

---

<sup>98</sup> <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

<sup>99</sup> <https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/turismomilitar>.

<sup>100</sup> <https://www.visitfunchal.pt/pt/planear-pt/roteiros-turisticos/1129-percurso-hist%C3%B3rico-militar-do-centro-do-funchal.html>

segundo o Presidente da Câmara Municipal do Funchal na época, Dr. Paulo Cafôfo teve um objetivo definido:

“Esta é uma aposta que assenta em dois pilares que consideramos cruciais na estratégia do atual Executivo em termos de valorização do património identitário funchalense: valorizar os recursos patrimoniais da cidade, mantendo-nos autênticos perante aquilo que temos para oferecer, mas também criar novas oportunidades económicas para os nossos empreendedores e experiências mais completas para todos, tanto turistas como residentes.”<sup>101</sup>

O percurso Histórico-Militar do Funchal, compreende os núcleos históricos das freguesias da Sé, Santa Maria Maior e São Pedro. É composto por 21 pontos de paragem, com boa acessibilidade e pode ser visitado numa manhã. Os locais que compõem o roteiro, são os seguintes:

- 1º. Miradouro de Santa Catarina;
- 2º. Fortaleza do ilhéu;
- 3º. Forte de São José da Pontinha;
- 4º. Fortaleza de São João do Pico;
- 5º. Muralhas da Rua Major Reis Gomes;
- 6º. As batarias de Santa Catarina, São Lazaro e Fontes;
- 7º. Fortaleza e palácio de São Lourenço;
- 8º. Baluarte Joanino e fontes de João Dinis;
- 9º. Baluartes de Mateus Fernandes;
- 10º. Baluarte do Castanheiro;
- 11º. Baluarte do Governador;
- 12º. Reduto da Alfândega;
- 13º. Portão dos Varadouros;
- 14º. Fortaleza de São Filipe no Largo do Pelourinho;
- 15º. Muralhas da Ribeira da João Gomes;
- 16º. Muralha do Moro da Pena;

---

<sup>101</sup> <http://www.cm-funchal.pt/pt/not%C3%ADciaspt/5625-funchal-apresentou-percurso-hist%C3%B3rico-militar-para-a-baixa-da-cidade.html>

- 17°. Forte Novo de São Pedro;
- 18°. Muralha do Corpo Santo;
- 19°. Fortaleza de São Tiago;
- 20°. Molhe do cais de São Tiago;
- 21°. Largo de Santa Maria Maior ou do Socorro.

Outra entidade pública esforçada no desenvolvimento do Turismo Militar é a Zona Militar da Madeira (ZMM), que tem desenvolvido um roteiro em cooperação com o Governo Regional, a Câmara Municipal do Funchal e a Universidade da Madeira, englobando as infraestruturas sob a tutela do Ministério da Defesa.

No projeto da autoria do Coronel de Infantaria Luís Néri, intitulado “O Turismo Militar na Região Autónoma da Madeira” definem-se como objetivos divulgar à população residente e aos turistas a História e a Cultura Militar da Madeira, procurando igualmente, a constante procura da valorização deste património edificado que ainda existe na atualidade. O projeto pretende também que “a memória de todos quantos possibilitaram a sua construção e manutenção, não seja esquecida”.

Esta proposta, assenta na Diretiva Estratégica do Exército 2019-2021 em que se afirma que a instituição tem inscrita na sua missão “executar atividades no domínio da Cultura, designadamente da preservação e divulgação do seu património”<sup>102</sup> O documento refere ainda, que a História e a cultura militar portuguesas, deverão ser aproveitadas como forma de distinção de outras ofertas turísticas para maximizar a absorção de público pois, o Turismo Militar procura promover uma aproximação das pessoas a tudo o que concerne à sua génese histórica.

Com a implementação deste projeto o Exército procura atrair mais público aos espaços museológicos, sensibilizar as entidades públicas ou privadas responsáveis pela História e pela Cultura para a influência desta atividade, conservar os espaços visitáveis, divulgar o património cultural militar da Região e finalmente criar um modelo de boas práticas a seguir entre entidades que exercem atividades turísticas e afins.

No que concerne ao âmbito e atividades propostas, o coronel Néri definiu três fases de implementação. Na 1.<sup>a</sup> “utilizar o património existente, que se encontra em bom estado

---

<sup>102</sup> Diretiva do Comandante do Exército, 2019-2021, p. 6.

de conservação, podendo, por isso ser visitável.” Na 2.<sup>a</sup> concluir a requalificação das Baterias antiaéreas situadas no Pico do Buxo em São Martinho e que presentemente encontram-se prontas a integrar o roteiro. A 3.<sup>a</sup> e última fase, compreende uma colaboração com a Universidade da Madeira (UMa), para a elaboração de um plano de formação que garanta conhecimento específico nas áreas a incluir neste programa. O prazo de implementação, foi definido para 18 meses, no entanto, por motivos diversos, encontra-se a aguardar novos desenvolvimentos.

É neste roteiro da Z.M.M, que estão inseridas, no ponto de vista desta investigação, aquelas estruturas que consideramos como os expoentes máximos no que diz respeito ao património militar, que a Madeira tem para oferecer para este mercado turístico.

O programa pretende integrar uma série de espaços museológicos militares visitáveis na cidade do Funchal, sendo de evidenciar, sem ordem particular de importância os seguintes locais:

- **A Bateria Independente de Artilharia de Costa nº 2** instalada no Pico da Cruz, constituída por três peças de fabrico alemão *Krupp* modelo 1898 de calibre 150 mm. Ao contrário de outras baterias semelhantes existentes em Portugal continental, como, por exemplo, a Bateria de Outão situada na Península de Troia, entre muitas outras, especialmente na margem norte do Tejo, que estão ao abandono a do Pico da Cruz beneficiou de certo modo, do facto de se encontrar integrada numa unidade militar no ativo, o Regimento de Guarnição n.º 3.

Assim o Exército realizou um trabalho de grande qualidade na preservação destas peças de artilharia, transformando-as num verdadeiro *ex-libris*, que aliás são dos melhores exemplos no que diz respeito à conservação deste tipo de instalações em Portugal. Este núcleo é muito visitado por escolas da região e turistas do mercado Anglo-saxónico.<sup>103</sup>

- **As Baterias Antiaéreas do Pico do Buxo em São Martinho**, foram construídas em 1942 e são constituídas por peças AA<sup>104</sup>, modelo *Vickers* calibre 9,4 cm. M/40 MK II, de fabricação britânica, que permaneceram operacionais até 1969. Esta tipologia de artilharia foi adquirida durante o plano de modernização das Forças Armadas iniciado por Salazar em 1937.<sup>105</sup> Novamente, o facto destas peças de artilharia se situarem no interior de uma unidade

---

<sup>103</sup> <https://www.operacional.pt/funchal-um-roteiro-militar-a-visitar/>

<sup>104</sup> Antiaéreas.

<sup>105</sup> Decreto-lei n.º 28 401 de 31 de dezembro.

militar no ativo, neste caso a Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira, foi importante para a preservação das mesmas, que neste momento estão totalmente recuperadas e em condições de serem parte integrante do circuito de Turismo Militar da Madeira. Relativamente à unidade congénere situada no Palheiro Ferreiro, a mesma foi desativada em 1996, infelizmente situada em propriedade privada, pelo que as instalações não puderam ser preservadas.

- **O Museu Militar da Madeira**, situado no Palácio de São Lourenço, tem a sua génese na década de 90 do século XX (1992), no entanto, na sua configuração atual, foi aberto ao público em 12 de maio de 2010. Presentemente está dividido em três secções distintas, cada uma dedicada a um período histórico em particular. Na entrada localizada na antiga casa da guarda, o visitante pode observar uma zona inicial que aborda a temática da expansão marítima e a construção das primeiras fortificações edificadas na ilha. É de salientar a existência nesta secção, de um acervo constituído por exemplares bem conservados de peças de artilharia das várias épocas.

Nas outras divisões do Museu Militar, ampliado para o piso térreo do antigo Trem Militar, são abordados de forma cronológica os conflitos em que Portugal participou até à atualidade, desde a Revolução Liberal, Primeira Guerra, Guerra Colonial, até às missões de paz na Bósnia, Kosovo e Timor com painéis ilustrativos de cada conflito em concreto. É de destacar igualmente a presença de diverso armamento desmilitarizado como espingardas automáticas, morteiros, metralhadoras ligeiras, mosquetes do século XVII e XVIII, uniformes bem como outros artigos militares.

Em 2019, o museu aumentou o seu espaço disponível aos visitantes com a requalificação das salas que se situam no baluarte joanino, incluindo a cisterna onde estão expostos estandartes com a evolução da bandeira nacional ao longo dos tempos. Recentemente, foi também criada uma sala multimédia, que procura transmitir ao visitante uma experiência multissensorial, segundo o *Jornal da Madeira* “Os visitantes poderão, na aludida sala, visionar um filme 3D que apresenta, em sete minutos, os 600 anos de presença militar na Região.”<sup>106</sup>, está igualmente disponível ao visitante uma *App* do museu.

É um núcleo museológico de pequena dimensão, mas bem organizado, na nossa opinião, possuindo áudio-guias em 4 línguas (português, inglês, francês e alemão) além da

---

<sup>106</sup> In *Jornal da Madeira* de 04/07/2019.

mais-valia da sala com efeitos digitais, que julgamos ser a única em Portugal neste género de museus. O próprio Palácio de São Lourenço, constitui-se como mais um núcleo visitável e essencial para compreender o sistema de defesa do Funchal, constituindo-se como o núcleo defensivo mais forte da cidade. Com o passar dos anos a fortaleza foi perdendo a sua importância militar, e em 1836, passa a assumir funções de sede do Governo Civil da Madeira, mantendo com o Exército uma posse partilhada e estando dividido em duas áreas distintas, a civil e a militar.

A fortaleza propriamente dita é constituída por 5 baluartes, 2 a nascente, 2 a poente e um em direção a norte para defender a entrada principal. Na parte sul, que está voltada para a orla marítima, encontrava-se, como é exetável a maioria da artilharia orgânica que defendia a fortaleza, que não chegou até nós, pois o bronze de que era constituída, é reciclável, encontrando-se hoje a chamada “parada baixa” “decorada” com peças mais recentes.<sup>107</sup>

- **Paiol Geral do Funchal**, a construção desta estrutura, remonta aos séculos XVIII e XIX, tendo sido terminada a sua edificação em 1825. O perigo de explosão da pólvora armazenada na Fortaleza do Pico e o conseqüente perigo para a cidade do Funchal foi o fator decisivo para se construir este local. No século XX, com a crescente sofisticação e evolução dos sistemas de armamento, surge a necessidade de se construir novos paióis, deixando o paiol geral do Funchal de ser utilizado com estas funções, e assumindo a finalidade de arquivo militar. Atualmente e desde o ano de 2008, foi cedido para albergar a sede da Liga dos Combatentes na Madeira. No que diz respeito à sua constituição arquitetónica refere-se o seguinte:

“Interiormente o paiol é constituído por um edifício redondo, ainda com corredor circular de grossas pranchas de madeira, sobre um compartimento central, sobrelevado, de forma a constituir uma caixa de ar de climatização e dotado de um tecto que deveria ser cónico, mas que por dificuldades de construção ficou quadrado, mantendo assim as pontas do tecto salientes.”<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> A direção desde museu, está hoje a cargo do Coronel Luís Santos, coadjuvado pelo Sargento-Mor Carlos Novais e o seu período de abertura ao público é das 10h00 às 17h00 de segunda-feira a sábado.

<sup>108</sup> Carta do Património – Imóveis Classificados até 2013 – Livro - Parte 2

No que se referem ao orçamento previsto para a implementação deste projeto de Turismo Militar, no documento descrevem-se os seguintes valores: **Intervenção estrutural na sala disponível e adequação do espaço à exposição – 19.774,46 € (s/ IVA). Bateria de artilharia antiaérea / Unidade de Apoio, adequação do espaço exterior para as visitas – 1.500,00 € (s/ IVA). Recuperação do posto de comando – 5.000,00 € (s/ IVA).**

Como objetivos a atingir com o projeto, a Zona Militar da Madeira tenciona promover a preservação do património sob tutela militar e mostrar a competência das Forças Armadas nesse aspeto. Ao melhorar os espaços visitáveis para atrair público, pretende-se que a sociedade civil desenvolva um maior conhecimento da realidade castrense, conheça a “marca” da presença militar no arquipélago ao longo dos séculos e finalmente, procura-se motivar e desenvolver nas camadas jovens o gosto pelas Forças Armadas.<sup>109</sup>



**Fig. 4.** Painel informativo, presente no Museu Militar da Madeira, descrevendo a participação das unidades madeirenses nas missões internacionais. Fonte: Rui Carita.

<sup>109</sup> NÉRI, Luís. Coronel de infantaria. *O turismo militar na Região Autónoma da Madeira*. novembro de 2020.

#### 7.4 - DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DO TURISMO MILITAR NA MADEIRA

A questão fulcral deste capítulo é, essencialmente, descrever a importância e a viabilidade da implementação deste “nicho” de turismo na Madeira, com particular enfoque na cidade do Funchal. Não existem estudos académicos realizados, na Região Autónoma da Madeira sobre Turismo Militar, mas o Instituto Politécnico de Tomar, desenvolveu um estudo, compreendido entre 16 de dezembro 2013 e 28 de fevereiro 2014, destinado a obter dados sobre esta temática em Portugal. Os dados obtidos foram compilados num documento designado por: *Carta Nacional do Turismo Militar*, que pode ser consultado *online* e, embora a Madeira, não seja contemplada no estudo, este permite-nos ter uma visão da crescente importância deste género de turismo no nosso país.

Alguns dos dados obtidos são particularmente interessantes e possibilitam no âmbito desta investigação, saber o género, idade, profissão e habilitações literárias, dos viajantes entusiastas do Turismo Militar. Com base nos gráficos apresentados, é possível constatar o seguinte: o público-alvo são na maioria homens, entre os 25 e 35 anos, licenciados, ligados à área das atividades intelectuais e científicas.

Quando surge uma determinada necessidade turística no mercado, cabe aos operadores e aos destinos turísticos satisfazer essa mesma procura, e como pode ser verificado anteriormente, existem excelentes condições para iniciar a exploração deste mercado particular. No entanto, para implementar esta vertente de Turismo Militar no Funchal seria necessária uma reorganização e reestruturação da oferta turística do concelho.

A implementação de uma perspectiva mais profissional de *marketing* e divulgação turístico é fundamental para dar a conhecer esta oferta e atrair o público-alvo desejado. É verdade que já se tomaram iniciativas nesse sentido, mas durante a fase de investigação foi possível apurar que ainda há muito para ser feito.

Nesse sentido, uma das estratégias possíveis, poderia passar pela criação de um *website* especializado em Turismo Militar, que poderia ser acedido diretamente ou a partir de uma ligação na página do município do Funchal, ou da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, em que estaria contida toda a informação relevante necessária acerca das estruturas visitáveis no Concelho do Funchal. Outro vetor de divulgação, poderia passar pela criação de *flyers* acerca desta oferta para distribuição nos hotéis, e nos centros de informação ao turista, divulgando desse modo esta “nova” vertente turística.

Julgamos que a inclusão de visitas escolares aos redutos militares, seria igualmente benéfica para dar a conhecer ao público estudantil esta vertente do turismo cultural e despertar nos mais jovens a importância da preservação do património histórico/militar. Outra hipótese deveras interessante de divulgação, e sobretudo, porque nos encontramos num mundo digital, seria a criação de uma *App* de telemóvel, que indicava ao turista, a localização dos sítios de interesse, bem como um pequeno sumário da história e importância das respetivas estruturas.

Felizmente no caso da Madeira, houve por parte das Forças Armadas, uma consciencialização para a importância da preservação do património histórico/militar existente na ilha, estas estruturas defensivas conforme foram desativadas e perderam relevância militar, não ficaram votadas ao abandono e encontram-se na atualidade em perfeitas condições para serem visitadas.

Nota-se igualmente que a nível institucional, já se despertou para a importância económica deste mercado, nesse sentido o Ministério da Defesa, tem desenvolvido diversas iniciativas entre elas a criação de um *website*, <https://www.turismomilitar.gov.pt/>, e ao registo da marca designada por “TM Portugal”, propriedade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

Segundo a descrição do *website* o Turismo Militar encontra-se integrado na Direção de Serviços de Infraestruturas e Património da Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) do Ministério da Defesa Nacional, e tem como missão primordial:

“A coordenação, fomento do conhecimento, investigação, cooperação, divulgação e promoção de todo o Património, móvel e imóvel, material ou imaterial, de cariz militar, promovendo a imagem das Forças Armadas e seu contributo na memória e identidade comuns de Portugal como Nação.”<sup>110</sup>

A Direção de Serviços de Infraestruturas e Património da Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional propõe-se a trabalhar na dinamização e concretização de uma estratégia nacional para o Turismo Militar, promovendo, coordenando e analisando projetos que se insiram na temática histórico/militar regulamentando cadernos de apoio para

---

<sup>110</sup> <https://www.turismomilitar.gov.pt/pt-pt/geral/quemsomos>

candidaturas externas, desenvolver e apoiar a criação de programas de difusão da cultura histórico-militar nas suas diversas manifestações.

Pretende também implementar estudos para aferir o estado do panorama cultural e empreender as ações necessárias à preservação da identidade cultural. Tenciona aumentar o apoio à dinamização e à realização de eventos culturais que desenvolvam o calendário local e contribuam para a divulgação do património histórico-militar. Planeia igualmente fomentar o intercâmbio com entidades congéneres, com o propósito de trocar experiências. O apoio e promoção de obras literárias sobre a temática histórico/militar, está de igual modo contemplado na missão da D.G.R.D.N.

Como objetivos fundamentais estão definidos no *website* da D.G.R.D.N. os seguintes:

“Desenvolver todo o tipo de estratégias e ações que promovam a sociedade do conhecimento promover e dar a conhecer os projetos com o intuito de ampliar o seu impacto.

Contribuir para a mudança do processo de aprendizagem da importância das Forças Armadas.

Promover parcerias com as Universidades, instituições públicas e privadas na área da história, Património e do turismo cultural.

Proteger, salvaguardar e auxiliar na gestão do património através do incentivo à realização de trabalhos de arqueologia, conservação, história, museologia, manutenção do coberto vegetal e restauro das estruturas militares;

Fomentar a realização de iniciativas culturais referentes à temática;

Promover a dinamização do património histórico-militar pela sociedade em geral e por professores e investigadores em particular, para ali realizarem atividades.

Estabelecer parcerias com outras instituições, com vista à investigação e ao desenvolvimento de um produto turístico e cultural inovador.

Contribuir para o desenvolvimento de uma oferta turística qualificada.

Fomentar o desaparecimento das assimetrias regionais e coesão social;

Cooperar na criação e organização de iniciativas públicas ou privadas relacionadas com o *touring* cultural e paisagístico, turismo de natureza, de forma a adotar as melhores práticas para desenvolvimento do Turismo em geral.

Promover a diversificação turística da marca Portugal.”<sup>111</sup>

A nível internacional e sobre a temática em estudo, julgamos ser de destacar a existência do ICOFORT (*International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage*) sendo um comité, em que se promove a conservação e manutenção de fortificações

---

<sup>111</sup> *Ibidem*.

e demais património histórico/militar. A instituição desenvolveu um documento designado por carta ICOFORT sobre Fortificações, que tem como objetivos divulgar princípios elementares para intervenções e métodos de pesquisa adaptados para a proteção e conservação das fortificações militares, bem como da respetiva paisagem que as rodeia.<sup>112</sup>

O ICOFORT, pretende ser no futuro uma das principais instituições de referência mundial no que se refere ao património histórico / militar “para investigadores, profissionais, gestores e sociedade em geral com representação em todos os continentes e elevada capacidade de influenciar a opinião pública sobre a importância desta tipologia do património no desenvolvimento sustentável local e na construção do indivíduo como cidadão.”<sup>113</sup>

Neste capítulo, procurou-se descrever e salientar as potencialidades existentes no arquipélago da Madeira para o desenvolvimento e a aproveitamento económico destas estruturas defensivas, nesta vertente turística que paulatinamente vem surgindo no mercado. Nesse contexto, parece-nos essencial apostar na diversificação da oferta turística, apostando numa vertente mais cultural, pois uma das melhores formas de garantir a preservação deste património, é atribuir-lhe utilidade social através do conhecimento, do ensino e da cultura.

A implementação do Turismo Militar na Madeira dependerá da articulação entre diversas entidades, tais como o Ministério da Defesa Nacional, a Zona Militar da Madeira (responsável por grande parte das fortificações e estruturas mencionadas), a Universidade da Madeira, o Governo Regional da Madeira, entre outros. Com esta colaboração institucional entre todos os interessados, certamente será possível dinamizar o mercado turístico madeirense, criando uma oferta cultural interessante dentro deste contexto em particular.

---

<sup>112</sup> <https://pt.icofort.org/>

<sup>113</sup> *Ibidem.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção pela neutralidade adotada pelo governo português, durante a Segunda Guerra Mundial é algo que teve de certo modo, alguma influência no final do conflito permitindo ao nosso país negociar com as outras potências, muito acima do seu peso político. Portugal tinha na “manga” três trunfos essenciais que lhe davam poder negocial: o volfrâmio, fundamental para o esforço de guerra, as ilhas Atlânticas e os tratados de não agressão, com Espanha e com a Inglaterra (Tratado de Windsor).

Como referido ao longo da investigação, os arquipélagos Atlânticos possuíam uma enorme importância geoestratégica para os beligerantes. Na conjuntura da época, a possibilidade de invasão ao arquipélago da Madeira, chegou a ser equacionada pelos Aliados e pelo Eixo. É provável, que se a Espanha franquista tivesse cedido aos apelos de Hitler para entrar na guerra ou mesmo se o Eixo ocupasse a Península Ibérica sem o consentimento espanhol, as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, seriam imediatamente ocupadas pelos Aliados, para cimentar a sua posição no Atlântico.

Para entender a importância da Madeira, neste contexto de conflito mundial, basta entender pressupostos elementares de geoestratégia, os beligerantes tinham necessidade de possuir pontos de apoio no meio do Atlântico, que lhes permitissem deslocar meios e homens para as zonas de conflito. No caso alemão, tradicionalmente uma potência continental, a Madeira era perfeita para estabelecer uma base de abastecimento e de rearmamento para os seus submarinos e aviação naval (hidroaviões), permitindo-lhes operar com maior raio de ação. Para os britânicos, a Ilha seria ideal para compensar uma eventual perda do reduto de Gibraltar e permitir à *Royal Navy* um ponto de reabastecimento para os navios que perseguiram os temíveis submarinos *U-boot*.

Perante este cenário de hipotética invasão, Salazar decretou medidas para reforçar a capacidade defensiva do país, iniciando um plano de modernização e rearmamento das Forças Armadas, para as preparar para uma possível agressão externa. No caso particular da Madeira, pela sua condição insular, os seus habitantes viveram a guerra numa perspetiva externa ao conflito, mas os seus efeitos foram sentidos cá dentro, causando bastantes problemas à população.

No que ao aparelho defensivo da Madeira diz respeito, a investigação que aqui apresentamos, apurou que de facto foram disponibilizados alguns meios, tanto ao nível de

efetivos, como de material para a defesa da Ilha, porém, tendo em consideração as capacidades militares dos possíveis invasores, julgamos que as forças destacadas e as defesas construídas, seriam certamente insuficientes para fazer uma oposição minimamente credível ao inimigo, existindo diversas lacunas no plano defensivo.

A gênese da estratégia defensiva, assentava em negar o acesso das praias ao adversário, através da construção de pequenos postos fortificados ao longo do litoral do arquipélago, que tinham como missão primordial impedir o desembarque de forças inimigas. Para a defesa do Funchal, considerado pelos autores do plano de defesa como o mais importante objetivo a manter, foram disponibilizados os meios mais eficientes, artilharia de costa para defesa da orla marítima e as peças antiaéreas para proteção contra aeronaves inimigas.

Um facto curioso e que julgamos pertinente de salientar, prende-se com o facto de a artilharia de costa ser de fabrico alemão e a artilharia antiaérea ser de origem britânica. Os bombardeamentos dos submarinos alemães durante a Primeira Grande Guerra estavam bem presentes na memória coletiva, por esse motivo para a defesa do porto do Funchal e da praia Formosa, construiu-se a Bateria de Defesa Costeira n.º 2 no Pico da Cruz, equipada com peças de calibre 15 cm.

Os trabalhos de fortificação desta bateria foram extremamente penosos, conforme nos foi possível constatar durante o estudo da documentação relativa à sua construção, sendo de louvar o esforço demonstrado por todos os envolvidos no projeto.

Para defesa contra as ameaças aéreas, que durante a Segunda Guerra Mundial, ganharam grande preponderância, foram edificadas posições para a colocação de baterias antiaéreas em São Martinho e no Palheiro Ferreiro (peças *Vickers* calibre 9,4 cm. M/40 MK II). Acreditamos que, era neste campo da defesa contra aeronaves, que o plano defensivo Madeira se encontrava mais fragilizado, pois como foi possível apurar, os meios mais modernos e eficientes, situavam-se apenas no Funchal.

Outro fator que nos pareceu enfraquecer a defesa do arquipélago, foi a inexistência de unidades navais colocadas em permanência no arquipélago, aparentemente, apenas de forma esporádica, eram destacados navios da Armada para patrulha nas águas da Madeira. Estes meios navais se existissem, seriam essenciais na deteção precoce de uma eventual força anfíbia invasora.

Em relação ao património histórico-militar deste período da Segunda Guerra Mundial, mais uma vez referimos, ser de enaltecer o facto do Exército Português através da Zona Militar da Madeira (ZMM), ter investido na conservação destas fortificações, particularmente na Bateria de Costa n.º 2, uma das mais bem conservadas do país. A sua importância, prende-se com a localização geográfica e por ser uma estrutura com características únicas, sendo indubitavelmente um marco importante na História Militar da Madeira.

82 anos após a sua construção, na paisagem do Pico da Cruz, permanecem eternizadas as 3 peças de artilharia, dispostas ao longo do traçado da encosta, aguardando pacientemente um inimigo que nunca chegou. Em relação à dinamização e aproveitamento das fortificações referidas ao longo da investigação, tendo como principal premissa o reaproveitamento do património militar, para novos usos e também a sua compreensão como objeto histórico, julgamos que as mesmas são um válido contributo para uma integração na oferta turística madeirense.

Todavia, para a execução de um roteiro de Turismo Militar, será necessário um esforço concertado de entidades nacionais, regionais e locais, em articulação com os operadores turísticos, só assim se conseguirá contribuir para um reforço da oferta da turística na ilha da Madeira.

Pelo que nos foi possível apurar, o tema selecionado para objeto de estudo desta investigação nunca fora outrora trabalhado do ponto de vista académico, pelo que a recolha, seleção de informação e de documentação transformou-se numa odisseia desafiante.

A procura de fontes secundárias que exprimam uma apreciação dos dados históricos, também não foi possível, não obstante, tentou-se produzir algo com interesse académico, com as fontes que estavam disponíveis. O assunto abordado por esta dissertação, no entanto, não ficará aqui esgotado, nem foi essa a nossa intenção. Pelo contrário, julgamos que, a partir do trabalho que aqui apresentamos, seja possível desenvolver futuras investigações, bem como enfatizar a importância do arquipélago da Madeira durante a Segunda Grande Guerra, e contribuir desse modo para a divulgação de informações pertinentes e inovadoras em relação ao importante património histórico/militar que esse conflito mundial nos deixou.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### **Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM)**

Caixa n.º 1 / *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.*

Caixa n.º 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

Caixa n.º 3 / *Processo Informações e Operações / Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

Pasta: *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5.*

Pasta: *Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945.*

### **UK National Archives,**

*Madeira intelligence report*, Ref. WO. 252/877.

*Operations "Brisk" and "Ripper": plans for occupation of the Azores and Madeira*, Ref. WO. 106/3060.

### **Publicações**

AGUDO, Manuel Ros. *A Grande Tentação*. Lisboa. Casa das Letras. 2009.

BAPTISTA, J. *A Evolução do turismo na Madeira no período de 1975 a 2000*. Edição Autor. Funchal. 2005.

BARROS, Júlia Leitão (org.). AAVV. *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*. Lisboa. Publicações D. Quixote. 2005.

BORGES, João Vieira. *Armamento do Exército Português Vol. II – Armamento de Artilharia Antiaérea*. Lisboa. Editora Prefácio. 2007.

BOTELHO, J., VICENTE, R. *Regimento de Guarnição N.º 3 das origens à actualidade 1864-2008*. Funchal. Grafimadeira. 2008.

CÂMARA, Benedita. *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. 2002.

CARITA, Rui, *Roteiros Republicanos, Madeira*, Comissão Nacional para a Celebração dos 100 Anos da República. *Diário de Notícias*. Lisboa e *Jornal de Notícias*. Porto, 2010.

CARITA, Rui. da *História da Madeira*, vol. 6, *Século XX, O Caminho para a Autonomia*. Funchal. Imprensa Académica. 2020.

CARITA, Rui. *Percurso Histórico-Militar do Funchal*. Câmara Municipal do Funchal e Imprensa Académica. novembro de 2018.

CARVALHO, Dias. *O artilheiro de costa, caderno n.º 1*. Lisboa. Papelaria Fernandes. 1946.

FRAGA, Nilson. *Turismo de Guerra – a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial: guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Curitiba – Brasil. Edição das Faculdades Integradas Curitiba. 2002.

FREITAS, João Abel. *A Madeira na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa. Edições Colibri. 2003.

FREITAS, João Abel. *A revolta do Leite Madeira 1936*. Lisboa. Edições Colibri. 2011.

GOMES, Adildo. *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa. Chiado books. 2018.

GUARD, Julie. *World War II Paratroopers in combat*. UK. Osprey Publishing. 2007.

JESUS, José Manuel Duarte. *Espionagem e Contraespionagem em Portugal. Vicissitudes e Mistérios*. Lisboa. Edições 70. 2015.

LOPES, Vítor Sousa. *1942- Lisboa à espera do invasor*. Lisboa. Âncora Editora. 2020.

MADUREIRA, Arnaldo. *Salazar e a II Guerra Mundial*. Clube do Autor. Lisboa. 2021.

MCNAB, Chris. *The Flamethrower*. UK. Osprey Publishing. 2015.

MORAIS, Alexandre. *Organização do Terreno*. Lisboa. Papelaria Fernandes. 1935.

NÉRI, Luís. *O turismo militar na Região Autónoma da Madeira*. Funchal. 2020.

REIS, José Augusto Oliveira Costa dos, SOUSA, Emanuel Alves de. *A artilharia antiaérea em Portugal*. Porto. Fronteira do Caos Editores. 2016.

RODRIGUES, Luís Nuno. *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores (1939-1949)*. Lisboa. Prefácio. 2005.

SALAZAR, Noel. *Building a ‘Culture of Peace’ through Tourism: Reflexive and analytical notes and queries*. EUA. University of Pennsylvania. 2006.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. Vol. 11 (1935 – 1937. 2.º edição. Coimbra Editora. 1945.

SIMMONS, Mark. *Operação Ibéria*. Lisboa. Clube do Autor. 2019.

SOMMERVILLHE, Donald. *The Complete Illustrated History of World War Two: An Authoritative Account of the Deadliest Conflict in Human History with Analysis of Decisive Encounters and Landmark Engagements*. Lorenz Books. 2008.

TELO, José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto. Edições ASA. 1993.

TELO, José. *Os começos do século*. in *Nova História Militar de Portugal*. vol. IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro. Círculo de Leitores. 2004.

TELO, José. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa. Perspetivas e Realidades. 1987.

VIEIRA, Alberto. *A História do turismo na Madeira Alguns Dados para uma Breve Reflexão*. Revista de Estudios de Turismo de Canarias y Macaronesia. 2008.

VIEIRA, Alberto. *Gibraltar e a Madeira. 1940-1944 Uma União de Facto num Paraíso Fustigado Pela Guerra*. Funchal. Centro de Estudos de História do Atlântico. 2016.

WERNER, Herbert. *Iron Coffins: A Personal Account of the German U-Boat Battles of World War II*. New York. Da Capo Press. 2002.

### **Ordens do Exército**

Diretiva do Comandante do Exército, 2019-2021.

Ordem de serviço do Comando Distrital da Legião portuguesa do Funchal, da autoria do comandante Eduardo António Santos Pereira. Arquivo Museu Militar da Madeira Caixa n.º 1.

### **Artigos, Periódicos e outras Publicações**

BOTELHO, João. A artilharia de costa na ilha da Madeira. *Revista de Artilharia*. março de 1998. pp. 23-31.

CARITA, Rui. “A Virgem Prisioneira madeirense da antiga Índia Portuguesa”, in revista *Islenha*. n.º 67, direção de Cláudia Faria, Funchal. DRC, jul.- dez. 2020, pp. 137-154;

CARITA, Rui. História Militar da Madeira: Temas e Problemas”. In Atas do Simpósio internacional. *Que saber(es) para o século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*. Coordenadores José Eduardo Franco e Cristina Trindade, Lisboa, Esfera do Caos, 2014. pp. 209-254.

Carta do Património – Imóveis Classificados até 2013 – Livro - Parte 2

Decreto-lei n.º.28401 de 31 de dezembro de 1937.

*Diário de Lisboa*, 13/10/1943.

*Diário de Notícias*. Funchal. 01/11/2020.

*Diário de Notícias*. Funchal. 05/01/1940.

*Diário de Notícias*. Lisboa 02/ 09/1939.

Exército. E. M. MC-22-5 *Tática de Artilharia de Costa*. Lisboa. 1992.

*Instruções para a proteção das tropas de infantaria contra ataques aéreos, de engenhos blindados e por gases de combate*. Lisboa. Papelaria Fernandes. 1940.

*Instruções para o uso da metralhadora ligeira Dryse, 7mm, 9 m/938.* Lisboa. Papelaria Fernandes. 1942.

*Jornal da Madeira.* 04/07/2019.

*Regulamento para o serviço de campanha, Instruções Gerais Relativas à Defesa Civil do Território.* Lisboa. Papelaria Fernandes. 1944.

*Revista da Armada.* edições 283/janeiro e 284/fevereiro. 1996.

RODRIGUES, Paulo. “Operação Ripper”. *Revista do Diário de Notícias.* Funchal. 21/03/2004. pp.14-19.

RODRIGUES, Paulo. *A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): Tópicos de Política e Defesa.* *Revista Nação e Defesa.* Lisboa. Cadernos do Instituto de Defesa Nacional. 2014. p.65.

### **Sítios da Internet**

Diário de Lisboa, 13 de outubro de 1943, disponível em: [http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/dia?ano=1943&mes=10-04/03/2022](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/dia?ano=1943&mes=10-04/03/2022) Retirado em:

<http://www.cm-funchal.pt/pt/not%C3%ADciaspt/5625-funchal-apresentou-percurso-hist%C3%B3rico-militar-para-a-baixa-da-cidade.html>- Retirado em: 06/03/2022

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>- Retirado em: 10/04/2022

<https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=39136&FileID=1283500>, fotos de construção da bateria do Pico da Cruz- Retirado em: 16/05/2022

<https://citacoes.in/citacoes/107570-winston-churchill-durante-a-guerra-a-verdade-e- tao-preciosa-que-ela/>- Retirado em: 06/04/2022

<https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/turismomilitar>- Retirado em: 07/06/2022

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/39%20Carta%20turismo%20cultural%20-%20ICOMOS%201999.pdf>- Retirado em: 07/06/2022

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/quinta-coluna>- Retirado em: 19/05/2022

<https://www.operacional.pt/funchal-um-roteiro-militar-a-visitar/>- Retirado em: 14/05/2022

<https://www.turismomilitar.gov.pt/pt-pt/geral/quemsomos>- Retirado em: 08/06/2022

Ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, disponível em:  
<https://ensina.rtp.pt/artigo/ocupacao-de-go-da-mao-e-diu-pela-uniao-indiana/>- Retirado em:  
20/05/2022

<https://codenames.info/operation/isabella-i/> Retirado em: 04/03/2023

*Santarém - Lisboa - Alcácer do Sal: as manobras de 1943*, disponível em:  
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2740>- Retirado em: 15/02/2022

[www.visitfunchal.pt/pt/planear-pt/roteiros-turisticos/1129-percurso-hist%C3%B3rico-militar-do-centro-do-funchal.html](http://www.visitfunchal.pt/pt/planear-pt/roteiros-turisticos/1129-percurso-hist%C3%B3rico-militar-do-centro-do-funchal.html)- Retirado em: 18/05/2022

<https://www.visitmadeira.com/pt-pt/a-madeira/historia/turismo-terapeutico-e-cientifico>.  
Retirado em: 16/07/2022

<https://www.visitmadeira.com/pt-pt/a-madeira/historia/primordios-do-turismo>. Retirado  
em: 16/07/2022

<https://turismo.uma.pt/wp-content/uploads/2017/09/Festival-Atl%C3%A2ntico-2017-FINAL-DRT-07-09.pdf>- Retirado em: 23/05/2022

<https://dicionario.priberam.org/abatis>- Retirado em: 10/05/2022

<https://pt.icofort.org/>- Retirado em: 07/06/2022

*Führer Directive 18*, 12 de novembro de 1940. Disponível em:  
<https://ww2db.com/doc.php?q=317>- Retirado em: 06/03/2022

[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2740/1/NeD46\\_CarlosGomesBessa.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2740/1/NeD46_CarlosGomesBessa.pdf)-  
Retirado em: 11/04/2022

## **ANEXOS**

ANEXO 1

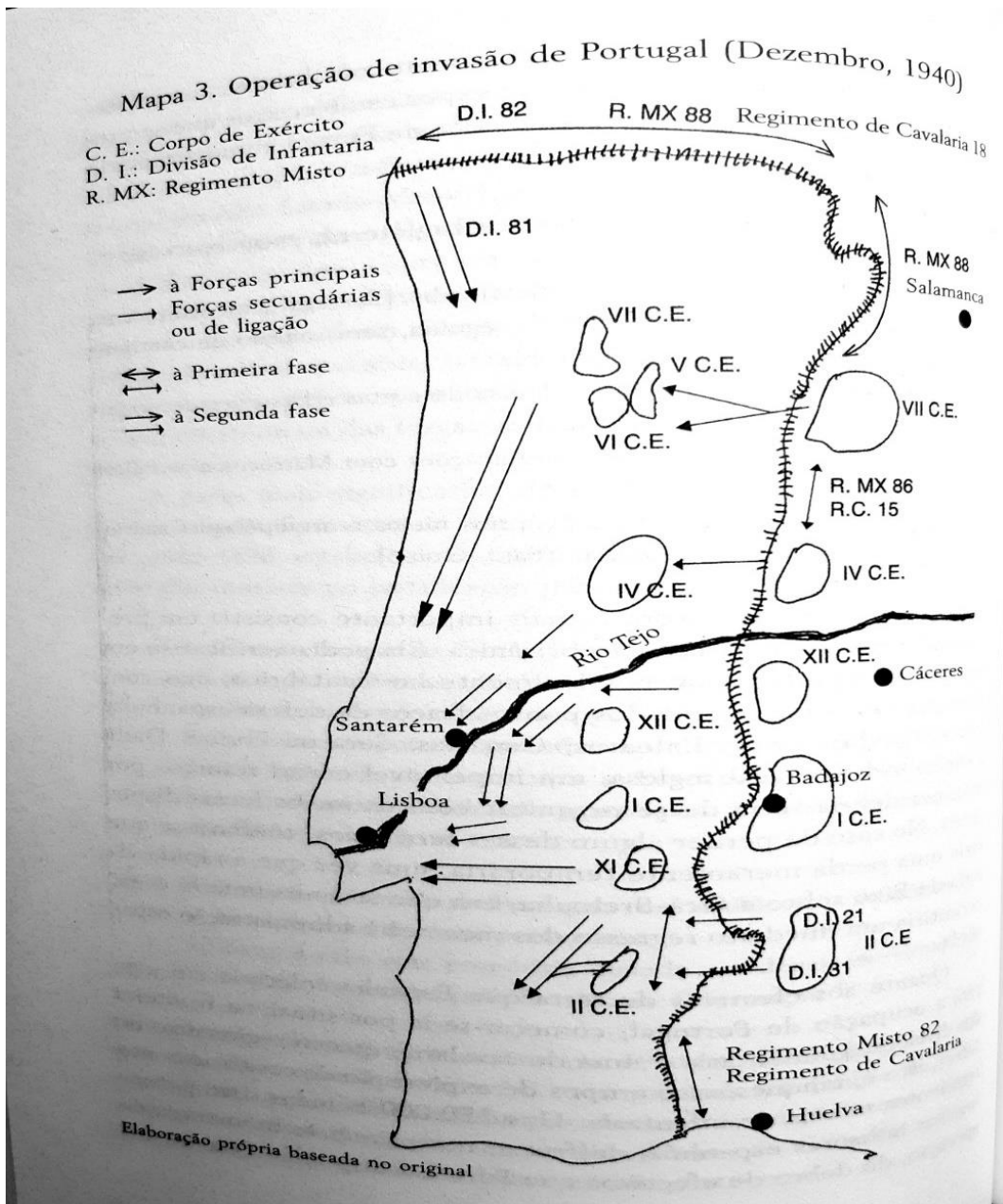


Fig. 5. Mapa do Plano de Campanha n.º 1 para a invasão de Portugal pelas forças espanholas. Pub. In: *A Grande Tentação*. Manuel Ros Agudo. 2009. p.228.

ANEXO 2

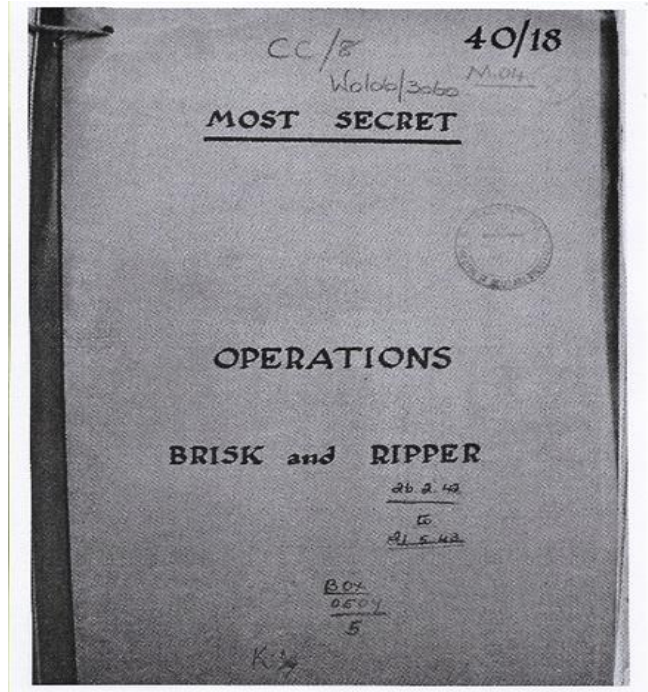


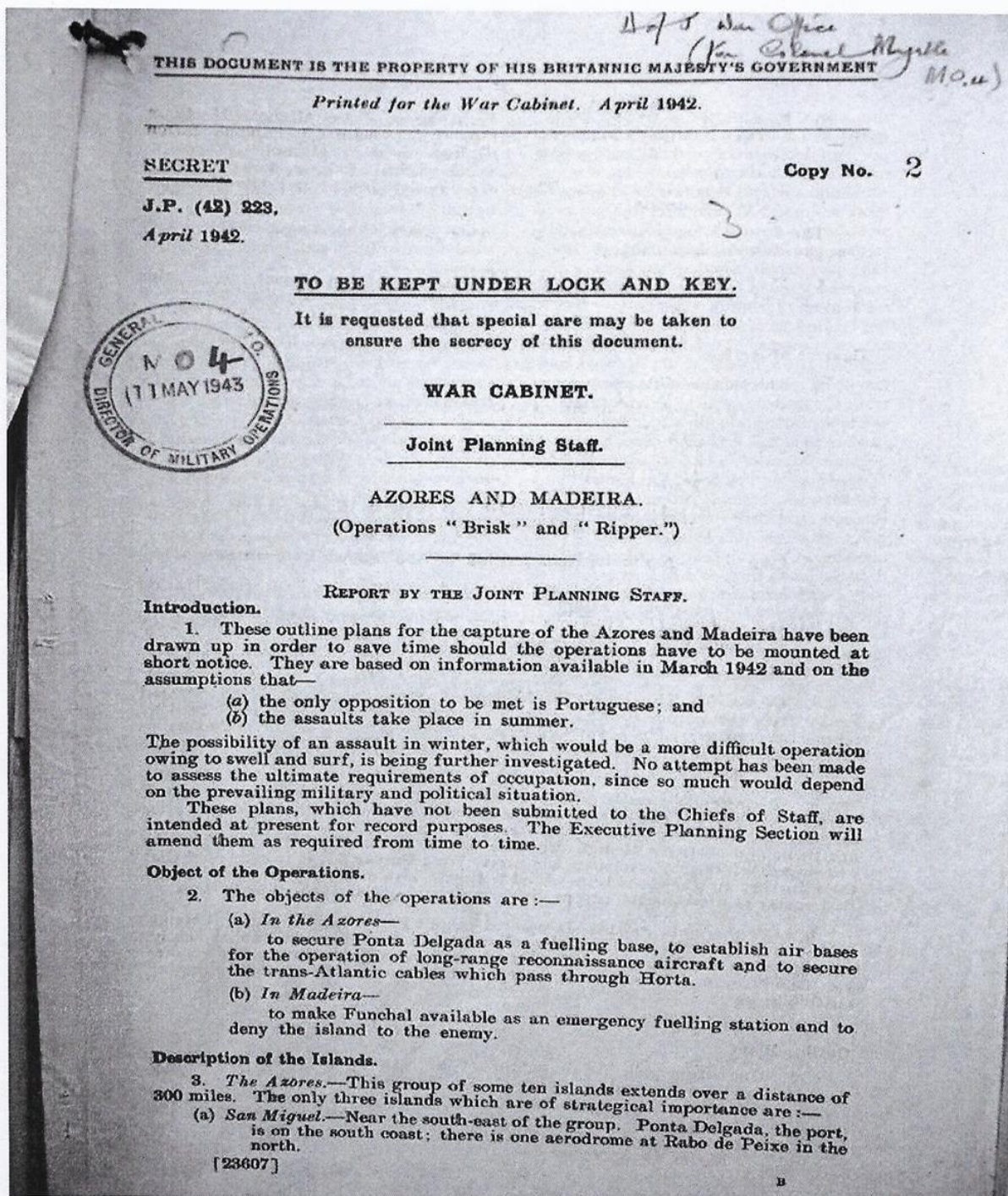
Fig. 6. Capa dos planos de invasão da Madeira. UK National Archives. Ref. WO. 106/3060.1942. Cedido por Paulo Rodrigues.

20

**Madeira.**  
*Order of Battle.*

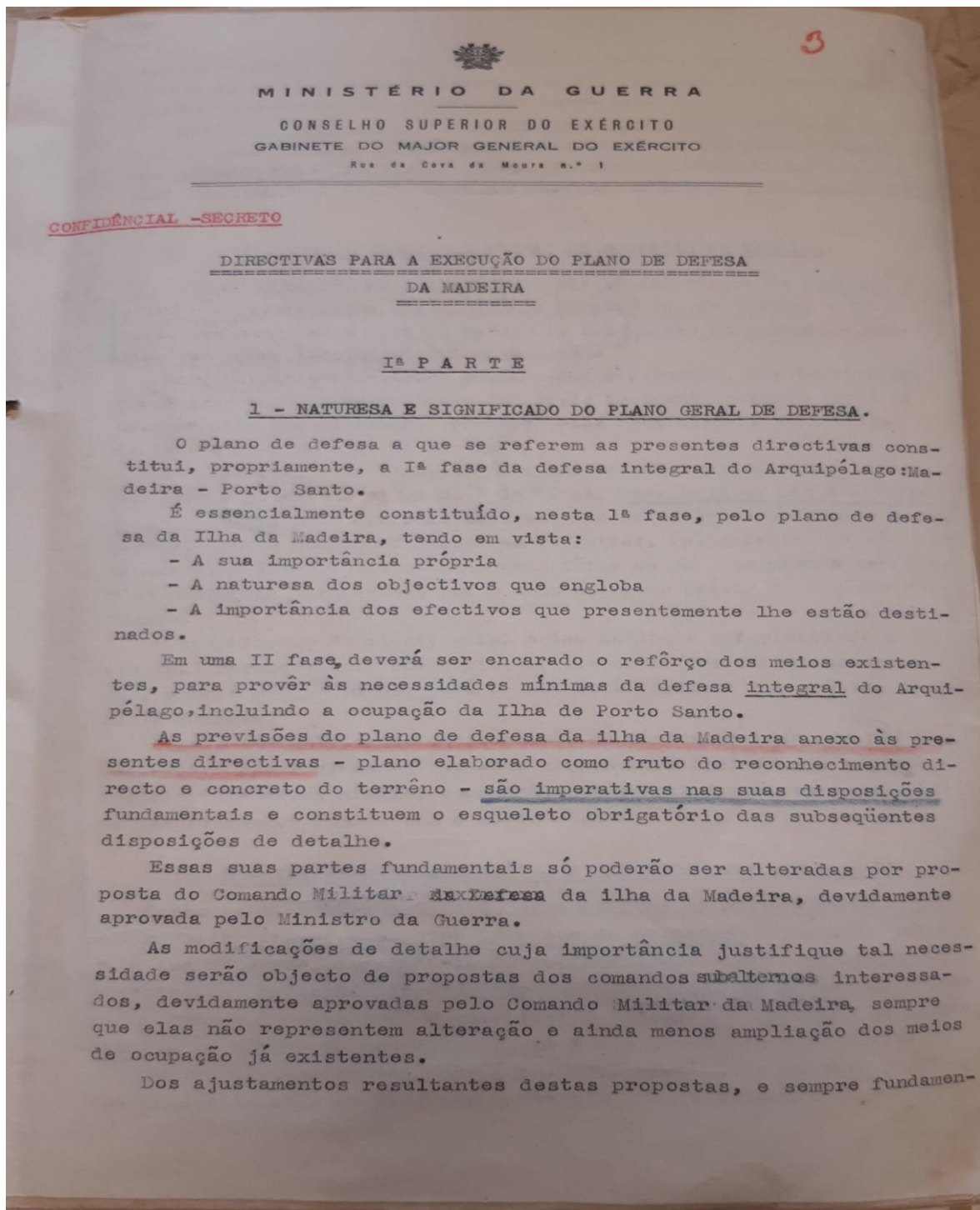
Date of Arrival.	Unit.	Location.	Strength.	Armament.
<b>INFANTRY.</b>				
	19 Inf. Regt.			
	Headquarters			
locally raised	19 Ind. Inf. Bn.	Sao Martinho ...	828	Each Battalion has—
locally raised	79 Ind. Inf. Bn.	Santo da Serra ...	828	27 L. M. G.
Aug. 5, 1941	149 Ind. Inf. Bn.	Ilheira Brava ...	778	12 H. M. G.
				2—4 in. Mortars.
<b>ARTILLERY.</b>				
locally raised	2 Ind. C.D. Bty.	Pico da Cruz ...	100	8—15 cm. guns.
May 17, 1941	7 A.A. Bty.	Funchal ...	100	1—3.7-in. gun
				(unmounted).
<b>ENGINEERS.</b>				
6. 8. 1941	4 (2) Coy. 2 Eng. Regt.	Funchal ...	220	
<b>MISCELLANEOUS.</b>				
	Supply and Medical Services		120	
	1 Coy. Fiscal Guard		150	
	15			
	Total known garrison		2,189	
Small detachments are stationed as follows:—				
	Sao Vicente ...	58	Santa Cruz ...	127
	Ponta do Sol ...	50	Fayal ...	188
	Ponta da Cruz ...	4	Porto do Moniz ...	28
	Santa Ana ...	1	Saizal ...	32
	Carriço ...	48	Chaheta ...	170
San Antonio da Serra is to be H.Q., Eastern Defences (79 Bn.).				
Calheta is to be H.Q., Western Defences (149 Bn.).				
NOTE.—There are no naval or air forces.				

Fig. 7. Relatório das Forças militares disponíveis na Madeira. UK National Archives. Ref. WO. 106/3060. 1942. Cedido por Paulo Rodrigues.



**Fig. 8.** Detalhe dos planos britânicos de invasão da Madeira e Açores. UK National Archives. Ref. WO. 106/3060. 1942. Cedido por Paulo Rodrigues.

## ANEXO 3



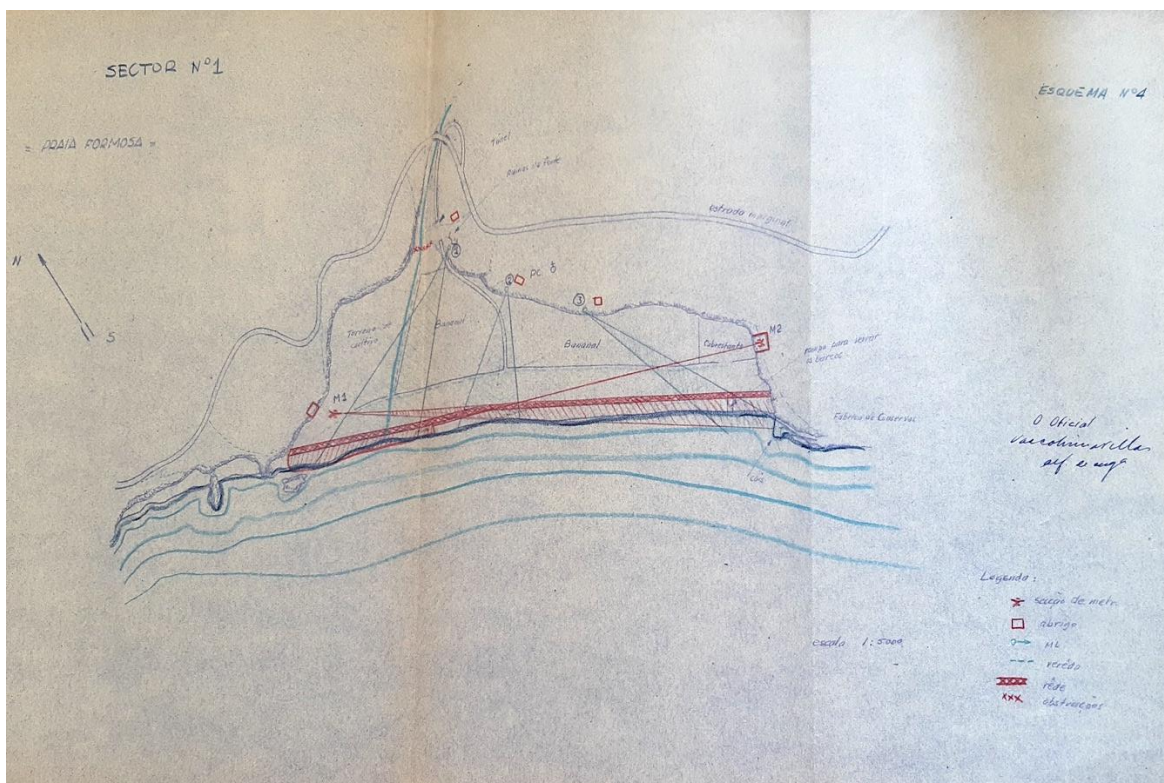
**Fig. 9.** 1.ª parte do plano de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*



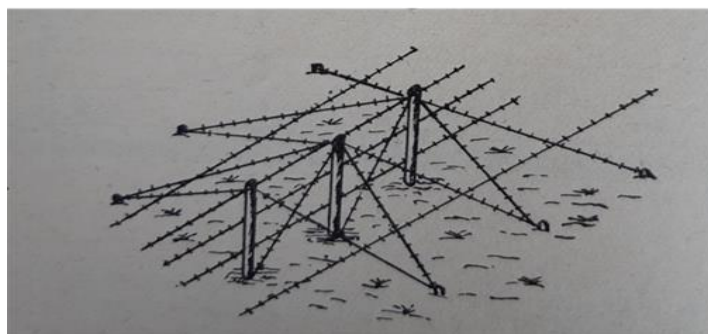




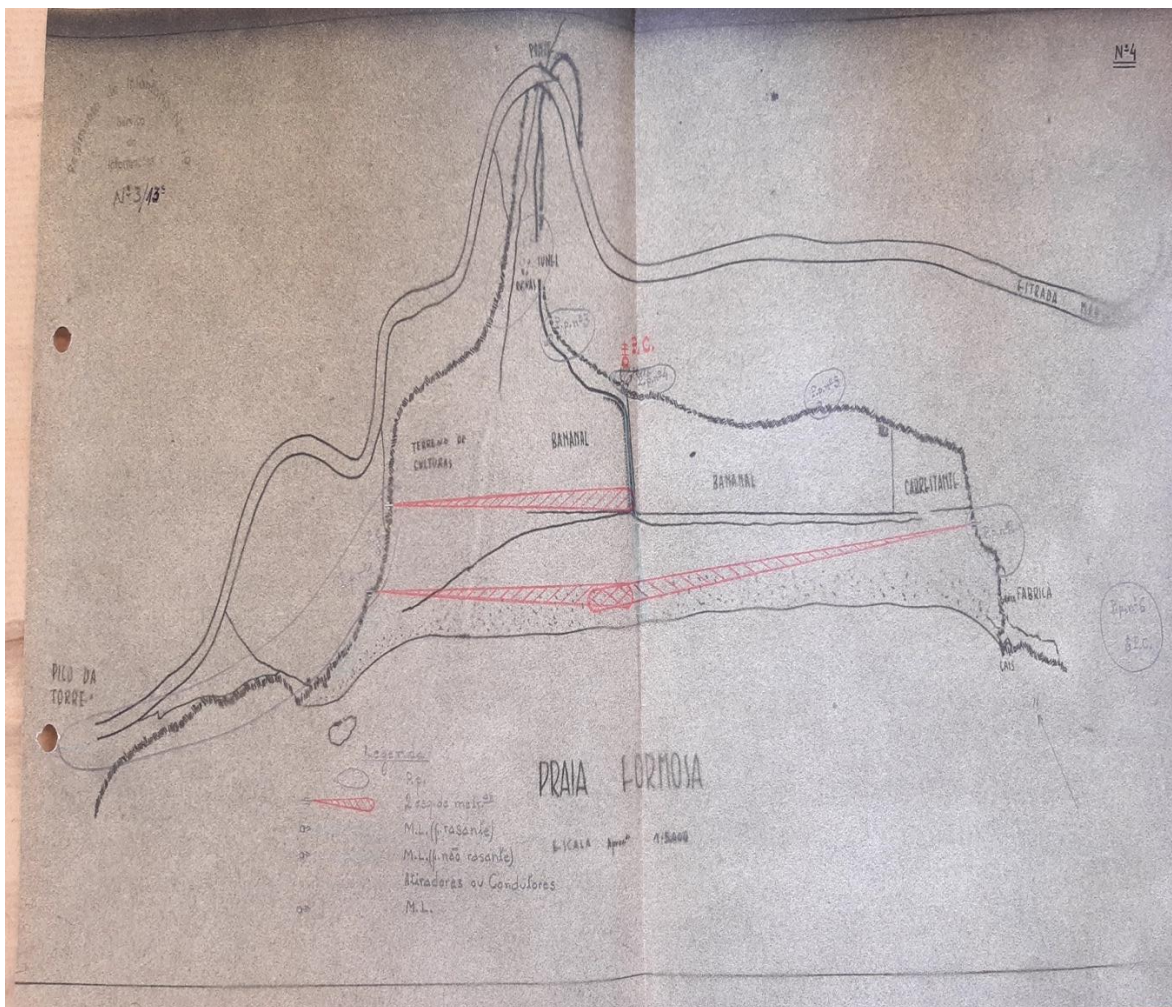
## ANEXO 4



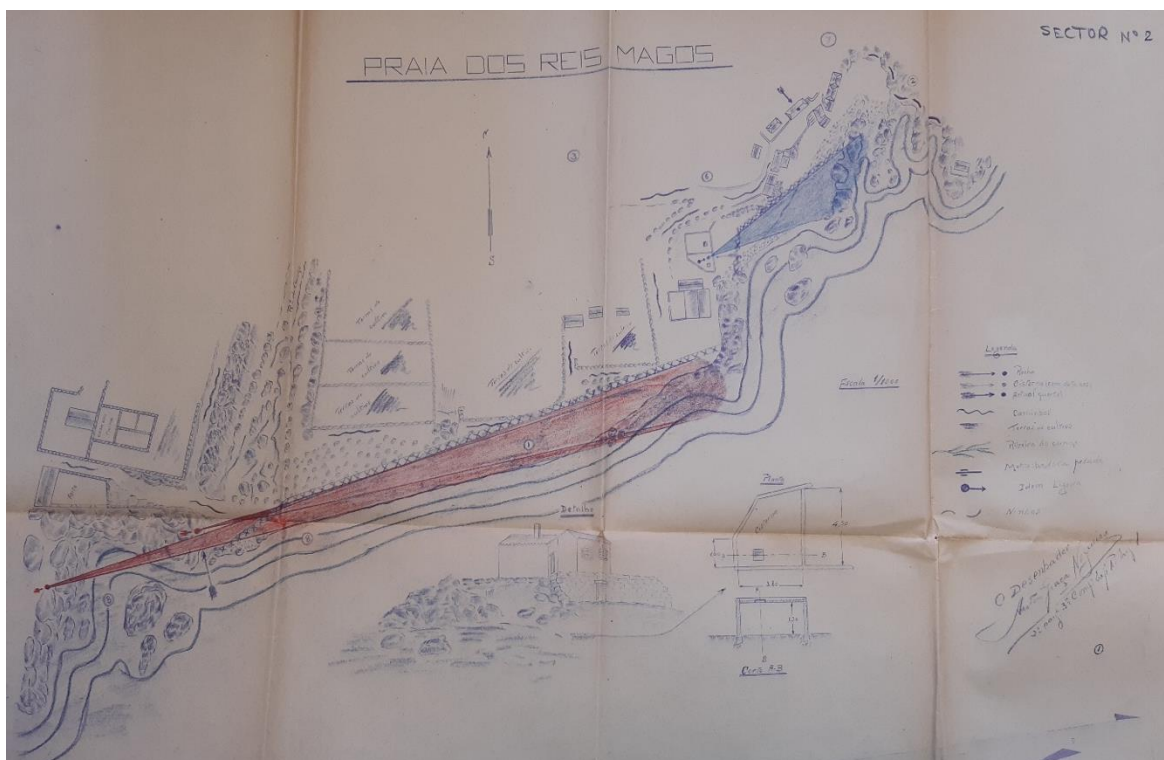
**Fig. 13.** Croqui com a localização das defesas construídas no reduto defensivo da Praia Formosa. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*



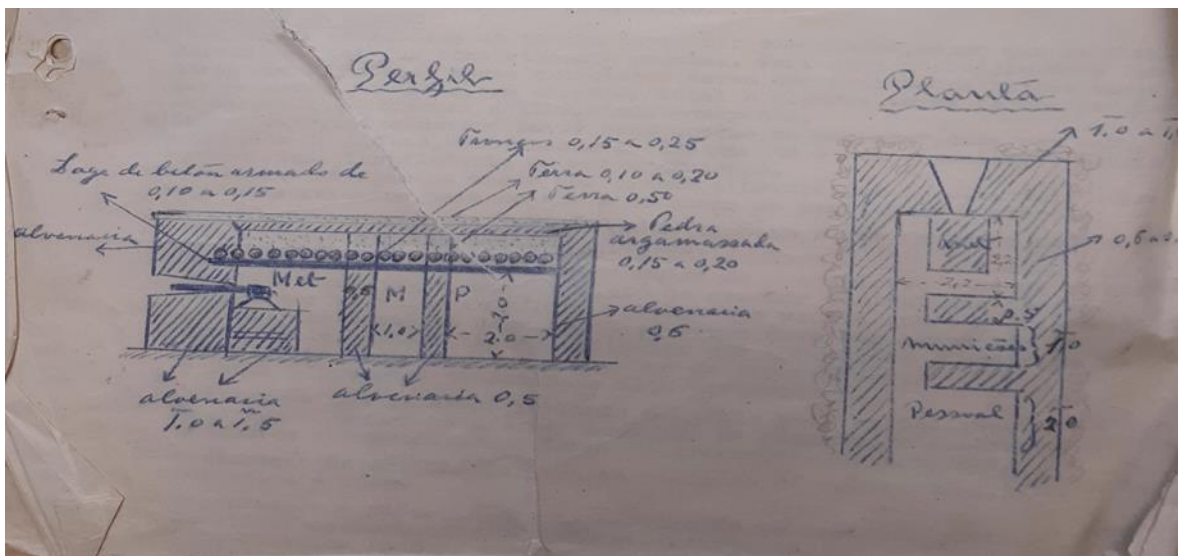
**Fig. 14.** Exemplo dos obstáculos de arame farpado, usados para interdição das praias ao longo da orla marítima. Pub. in: *Manual de Organização do Terreno.* Alexandre Morais.p.58.



**Fig. 15.** Croqui com os planos de fogo do pequeno posto defensivo da Praia Formosa. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n. ° 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

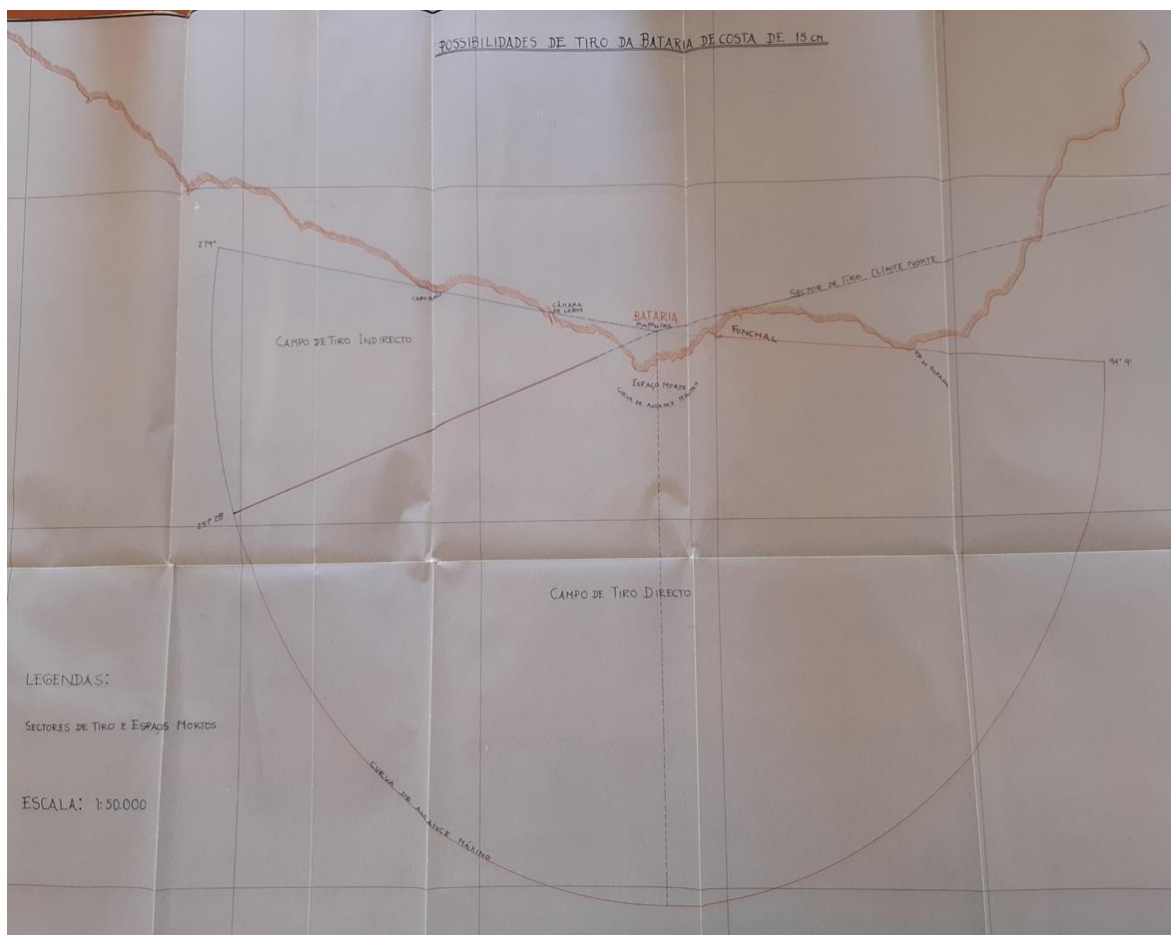


**Fig. 16.** Croqui com os planos de fogo do pequeno posto defensivo da Praia dos Reis Magos. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

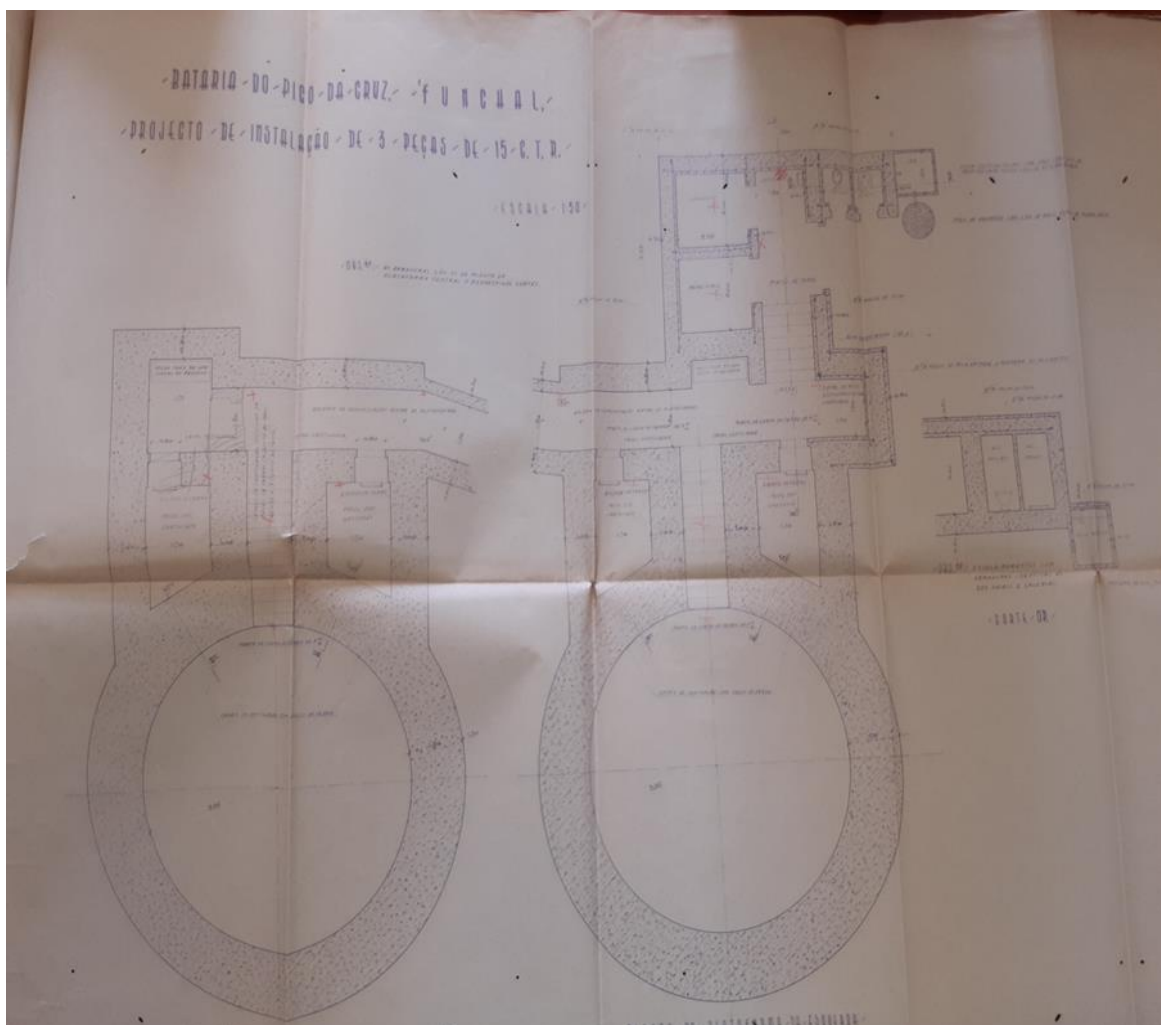


**Fig. 17.** Croqui com exemplo da configuração do abrigo de metralhadoras pesadas. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n. ° 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*





**Fig. 19.** Mapa das possibilidades de tiro da Bateria de Costa n.º 2. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945.



**Fig. 20.** Planta das plataformas das peças C.T.R. de 15 cm. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta Construção da Bateria de Costa n. °2 1940-1945.





**Fig. 22.** Planta geral da Bateria de Costa na sua configuração atual (jul. 2009). Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945.



**Fig. 23.** Detalhe das obras de construção no Pico da Cruz, 1940. Fonte: Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/110/D4/PQ/3.



**Fig. 24.** Construção das galerias subterrâneas de apoio à Bateria de Costa, 1940. Fonte: Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/110/D4/PQ/3.



**Fig. 25.** Bateria de Costa do Pico da Cruz, fase final da construção, 1940. Fonte: Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/110/D4/PQ/3.



**Fig. 26.** Espaldão da Bateria de Costa do Pico da Cruz, na atualidade. Foto do autor.



**Fig. 27.** Galerias subterrâneas de apoio à Bateria de Costa do Pico da Cruz com as tarimbas destinadas ao pessoal de serviço. Foto Tânia Freitas.



**Fig. 28.** Pormenor dos instrumentos óticos de pontaria das peças de 15 cm. Foto: Tânia Freitas.

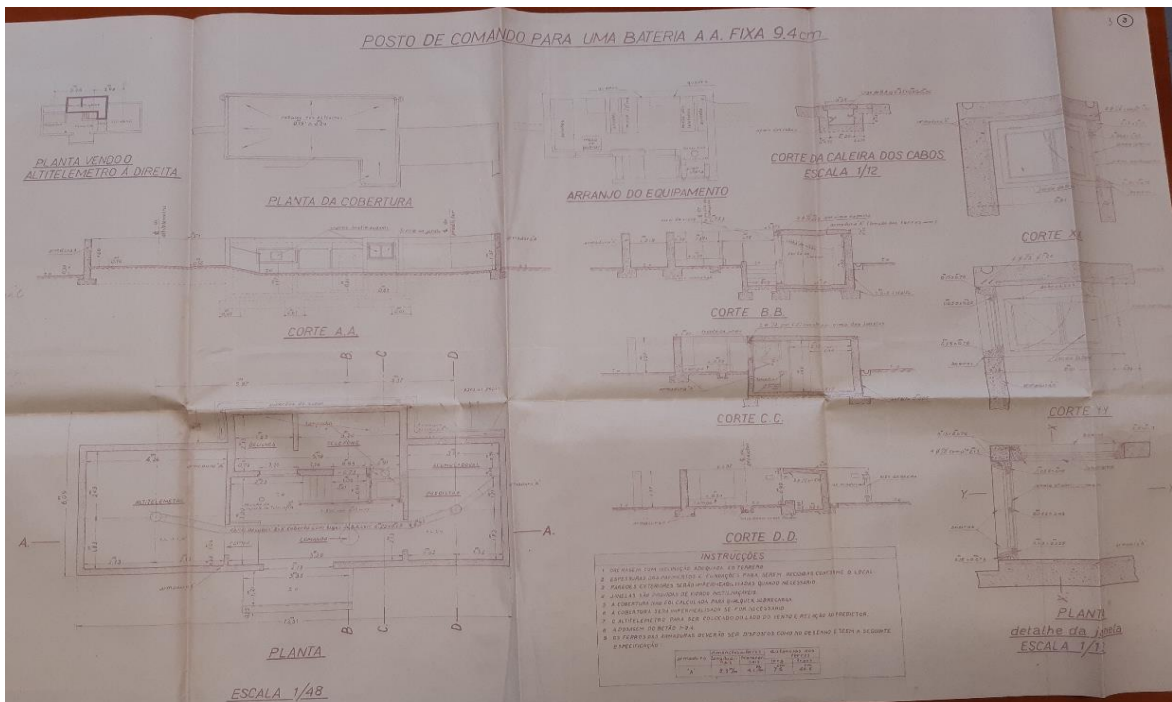


**Fig. 29.** Vista a partir do posto de observação da Bateria de Costa. Foto: Tânia Freitas.

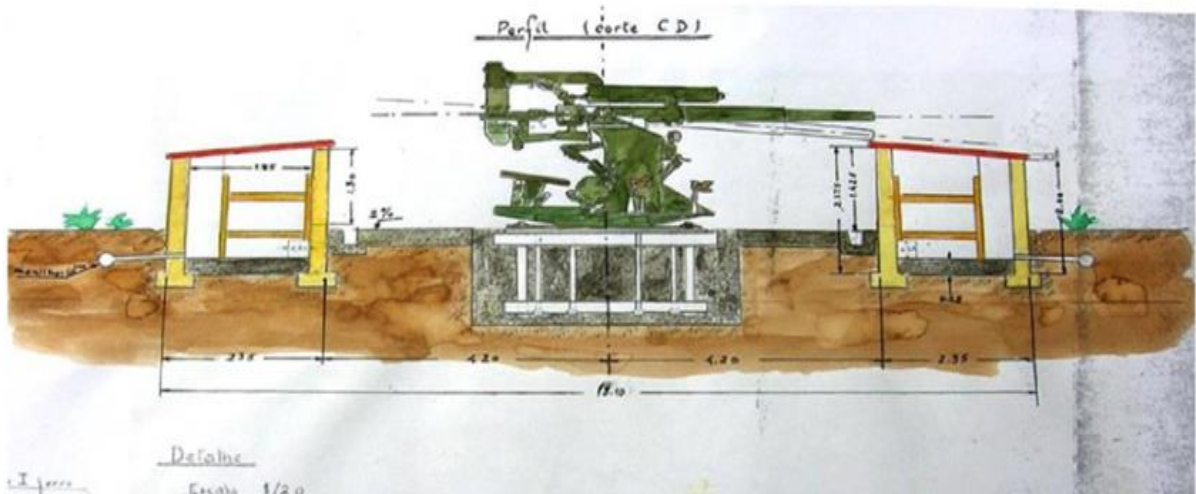


**Fig. 30.** Paiol de armazenamento das munições destinadas às peças C.T.R. de 15 cm. Foto do autor.

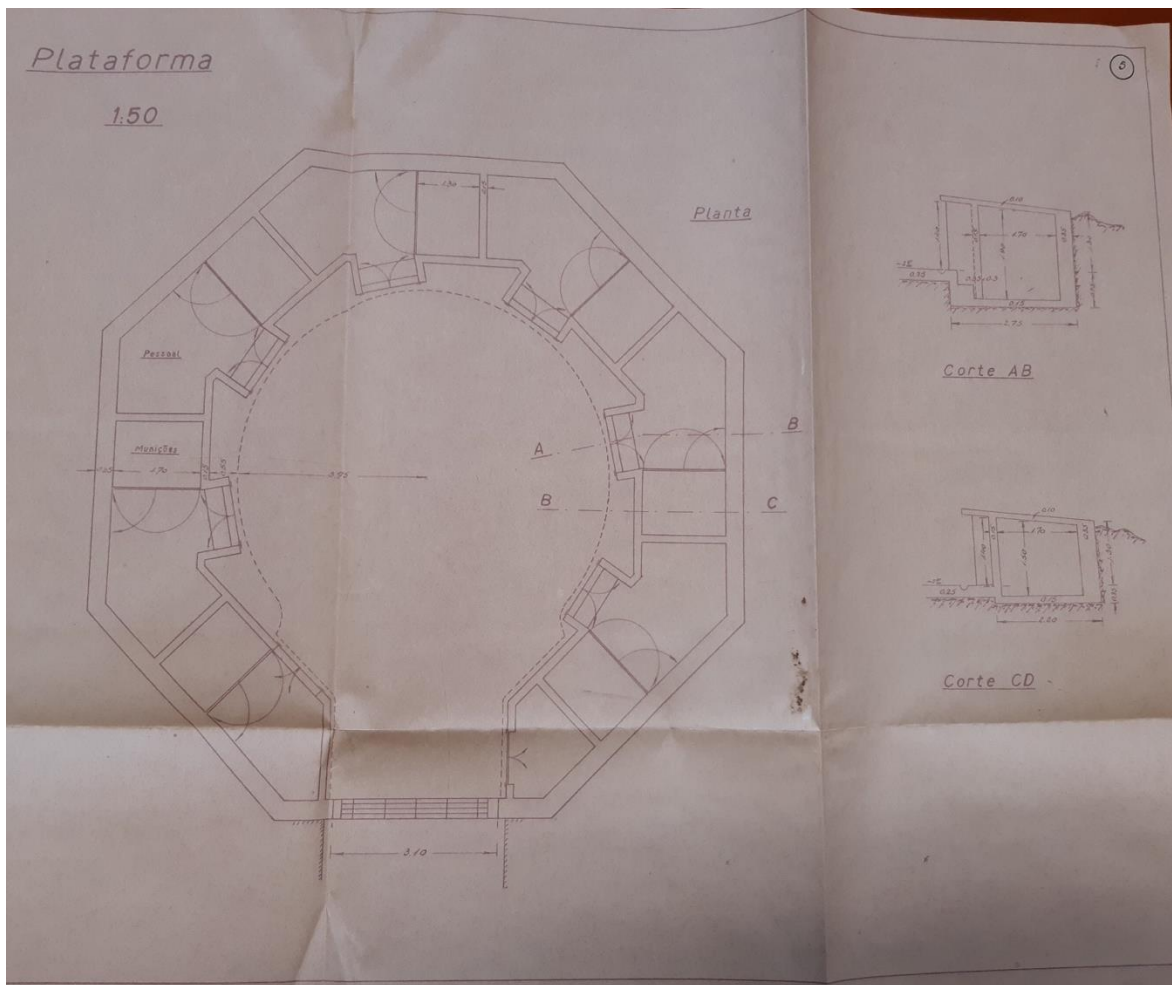
## ANEXO 6



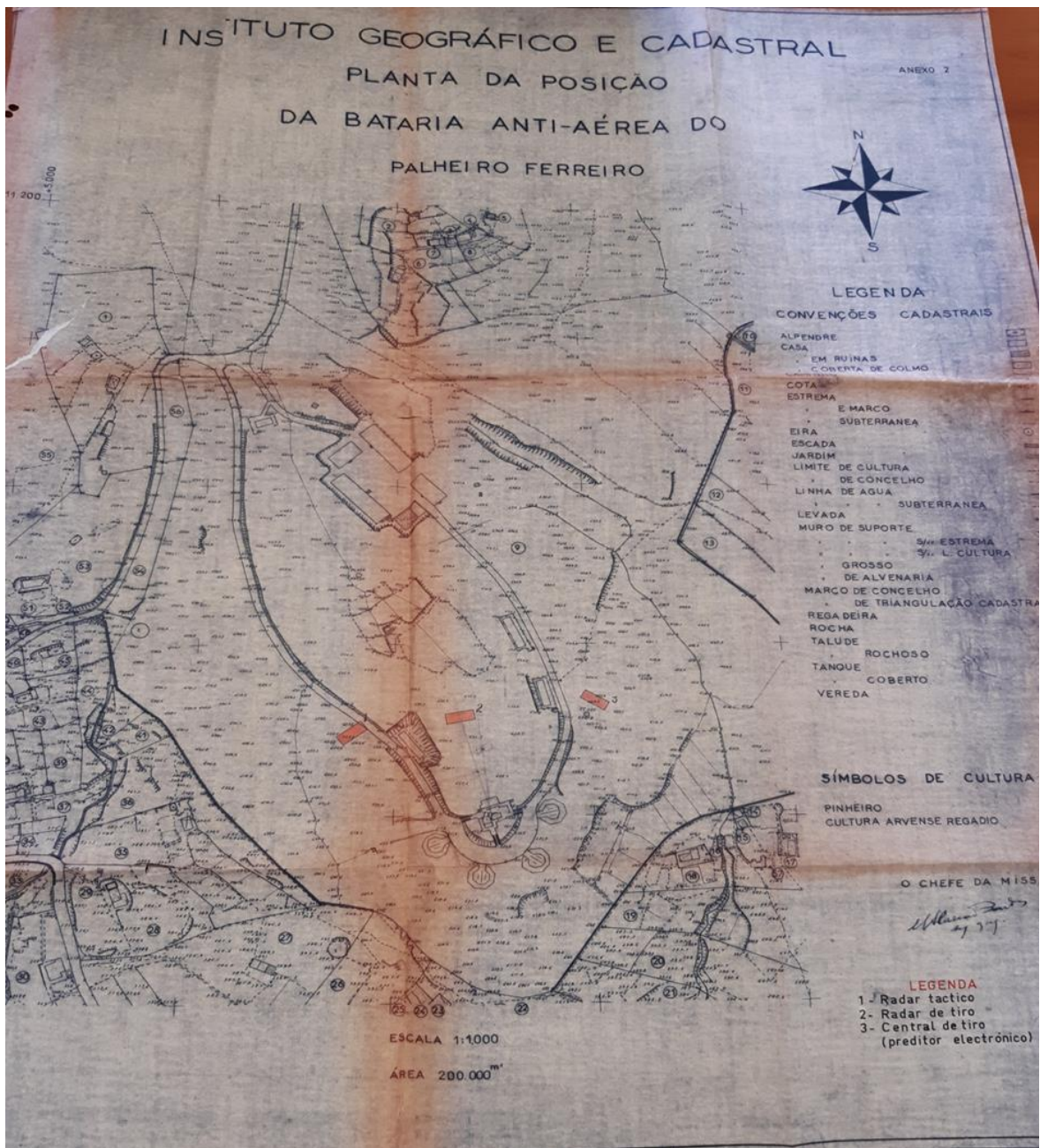
**Fig. 31.** Planta geral do posto de comando das baterias antiaéreas do Pico de São Martinho. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5 1942*.



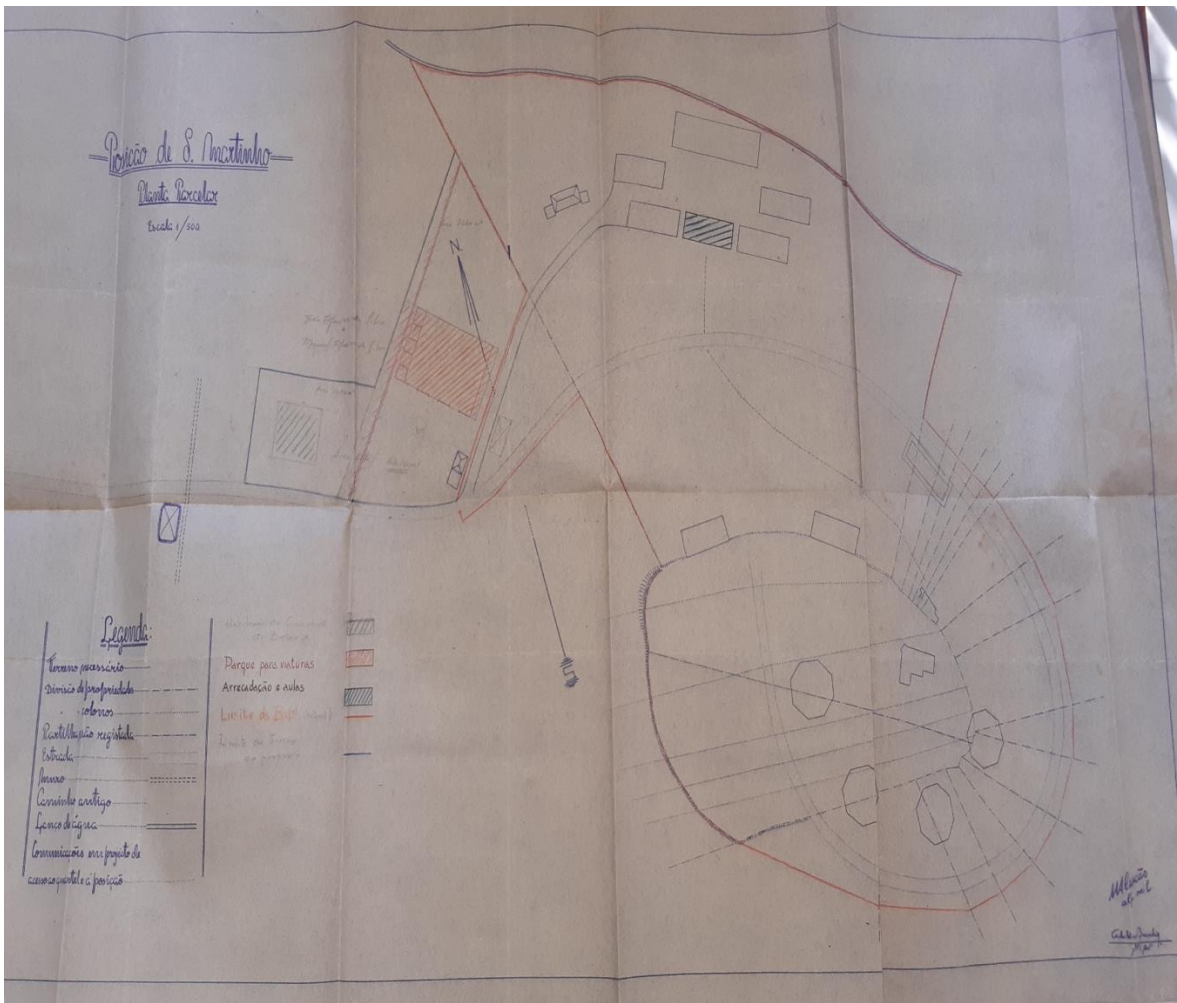
**Fig. 32.** Aguarela das Baterias antiaéreas Vickers calibre 9,4 cm M/40 MK II do Pico de São Martinho. Fonte: Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM). Autor desconhecido.



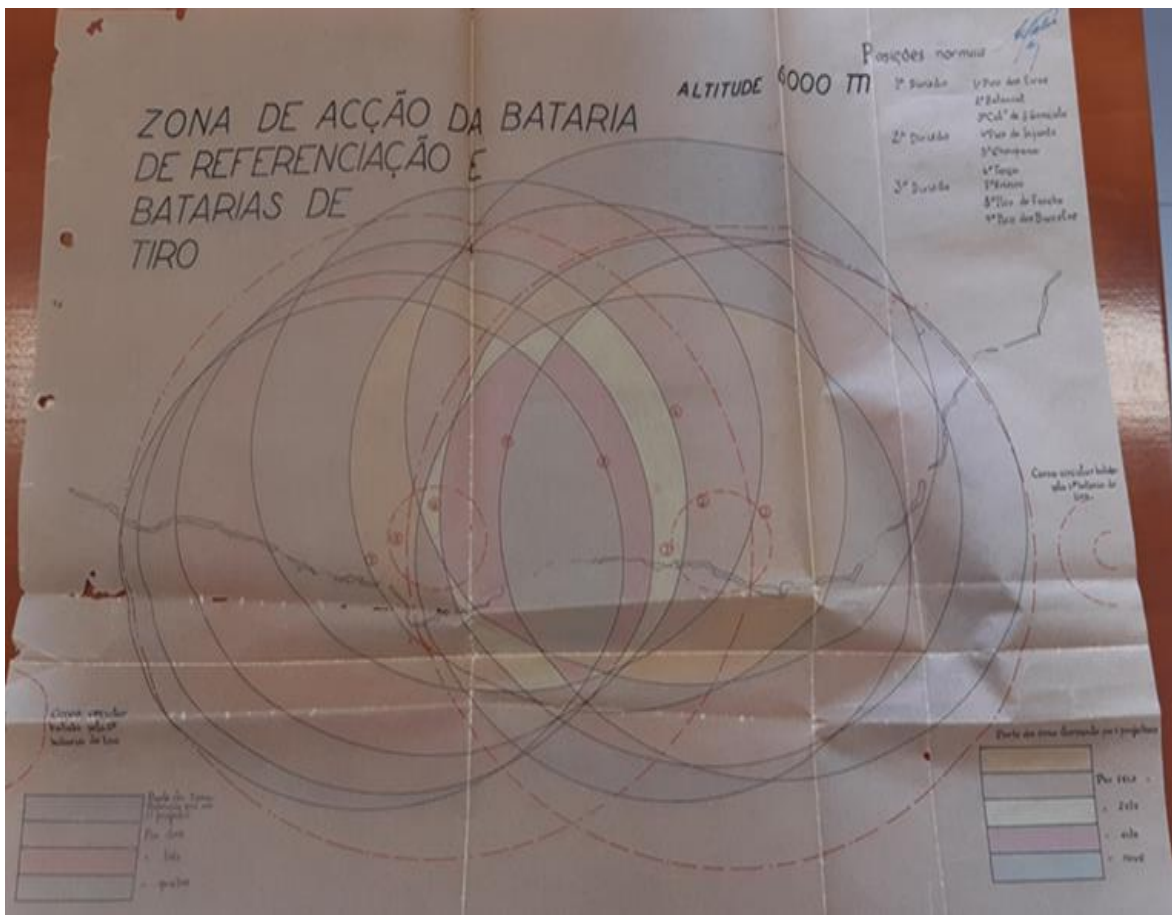
**Fig. 33.** Planta das plataformas das peças *Vickers*. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5 1942*.



**Fig. 34.** Planta da bateria antiaérea do Palheiro Ferreiro, desativada em 1996. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5*.



**Fig. 35.** Planta geral da posição das peças anti-aéreas do Pico de São Martinho. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5* 1942.



**Fig. 36.** Esquema da zona de referenciação das peças antiaéreas do Pico de São Martinho. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta *Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5 1942*.



**Fig. 37.** Peça antiaérea *Vickers* calibre 9,4 cm M/40 MK II do Pico de São Martinho, restaurada e pronta a receber visitantes. Foto do autor.



**Fig. 38.** Vista do posto de comando das baterias antiaéreas, após obras de recuperação. Foto do autor.



**Fig. 39.** Pormenor dos instrumentos da peça antiaérea *Vickers*, depois de recuperados. Foto do autor.



**Fig. 40.** Posto de comando e alojamento do pessoal de serviço, com a estrutura recuperada e pronta para ser integrada num futuro roteiro de Turismo Militar. Foto Tânia Freitas.

## ANEXO 7



**Fig. 41.** Mapa da zona de Machico elaborado pelos elementos do Batalhão de Infantaria 19, com os locais considerados de interesse estratégico. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n. ° 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

86

Funchal, 5 de Agosto de 1941

243

5, 8 Ao Sr. Chefe da Secretaria do Comando Militar da Madeira

FUNCHAL

**DIRECÇÃO DO SERVIÇO DAS OBRAS E PROPRIEDADES MILITARES NA MADEIRA**

CONFIDENCIAL

N.º 288

Proc.º N.º C

*S. de concordar. Iniciar-se-ão pois os trabalhos.*

6. 8. 41

*Jacinto Spínola*

Em referência ao assunto da nota de V. Ex.ª nº 278 de 24 de Julho ultimo (confidencial), informo que foi dado início em 31 a construção de dois abrigos para metralhadoras na Praia Formosa conforme proposta do construtor José Pedro Marques que por S. Ex.ª o Comandante Militar foi julgado a mais vantajosa e pelo preço de 13.800\$00 cada.

Na execução deste trabalho reconheceu esta Direcção a necessidade da construção de ensoleiramentos em betão armado por nas respectivas fundações não se encontrar terreno firme.

Devido à urgência na construção destes trabalhos procedeu-se ao ajuste directo da construção dos mesmos ensoleiramentos com o mesmo construtor José Pedro Marques pelo preço de 1.950\$00 cada, devendo iniciar-se amanhã os respectivos trabalhos no caso de S. Ex.ª o Comandante Militar os autorisar.

O Director int.º

*Jacinto Spínola*

Jacinto Sebastião Spínola  
Tenente

**Fig. 42.** Telegrama CONFIDENCIAL do tenente Jacinto Sebastião Spínola, de 5 de agosto de 1941, relativo à construção dos abrigos de metralhadoras na Praia Formosa. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 1, *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.*

A/C  
SERVIÇO DA REPÚBLICA

Lisboa, 17 de Dezembro de 1940.

Ao Sr. Comandante Militar da Madeira

Funchal

INISTÉRIO DA GUERRA

1. DIRECÇÃO GERAL  
2. REPARTIÇÃO  
1. SECCÃO

N.º 1718  
21/12/40

*Trizome - n.º 13.698.2*  
*Manuel da Costa*

N.º 13698

Em aditamento à nota nº 13432 desta D.G. 2ª Rep. - de 9 de corrente, informo V. Ex.ª que foi mandada suspender, a apresentação na B.I. D.C. nº 2 do tenente de artilharia, da B.I.D. C. nº 3, António Pinto Balsemão Canhoto, quando promovido a capitão, em virtude de ter falecido o capitão de artilharia, Manuel Costa e ser ali colocado outro capitão em sua substituição.

O Ajudante General,

*José Alberto da Silva Basto*  
S.P.

José Alberto da Silva Basto  
General

890 de  
21/12/40

a resposta deve indicar-se  
numero da nota de referên-  
cia bem como o respectivo  
assunto.

**Fig. 43.** Telegrama da autoria do general José Alberto da Silva Basto, relativo à promoção a capitão, do tenente António Pinto Balsemão, em virtude do falecimento do comandante da Bateria de Costa n.º 2, capitão Manuel da Costa, 17 de dezembro de 1940. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 1, *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945*.

COMANDO MILITAR DA MADEIRA  
SECRETARIA

Entrada N.º 173  
22/6/41

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

Funchal, 21 de Junho de 1941

Ao Snr. Chefe da Secretaria do Comando Militar da Madeira  
Ao Snr. Comandante do Batalhão Independente de Infantaria nº 19

F U N C H A L

**Direcção do Serviço das Obras e Propriedades Militares na MADEIRA**

CONFIDENCIAL

N.º 225

Processo N.º 0

Referência N.º de / / 19

Comunico a V.Exª que até hoje já foram enviados para a Praia Formosa, de acordo com as requisições do Snr. oficial encarregado dos trabalhos de fortificação, os seguintes materiais:

Arame farpado .....	170 rôlos
Luvras de couro para arame farpado.....	20 pares
Sacos de terra .....	50
Arame liso queimado .....	25 Kilos
Vigas roliças de 3,20 m. de Compr. x 0,14 ø	15
Vigas roliças de 2,50 m. de compr. x 0,14 ø	16
Estacas de madeira de 1,20 m. x 0,10 ø .....	1.500
Estacas de madeira de 1,50 m. x 0,10 ø .....	200
• Tabuas de pinho de 3,00 m. x 0,30 x 0,05..	10
Pregos de 2" .....	0,5 Kg.
Pregos de 2,5" .....	-
Pregos de 3" .....	0,5 Kg.

O Director  
*Vasco de Paiva Brites*  
Ten. Eng.º

Vasco de Paiva Brites  
Ten. de Eng.º

Modéio n.º 11-2914-38

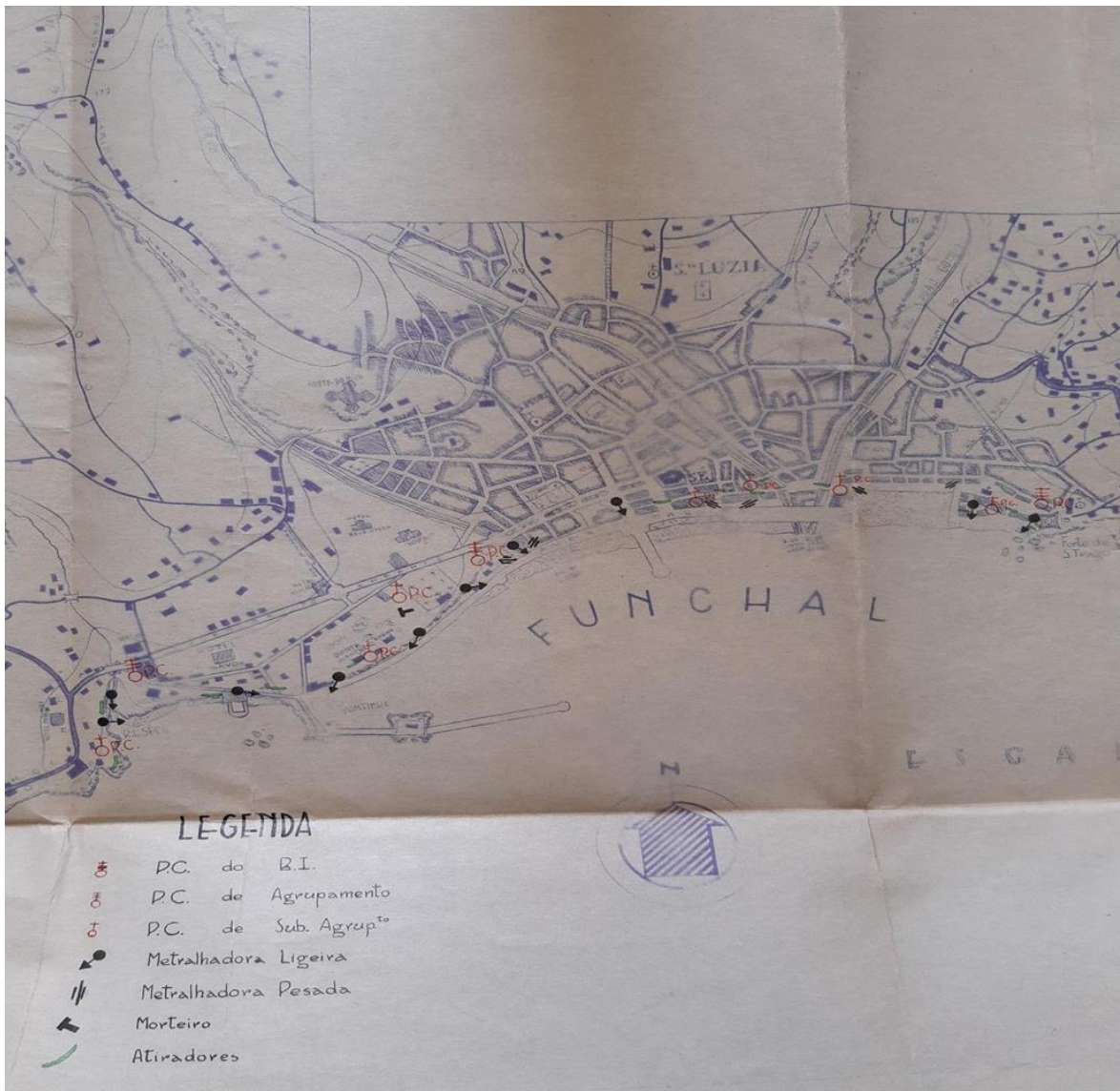
**Fig. 44.** Relatório CONFIDENCIAL do tenente de engenharia Vasco de Paiva Brites, de 21 de junho de 1941, sobre os materiais de construção utilizados na construção dos abrigos de metralhadoras e pessoal da Praia Formosa. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), caixa n.º 1, *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.*

PEQUENO POSTO No. 2 - Ribeira Brava

QUADRO No. 2

Natureza dos trabalhos	Tipo da obra	Número ou quantidade	Natureza do terreno	Mão de obra		Estimativa
				H/D	Origem	
Abrigo caverna	A	1	Rocha	1000	Eng. Inf.	15.000\$00
Abrigo em galeria	A	1	Terra e rocha	1000	Eng. Inf.	15.000\$00
Abrigo para pessoal	C	1	" " "	800	Eng. Inf.	8.000\$00
Paio para guarnições	C	1	" " "	800	Eng. Inf.	8.000\$00
Muro e seteira de betão	-	1	-	30	Eng.	5.000\$00
Abertura de seteira em muro	-	1	-	3	Eng.	-
Espaldão para M. L.	-	1	2 H	4	Inf.	-
Caminho de acesso a um abrigo	-	100 m	3 H	80	Inf.	-
Desembaracamento do campo de tiro	-	-	Galhau rolado	300	Inf.	-
Rede de arame farpado	-	300 m	-	300	Eng. Inf.	24.000\$00
TOTAL.....						75.000\$00

**Fig. 45.** Quadro com as quantidades de materiais de construção e estimativas de mão de obra utilizados na construção do pequeno posto n.º 2 na Ribeira Brava. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), caixa n.º 1, *Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945*.



**Fig. 46.** Croqui com a descrição dos postos defensivos localizados na cidade do Funchal. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n. ° 2 / *Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.*